

máximo barro  
ronney bacelli

# ipiranga



história dos bairros de são paulo



BIBLIOTECA  
DEPTO. DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
S. M. C. SÃO PAULO

TOMBO  
N.º 725

ex. 2

**prefeitura do município de são paulo**  
**secretaria municipal de cultura**



máximo barro  
roney bacelli



# ipiranga

departamento do patrimônio histórico  
divisão do arquivo histórico



Sistema Alexandria  
A.L. : 1376143  
Tombo : 2728



981.61

B277i

e.5

**série : história dos bairros de são paulo**  
**volume 14 – ipiranga**



## HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO

VOLUME	BAIRRO
1 .....	BRÁS
2 .....	PINHEIROS
3 .....	PENHA
4 .....	SANTO AMARO
5 .....	JARDIM DA SAÚDE
6 .....	SANTANA
7 .....	SÃO MIGUEL PAULISTA
8 .....	VILA MARIANA
9 .....	BOM RETIRO
10 .....	SÉ
11 .....	IBIRAPUERA
12 .....	LUZ
13 .....	NOSSA SENHORA DO Ó
14 .....	IPIRANGA



SEGUNDO PRÊMIO DO X CONCURSO DE MONO-  
GRAFIAS SOBRE A HISTÓRIA DOS BAIRROS DE  
SÃO PAULO, PROMOVIDO PELA DIVISÃO DO  
ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA SECRETARIA MU-  
NICIPAL DE CULTURA, E OUTORGADO PELA  
COMISSÃO JULGADORA CONSTITUÍDA PELOS  
PROFESSORES ERNANI SILVA BRUNO, MYRIAM  
ELLIS E TITO LÍVIO FERREIRA.

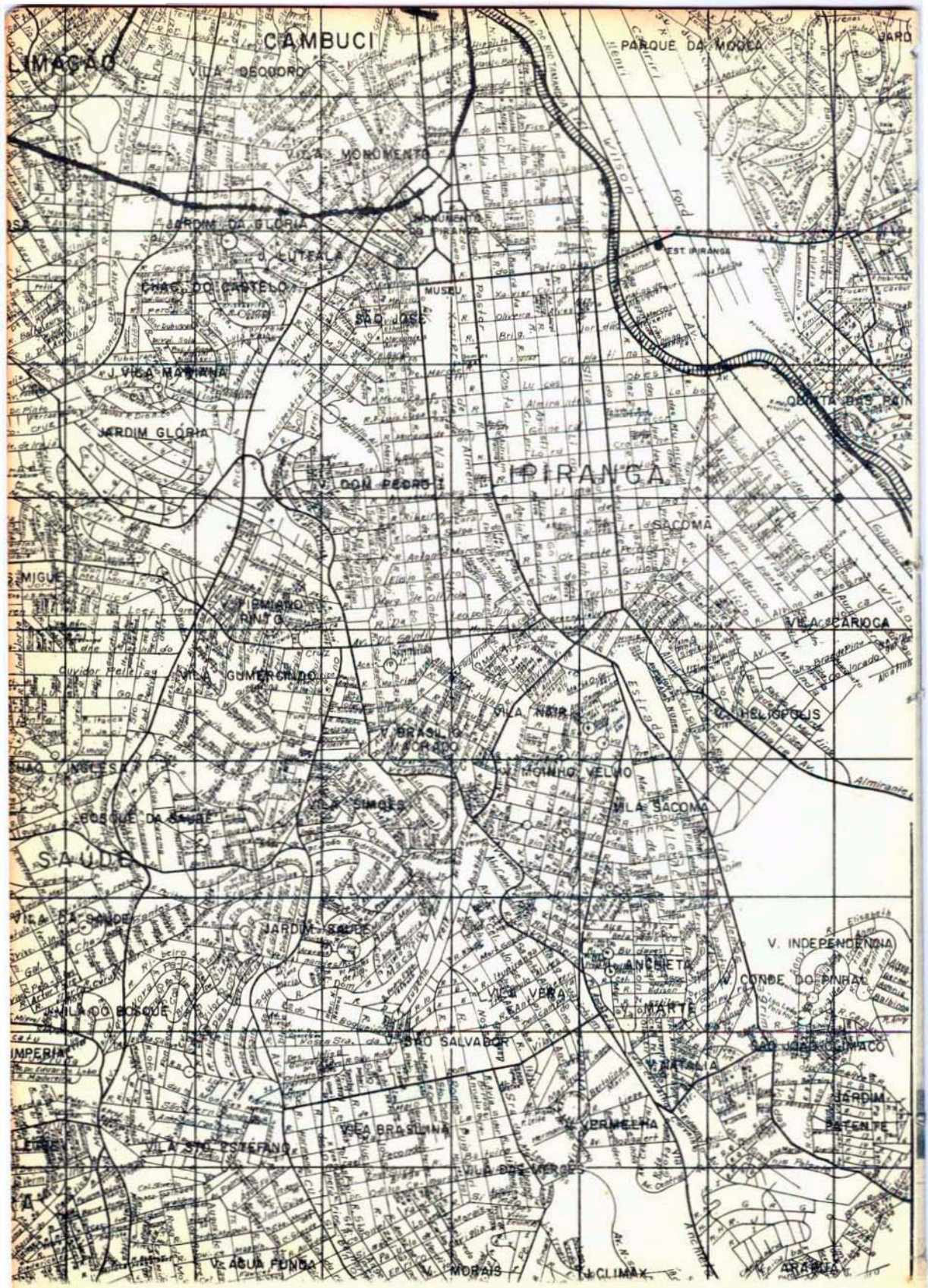


## ÍNDICE

I — DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E A PAISAGEM URBANA .....	13
II — HISTÓRICO	
Da Colonização Portuguesa à Independência .....	25
A Ocupação do Solo .....	53
III — O IPIRANGA NO SÉCULO XX	
O Relacionamento com São Paulo .....	71
Ocupação Espacial e Urbanização .....	73
Lazer e Cultura .....	91
Comércio e Indústria .....	103
CONCLUSÃO .....	119
BIBLIOGRAFIA .....	124



**I — DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E  
A PAISAGEM URBANA**



Martius, no seu tratado clássico sobre termos e denominações brasílicas, afirma que o nome Ipiranga é a contração de duas palavras tupis querendo significar “água roxa”. Esta interpretação foi dogma de fé por longo período, sendo adotada inclusive por Azevedo Marques que a endossou in totum. (1)

Só nos fins do século XIX, com a divulgação do dicionário de João Mendes, outra interpretação é aventada. O ilustre tupinólogo tem o cuidado de começar a obra abordando as palavras do dialeto tupi-guaianaz sobre o aspecto fonológico, onde, segundo ele, residia o engano de interpretação de muitos nomes e textos deixados por jesuítas e selvícolas. Sua perspicácia vai a ponto de encontrar deslizes em Montoya e outras personalidades que deixaram relatos da fase colonial.

Transcreveremos na íntegra a opinião do combativo leão das Arcadas:

“Ipiranga — afluente do rio Tamanduateí, pela margem esquerda do município de São Paulo. Célebre por ter sido nas suas margens que o Príncipe Regente D. Pedro, depois Imperador do Brasil, ergueu o grito da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

Ipiranga, corruptela ou antes, contração de I-PI-RÁ-Á-NGA, “leito desigual e empinado”. De

Y — relativo

PI — centro, fundo

RÁ — desigual, não nivelado

Á — empinar, com o sufixo NGA (breve) para formar o supino

Nada têm, portanto, estes ribeirões e córregos com “água vermelha” ou “rio vermelho”. O indígena não teria cometido este não senso”.

Pedro Taques, na Nobiliarquia Paulistana, referindo-se a documentos antigos, denomina Itypiranga o afluente do ribeirão Tamanduateí, o que melhor confirma o significado, porque ITI significa arrojar”. (2)

Se a nomenclatura do local já traz em si o germe da dúvida, que dizer dos limites da área daquilo que poderia na época ser a região que os naturais chamavam de Ipiranga, Itipiranga e tantas outras encontradas nos documentos, se ainda hoje é controvertida a possibilidade de Piratininga ser a área compreendida pelo atual Bom Retiro, parte da Barra Funda e Luz ou toda a capital do Estado.

Pode-se afirmar com pouca margem de contestação que o local, durante os séculos XVI, XVII, XVIII e metade do XIX, para o paulista de então, era uma região obscura que medeava entre o Cambuci, que ele conhecia bem por suas frondosas chácaras e São Bernardo, com um núcleo de influência razoável. Jabaquara e Santo Amaro, importantes centros minerais, de um lado, e a várzea sempre inundada dos rios Tamanduateí — Ipiranga e Cupecê —, de outro, completavam o contorno. Portanto, toda a vasta região entre esses pontos era para ele praticamente ignota, apesar de obrigatoriamente palmilhá-la para chegar a Santos, semeada de pequenas fazendolas, ricas de vegetação enfezada e rasteira, só conseguindo produzir hortaliças e frutas que pouco exigissem da terra.

Ele conhecia e falava com maiores conhecimentos de regiões que disputavam semanas e até meses de viagem de sua casa, tais como Sorocaba, São João Del Rei, Cuiabá ou mesmo Guairá, mas eram imprecisas suas informações sobre um local que sua vista alcançava quando se postava numa das partes altas da capital.

A cousa chegou a tais proporções que Teodoro Sampaio, recolhendo vários documentos, só consegue formar um pálido e desinformado mapa.

“Do Páteo do Colégio partia na direção sul o caminho do mar pela atual rua do Carmo, descendo para a várzea, contornando-a nas proximidades da vivenda de Bartolomeu Carrasco, e antes de se perder no horizonte para os lados da Borda do Campo, onde existia Santo André, passava por um grupo de moradores junto da ribeira do Ipiranga, onde estivera outrora a ermida de Nossa Senhora da Luz, que depois mudou para o Guarépe.

Ao longo deste caminho possuía Braz Cubas umas datas de terra que em parte cedera aos religiosos do Carmo, em 1594, para fundarem um convento. Para adiante, come-

quando em Bartolomeu Carrasco, ficavam as terras que o Padre Luiz de Grã, da Congregação de Jesus, obtivera de Francisco Moraes, representante do donatário, como uma sesmaria de duas léguas, as quais, entretanto, lhe não foram aí demarcadas por prejudicial ao bem público." (3)

Quando a 27 de julho de 1769 o governo estabelece o marco de meia légua para efeito de demarcação da capital, novamente pode-se avaliar o vácuo geográfico que aquela região representava para o paulistano.

"... e para a parte do caminho de Santos se mediu outra meia légua de rocio, fazendo peão nesta cidade e chegou a dita meia légua até o sítio de José da Silva Brito, junto ao córrego chamado Opiranga, onde da mesma forma ficou um sinal para assentar o padrão." (4)

Se a partir de 1850, com as constantes querelas acerca da construção de um monumento que lembrasse a proclamação de Independência, trouxe-se maior atenção e conhecimento sobre a região, sua pobreza de meios e de gente sempre a tornaram caudatária.

Pela Lei de 3 de Outubro de 1895 criava-se o bairro de Vila Mariana que passava a ter os seguintes limites: "Av. Paulista — rua Paraíso — Casa da Pólvora — no Ipiranga até o Monumento — Tamanduateí e rio acima até São Bernardo". Apesar da economia, as informações tornam meridiano que o atual Ipiranga era dependente de Vila Mariana. Todo o resto ficava sujeito ao Cambuci, como pode ser comprovado nas escrituras de imóveis. Documentos de cartório de 1908 classificam o trecho da Bom Pastor, nas proximidades do atual n.º 1 000, como pertencente à Freguesia de São Joaquim do Cambuci. (5)

Como vemos, a delimitação geográfica do bairro do Ipiranga, durante séculos foi uma tarefa que não nos foi possível concluir pois, ou está "excessivamente distante", ou descrita junto aos bairros a ela vizinhos. Durante o século XX, acompanhando as transformações administrativas, as divisões de espaço que correspondem ao bairro, sofreram anexações e desanexações externas e internas, dependendo das resoluções governamentais.

Atualmente, com uma área de 32 286 m<sup>2</sup>, as divisas da área administrativa do Ipiranga ficaram assim determinadas pelo decreto 10137 de 16/9/72:

"Começa na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, na divisa com o Município de Diadema; segue por esta divisa e pelas divisas com os Municípios de São Bernardo do Campo e São Caetano, até encontrar o Rio Tamanduateí; segue pelo leito deste até o cruzamento com a

Rua Luiz Gama; segue por esta até o cruzamento com a Rua Lavapés; segue por esta até o cruzamento com a Rua Francisco Justiniano de Azevedo; segue por esta e pela Rua Muniz de Souza até o Cruzamento com a Rua Maracai; segue por esta até o cruzamento com a Rua Aporá; segue por esta até o cruzamento com a Rua Robertson; segue por esta até o cruzamento com a Avenida Lins de Vasconcelos; segue por esta até o cruzamento com a Rua Pero Correa; segue por esta até o cruzamento com a Avenida Água Funda; segue por esta e pelo Parque do Estado, e daí pela Estrada do Governo até o cruzamento com a Rua Jornal do Comércio; segue por esta e pelo seu prolongamento, que é a Estrada Protetora, até o cruzamento com a Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira; segue por esta até a divisa com o Município de Diadema, ponto inicial do perímetro.”

O Ipiranga, situando a sudeste de São Paulo, localiza-se em área que dista aproximadamente 6 km do centro da cidade e limita-se com as administrações regionais de Sé e Moóca, ao norte; São Bernardo ao sul; São Caetano, ao leste e Vila Mariana a oeste.

As constantes urbanizações escondem hoje a vasta rede hidrográfica que, numa área relativamente pequena, dispõe, além do Rio Tamanduateí e do riacho Ipiranga, de inúmeros córregos: Jabuticabal, Cacareco, Capão do Reino e Moinho Velho.

Sobre a paisagem urbana do sítio do Ipiranga, o único trabalho que aborda o assunto é do prof. Cláudio Gomes da Universidade de São Paulo. Pela sua clareza, síntese, reproduziremos aqui, a parte referida, em sua íntegra:

“É o modelado imposto pela calha do Tamanduateí o primeiro elemento que informa a macro paisagem mais ampla onde se aloja a colina do Ipiranga. A calha esculpiu formas de relevo muito abatidas, horizontalmente, imperceptivelmente ondulado. São ondulações que raramente chegam a declividades superiores a 5% no alinhamento longitudinal Norte-Sul.

A cada afluente (esquerdo ou direito) do Tamanduateí encaixam-se alternadamente, de uma banda e de outra, colinas alongadas na direção Norte-Sul, entre as cotas, aproximadas de 725 (do nível médio dos rios e córregos) até a elevação máxima de 800 m.

Pela ordem, o córrego do Ipiranga, afluente do Tamanduateí, define na sua margem esquerda, a Oeste, a colina onde se instalou a Av. Lins de Vasconcelos e, na sua margem direita, a Leste, a colina onde se implanta o Parque pro-

priamente dito e o bairro da Vila Dom Pedro; o córrego do Moinho Velho, mais a leste, também afluente do Tamanduateí, define à sua esquerda (na banda oeste), a citada elevação do Parque do Ipiranga e à sua direita (na margem leste) a pequena colina, quase plana onde se situam as Vilas Heliópolis, Carioca, etc. Portanto, da banda ocidental do Tamanduateí, a Colina do Ipiranga, onde se instalou posteriormente o Parque do Ipiranga ou da Independência, como se chama modernamente, se relaciona direta e imediatamente, quer em termos de morfologia da tectonia local, com a colina da Lins de Vasconcelos, quer em termos de emergência visual do relevo da Vila Heliópolis, com a planície fluvial do Tamanduateí (Vila Carioca, etc).

Na margem direita do Tamanduateí, a leste, a crista da colina instalada entre o Ribeirão da Moóca, a calha do Tamanduateí e o Capão de Embira (crista onde se instalara posteriormente o Alto da Moóca, polarizado pela Av. Paes de Barros) fecha e conclui a porção oriental da paisagem diretamente relacionada com a nossa área de intervenção.

Um terceiro âmbito paisagístico, curioso por distar de seus vinte quilômetros da nossa área, em linha reta, para o Norte, mas nem por isso menos importante e eloquente, é a silhueta da Cantareira, visível e recortada no horizonte, desde que a poluição o permita. Na realidade o espigão Cantareira-Mantiqueira, como a mais eloquente emergência formal do sítio planaltino, deveria ecoar na várzea do Tamanduateí, pois o âmbito visual, da cordilheira, não obstante seus 20 km de recuo de nossa área, se impõe nos seus mil e tantos metros de altitude. Os antigos anotaram estes significados e os registraram emocionados (6).

Conjugadamente com esta paisagem das massas de relevo, articulam-se as coisas, percursos de andamento linear encaixados nas depressões do relevo, enfim, a rede de drenagem também era direcionada convergente de Sul para Norte e sobre a qual se instalaria, em épocas sucessivas, o sistema principal de canais de tráfego: Av. Água Funda; Imigrantes, ao longo do Ribeirão Ipiranga; Anchieta, Juntas Provisórias, ao longo do Moinho Velho; Marginais, ao longo do Tamanduateí. Também aqui, a malha diretriz dos canais e depressões (a contrapartida das cristas e elevação do terreno) indica surpreendentemente uma convergência visual assemelhada com aquela que se observou para os maciços topográficos.

Em síntese e em retrospecto, resulta claro, agora, por esta leitura, de como a natureza pôs o sítio geográfico: 3 linhas de força do relevo (Lins, D. Pedro, Paes de Barros) de direção Norte-Sul, visualmente convergentes, para o anteparo da Serra da Cantareira, alternadas com três fendas de vale confluentes para a calha geral do Tietê (7)".

E ainda seguindo:

"O elemento unificador do conjunto paisagístico é a direcionalidade das linhas de força da paisagem, todas convergentes, com maior ou menor grau, para o Norte, para o anteparo da Cantareira. É esta convergência que explica e torna clara as relações entre a colina do Alto da Mooca, a Leste, fortemente balizada pela silhueta edificada, alta e a cavaleiro do espigão na cota 800, a cumieira que lhe é simétrica a oeste da Lins de Vasconcelos, também à altitude de 800 m e o eixo direcional central da Av. D. Pedro I, subindo encosta acima, pela Av. Nazareth até o topo, à cota 800. Esta convergência planimétrica é ainda mais enfatizada pela regularidade altimétrica das três cumeadas, em torno de 800 m. Nos perfis Leste-Oeste das 3 elevações pode-se perceber a importância que no conjunto assume, as três cristas, como que dialogando entre si, por cima dos vales que as separam e cujo tratamento, para o futuro, poderá tornar mais explícito e eloquente este diálogo, como poderá destruí-lo e perdê-lo irremissivelmente.

Um terceiro tipo de relação entre as diversas províncias paisagísticas surge para quando se atenta para o modo como se articulam as encostas dos três conjuntos, isto é, como se dão algumas relações de proximidade, de contigüidade, de separação entre as 3 encostas, ou vertentes, pertencentes ao mesmo vale. Por exemplo: no vale do córrego do Ipiranga, a sua vertente esquerda, a que sobe até o espigão da Lins de Vasconcelos (com uma amplitude média de 1000m por 7 de altura) somente se relaciona com a vertente da margem esquerda, que sobe até a Av. Nazareth e o Parque do Ipiranga em termo de proximidade e de antiguidade. Na realidade é fácil percorrer a pé os 1500 metros que, em linha reta separam as duas elevações. Mas a organização construída caótica e heterogênea que se apresenta na vertente da Lins (Coronel Diogo, Basílio da Gama etc.) quando comparada com a compostura e ordenação da encosta oposta (mais uma vez, o hospital do IAPETEC) de certo modo as separa e repele, pois o vale da Imigrantes — Água Funda não é, por si só, o suficiente para reparar duas encostas tão próximas. Da mesma forma, quando se justa-

põe a vertente esquerda do Tamanduateí (Bom Pastor, Silva Bueno, etc) com a direita (Estrada do Orfanato, Paes de Barros, Alto da Mooca, etc.) a relação que passa a se estabelecer já é de distanciamento, não só físico, como também funcional, pois aqui a barreira próxima passa a ser a extensa várzea industrial do Tamanduateí". (8)

A Administração Regional do Bairro do Ipiranga fica integrada pelos subdistritos de:

Cambuci	Morro da Pólvora
Ipiranga	Sacomã
Saúde	São João Clímaco
Aclimação	Bosque da Saúde
Jabaquara	Chácara do Castelo

É no subdistrito do Ipiranga e, principalmente no centro de valor histórico que situaremos nosso trabalho.

### Notas

1. *Martius e Spix* — Glossário de Diversas Línguas e Dialectos que Falam os Índios no Império do Brasil, p. 20.
2. *Mendes*, — Monografia do Município da Cidade de São Paulo, p. 15.
3. *Sampaio, T.* — São Paulo de Piratininga no Fim do Século XVI, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. 4., p. 257
4. *Ribeiro, J.J.* — Cronologia Paulistana, p. 480.
5. *Muniz, E.* — Os Municípios Paulistas, p. 484.
6. *Gomes, C.* — O Parque da Independência, CONDEPHATT, p. 12.
7. Id. *ibidem*, p. 13.
8. Id. *ibidem*, p. 14.

**II — HISTÓRICO**



**Archibald S. Forres é o autor da ilustração, datada de 1911.**

### Da colonização portuguesa ao centenário da Independência

“Domingos Luiz estava acabando a igreja. Já lhe dissemos missa nella com muita festa”.

A notícia vem numa carta de Anchieta (1), datada de 1579 e refere-se à Igreja de Nossa Senhora da Luz no Ipiranga. É a primeira vez que o nome aparece num documento. Provavelmente, problemas de acomodação do linguajar guaianaz ao dos primeiros portugueses levou o nome a ter variadas grafias: Ipiranga, Piranga, Ireripiranga, Hiporanga, Itipiranga, Opiranga etc. Em que posição do bairro localiza-se esta igreja é trabalho impossível de ser realizado hoje, pois os limites das terras de Domingos Luiz são desconhecidos. Sabe-se que anos após ele pede terras e as obtém para os “lados do Guarépe”, fundando outra igreja com a mesma invocação que, após muitas remodelações, ainda persiste ao tempo, à insânia imobiliária e a outros fatores no Convento da Luz, da Av. Tiradentes.

Domingos Luiz ou o Carvoeiro, como era mais conhecido por advir da região do mesmo nome em Portugal, e sua esposa Ana Camacho, seriam dos raros primeiros povoadores da Piratininga com um passado impoluto (2).

É sabido que, no afã de povoar as terras do planalto, nada se indagava do passado, “contanto que não fosse ladrão”.

Com este alvará de benignidade, fácil é compreender a espécie de povoador e os conturbados anos, para não dizer séculos iniciais da vida paulistana. É bem verdade que a enquadração de crime para a época diferia, e mesmo chocaria com os conceitos atuais.

“Esta cominava o degredo para o Brasil tanto a feiticeiros, alcoviteiros, barregãs, falsários e vadios, como aos que arrancavam da espada em procissão ou lugar santo, resistiam à autoridade, juravam contra a verdade, rouba-

vam no peso, davam fuga aos escravos, matavam gado alheio, levavam armas não consentidas, jogavam cartas, amavam ilicitamente ou atentavam contra o pudor, sem isentar os negociantes desonestos, ouriveis que engastavam pedras falsas, oficiais que cobravam acima dos regimentos, mentirosos, caluniadores, rufiões, malandrins e rapazes de vida solta" (3).

Antônio Proença (4), outro dos primeiros moradores do Ipiranga, também vinha fugido de Portugal, perseguido por uma das faltas mais graves que um português poderia praticar contra Deus e a Coroa: roubara uma freira. Pelo menos é esse o informe que nos dão os primos Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus (5). A moral reinante na São Paulo quinhentista e mais o apadrinhamento de Brás Cubas levaram o ex-presidiário e ex-camareiro do príncipe D. Luiz aos maiores postos da Capitania: meirinho, vereador, capitão de cavalaria e estradas, juiz dos índios, ouvidor e, principalmente, Capitão da Vila de São Paulo e seu distrito. Falecendo em 1605, deixou de seu casamento com Maria Castanho um filho, Francisco de Proença e quatro filhas que formarão os clãs dos Taques, Laras, Almeidas, Toledos e Morais.

Contrariando a regra, as terras ipiranguistas dos Proenças devem ter retribuído regiamente aos donos (6). Elas, provavelmente descansadas, tenham produzido a contento nessa fase. Pedro Taques noticia grandes culturas de trigo e quantidades de gado. Uma das poucas referências corretas do linhagista, sempre pronto a abandonar a rigidez histórica e propenso a puxar para ficção quando se tratava de membros familiares. O testamento de Francisco, analisado por Alcântara Machado prova ser uma das maiores fortunas da Capitania. O documento fala em 115 cabeças de gado. Esta quantidade correspondia na época ao dobro da do seu parente Lourenço Castanho, o velho, enquanto Pero Nunes, outro morador do Ipiranga tem apenas 90. As actas de outubro de 1587 falam da pendência havida entre Francisco de Proença e Jusepe de Camargo (7). Queixa-se o último que "guado bacun" com o ferrete dos Proenças invadira suas terras. Com atos que hoje classificariamos de parciais, pois Francisco era um dos "homens bons" da terra, e, naquele momento, juiz, Jusepe precisa submeter-se a vários exames para ter encaminhado seu processo, vencendo-o finalmente.

Jusepe de Camargo, o sevilhano, com o tempo deixará seu nome na história dos primórdios da Piratininga. A origem espanhola não o impedirá de ser vereador, almotacel etc. E, como Amador Bueno, outro sevilhano, influirá decididamente nos destinos da Vila. Casa-se em São Paulo com Leonor Domingues, filha do Carvoeiro. Dos 8 filhos, o primogênito, Fernão de Camargo, apelidado pela sua irascibilidade de o Tigre, será o assassino de Pedro Taques.

Certas idiossincrasias portuguesas facilitaram o povoamento de uma terra que acolhia até a ralé. Pedro Calmon observa que entre outros atavismos propícios ao colonizador, eles traziam recordações olfativas. O odor da mulher negra e amarela excitava os portugueses. O encontro de índias em estado paradisíaco estimulou ainda mais a conhecida tendência sexual portuguesa. Poucas brancas desciam até S. Paulo porque sabiam que além dos seus filhos teriam que criar também os espúrios. A disparidade entre filhos legais e bastardos era alarmante. Criados ao lado da casa paterna, mas morando na choupana materna determinadas características passavam pelas gerações. De repente, o branco apercebia-se que aculturara-se com o índio, adquirindo particularidades que o diferenciava de outros brancos, entre elas o uso intensivo de banhos e principalmente a língua. É sabido que o branco paulista falava tupi, só usando o português quando fora da Capitania.

A descendência de Francisco é típica. Ao lado dos filhos naturais, entre eles o primogênito João Ribeiro de Proença, deixa também consignados quatro bastardos. Deles teremos outras notícias anos depois através de uma disposição da Câmara que os desobriga de participarem de qualquer ajuda à capitania "por haverem de conservar a ponte he verge de Upiranga". Com isso fica confirmado que ainda no ano de 1660 o latifúndio de Francisco que "ia da Borda do Campo, caminho do mar até o rio Jeribatiba, além de Santo Amaro" continuava nas mãos de João Ribeiro e dos bastardos Ginés e Sebastião. Não sabemos se ele pertencia unicamente ao primogênito ou se começara o estilhaçamento da gleba nas divisões testamentais (8).

Dois dos itens acima referidos nos encaminham para o entrelaçamento do bairro com os problemas da estrada do mar. É fatal que antes mesmo de ser contemplado com qualquer sesmaria o local já era palmilhado por viajantes ou tropeiros que usavam o porto de Santos.

Antes de Anchieta, antes de Nóbrega, antes de Manuel de Paiva, antes de João Ramalho e Martim Afonso, já existia o trilho serpenteado que, saindo dos contrafortes da Serra do Mar, após passar pelo povoado de São Bernardo, cruzava o Ipiranga em direção ao Cambuci. Infelizmente a importância destas tropas e viajantes, na fixação das conquistas lusitanas, poucos estudos tem recebido além do substancial livro de Jaime Cortezão (9). A necessidade de um marco humano que justificasse as pretensões expansionistas da corôa fizeram de S. Paulo uma posição estratégica. Deste ponto com certa facilidade poder-se-ia chegar às minas peruanas e às coxilhas platinas, derrubando o incômodo traço de Tordesilhas. Mesmo quando havia a opção da travessia fluvial chegando pelo rio Pinheiros, o Ipiranga era palmilhado. A importância do trânsito entre São Paulo e Santos nos desígnios políticos e econômicos da Coroa fica patente em vários atos que transbordam ao costumeiro. A todo momento a Câmara preocupa-se

com o "caminho do Padre José" e depois com a "estrada do mar". Além da desobriga dos irmãos Proença e das muitas pesadíssimas para quem depredasse pontes e trajetos, há o famoso caso de João Pires, o gago, que, condenado à morte por haver assassinado um índio, tem a pena comutada pela promessa de refazer a estrada do Cubatão a São Paulo (10).

Durante o século XVII estratifica-se o trilho que atravessando toda a parte centro-leste da vila, depois Província e por último capital levou pessoas a pé, a cavalo, em carruagens e hoje de carro até o Caminho do Mar ou Via Anchieta.

Para manter uma estrada de utilização permanente num local de topografia irregular, onde chapadões de dois ou três metros de altura despencavam bruscamente em alagadiços intransitáveis à menor precipitação pluviométrica, era forçoso usar as encostas das partes altas. Desta forma para quem saísse do Pátio do Colégio, após atravessar a atual praça da Sé, procurava a rua da Glória e Lavapés. Para os que estavam realizando o trajeto em direção oposta, antes de entrar na parte mais nobre e habitada da vila, apumavam suas roupas e limpavam os pés e botas da lama ou poeira, conforme a estação, no córrego que havia no fim da atual rua da Glória e que, por isso, ganhou o nome de Lavapés. Em pleno Cambuci começava a baixada da rua Independência, deixando poucas opções numa várzea só transponível a pé em período de seca. Em linha reta procurava-se a rua Bom Pastor que, de forma segura levava o viajante pela Estrada das Lágrimas ou São Bernardo.

É possível que durante o período seiscentista o Ipiranga muita vez tenha se tornado praça de guerra. Através de uma filha de Antonio de Proença, Ana, casada com Pedro Taques, uma parte do latifúndio talvez tenha sido dividido. Do casal resulta numerosa prole da qual só nos interessam os três primeiros: Pedro Taques, Guilherme Pompeu de Almeida e, principalmente, Lourenço Castanho Taques. O primeiro, já vimos, será assassinado por Fernando de Camargo, o Tigre, filho de Jusepe Camargo que abrirá a guerrilha entre Pires e Camargos, ensanguentando por duas gerações várias famílias e comprometendo toda a história da Vila, numa versão barroca da Verona medieval. O segundo, Guilherme Pompeu de Almeida terá terras em Parnaíba e será lembrado por largo tempo como potentado. Muitos afirmam que sua saída de Piratininga deveu-se à questão com os Camargos.

No século seguinte o genealogista Pedro Taques assim descreve alguns fatos do terceiro filho de seu avô: (11)

"Lourenço Castanho Taques casou com D. Maria de Lara. Este paulista se conservou sempre na prática sem que o infeliz sucesso de seu irmão Pedro Taques, morto a falsa fé por Fernando de Camargo, o obrigasse a seguir a mudança que fizeram outros irmãos, porque o seu grande respeito e

força de armas o prontificava para pôr em cerco aos inimigos do partido contrário. Teve assento na mesma fazenda da ribeira do Ipiranga, que tinha sido de seu pai Pedro Taques”.

Pelo documento fica claro que no embate os Pires levaram a pior tanto que todos os parentes saíram de São Paulo ou da pátria, como então se dizia, menos Lourenço, que mercê dos seus cabedais, coragem e força de armas, não se rendeu.

O fulcro da questão Pires e Camargo nunca ficou aclarado. Aventam várias hipóteses: rivalidade entre portugueses e espanhóis ou lutas entre famílias para o controle da região. Quem sabe se a explosão dos ânimos tanto tempo depois, não tem origem na pendência inicial entre Proença e Camargo. Um território despolicado, contando com uma topografia em luta com os homens e estes homens com passado obscuro, e por vezes criminoso, predispunha a atos extremados.

É justa, portanto, a hipótese que ao invés de problemas transcendentais, as lutas intestinas do século XVII sejam resultado de questões de fundo de quintal, que o ambiente propício incendiou.

Por mais elásticas que tenham sido as fronteiras do Ipiranga, no mínimo abrangendo a área que hoje medeia entre o fim da Av. do Estado e São Bernardo e do Tamandateí ao Ibirapuera, fica provado que o latifúndio não foi a regra. Nada há o que se compare com as terras do outro lado do Tietê imperando as sesmarias de Manuel Preto com o canal de espraio da Freguesia do Ó até as bases do Jaraguá, ou os trigais de Amador Bueno que, da Casa Verde, chegavam ao córrego do Mandaqui. Escravaria insignificante quando comparada com os mil arcos do destruidor de Guairá. Ao contrário, já nos seus primórdios apresenta número tão pequeno de ocupantes que mesmo o minifúndio deve ter sido exceção.

Apesar dos grandes rombos que significam para a história a perda de testamentos e posses de terras, mesmo assim é respeitável o número de proprietários do Ipiranga.

Américo de Moura nos dá notícia de vários outros, além daqueles que já abordamos.

Francisco Brito, aparentado pelo casamento da filha com os Pires. No inventário, levantado em 1616, alega que Jusepe Camargo “deve-lhe telhas” (12) onde, cremos fica mais uma vez amostra que os tormentosos embates entre as duas famílias podem ter sido deflagradas por motivo bem mais fútil que os normalmente aventados.

Pero Nunes, sapateiro, juiz ordinário. Em 1602 participou da famosa bandeira de Nicolau Barreto. O testamento de 1623 enumera vários bastardos (13).

João Fernandes, que em 1598 tinha moradia na encruzilhada do Ipiranga com o Ibirapuera, como consta no Registro Geral (14).

No inventário de Isabel Mendes ficamos conhecendo seu vizinho Pero Domingues que recebeu terras em troca da construção de uma igreja não identificada. (15)

Através de um documento do notório Antonio de Proença termos conhecimento de Jorge Moreira (16).

Por volta de 1585 deve ter-se fixado no local Belchior da Costa que ocupará futuramente os cargos de almotacel, tabelião e escrivão da Câmara (17).

Ao comparecer perante a Câmara para defender-se do crime, Bartolomeu Fernandes declara ser morador do Ipiranga (18).

Dos vários Domingos Gonçalves que habitavam na Vila, um era proprietário ipiranguista. (19)

Até personagens para a literatura forneceu o bairro, como Antonio de Marins, o impoluto pai de Ceci e amigo de Peri (20).

Outro que teve terras na "paragem chamada Piranga" e que tornará seu nome tão popular quanto o do personagem alencariano foi Lázaro Rodrigues Piques. Em 1782 vence uma longa batalha nos cartórios, obtendo confirmação como proprietário de uma sesmaria. (21)

Difícil entender todo o empenho do morador do Piques em terras tão reconhecidamente ruins, quando mesmo os padres da ordem do Carmo, indagavam pouco antes da possibilidade de trocarem algumas braças de terras do Ipiranga com outras mais próximas da cidade.

Enquanto isso alguns proprietários eram legalmente desapropriados de uns poucos metros de terras. Em 1773 a Câmara julgou ser conveniente canalizar o ribeirão Ipiranga. Para tanto o presidente da Câmara, vereadores e procurador vão ter ao riacho e na presença dos proprietários Bento Monteiro e José de Camargo, atentem para o nome, são notificados e aceitam a decisão que é proclamada

"em voz alta e inteligível pelo porteiro da Câmara: Posse! Posse! Posse! que toma a Câmara da cidade de São Paulo do Ribeirão Ipiranga para efeito de conduzir a sua água para a cidade em utilidade do bem comum!"

E, após isso, como era praxe no local, nada mais se fez (22).

O século XIX oferece para o historiador uma visão diferente da realidade paulistana. Leopardi costumava dizer que o estrangeiro vê o país que pisa com olhos de pósteros. Por vários motivos que vão da curiosidade à espionagem, o período que começa com a chegada da Família Imperial é pródigo em viajantes que deixaram memórias.

O primeiro, e talvez o mais importante, porque do sucesso de suas narrações é que proveio toda a procissão posterior, foi o inglês John Mawe. Entrando no Brasil pelo sul, deixa descrições fotográficas das Províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Infelizmente nada deixou sobre o Ipiranga, por onde nem deve ter passado. Em 1815 os sábios alemães Spix e Martius a exemplo de Mawe fazem

minuciosa relação da sua estadia entre nós, partindo dos aspectos fitogeográficos e estendendo-se mesmo aos psicológicos.

O sueco Gustavo Beyer em 1813 é mais comedido, nada deixando do que estamos tratando.

O português Luiz D'Alincourt, que veio em missão oficial em 1818, é um dos primeiros a expor uma viagem de São Paulo a Santos pela estrada do mar. O livro editado em 1823 tem este sucinto lembrete:

“É notável o aumento que tem experimentado a povoação da estrada de Cubatão a São Paulo: em 1818 eram raros os moradores; no princípio deste ano, 1823, encontram-se a cada passo. Embora trabalhem nossos inimigos em fazer retrogradar os progressos do Brasil, não o conseguirão de certo, transtornar o que a pródiga natureza nos concedeu, não é obra dos homens. Não muito distante da cidade existe o célebre lugar chamado Piranga, que sempre será decantado nos Anais Brasileiros por ser onde o Grande, Imortal Pedro Primeiro proclamou pela primeira vez a nossa Independência ditosa” (23).

Mas, de todos os viajantes que transitaram por São Paulo, o fato de Auguste de Saint Hilaire não nos legar uma descrição do Ipiranga, como temos, por exemplo, da região do Jaraguá e Freguesia do Ó, é realmente lamentável. Ninguém como ele soube chegar ao âmago da paisagem e do homem paulista. Ninguém foi tão sincero, imparcial, profético. E a situação é tanto mais lamentável porque precisou aqui estar por duas vezes. Em 1819 e depois em 1822 poucos dias antes da Independência. Ele mesmo lamenta-se de não poder chegar até Santos, mas para não privar os leitores de todo, baseando-se em outros viajantes, deixa uma descrição do Caminho do Mar.

Chega-se finalmente, aos acontecimentos do dia 7 de Setembro de 1822. Conturbações de ordem popular e política trouxeram o príncipe D. Pedro I a São Paulo. Nem bem solucionados estavam os problemas da Capital, e ele se desloca rapidamente ao porto de Santos, onde outra insurreição lavrava. Na volta desta viagem o séquito é interceptado por um correio da Corte. Cartas de José Bonifácio, da Imperatriz Leopoldina e de D. João VI levam o jovem príncipe ao lance teatral da proclamação. Às ruidosas comemorações segue-se um hiato que tornou o verdadeiro ponto da proclamação uma trama policial. Não podendo as arcas desbaratadas da Capitania suprir com os gastos para a elevação de um marco que lembrasse o fato, um grupo de cidadãos tendo à frente Antonio da Silva Prado, pede licença para abrir uma subscrição pública “afim de se erigir no lugar, denominado Piranga, hum monumento” (24).

José Bonifácio dá a concessão para a construção do marco a 26 de fevereiro de 1823.

Nada deve ter resultado de prático pois, a 22 de setembro do ano seguinte, o primeiro presidente de São Paulo pedia a todas as Câmaras Municipais que participassem com ajuda.

A exemplo do pedido dos carmelitas no século XVIII, os edis de 1825 queriam transferir a ereção do monumento para junto da cidade para maior comodidade. A Coroa responde peremptória, dando um categórico não.

“Representando o Presidente da Província de São Paulo, em officio de 24 do mez próximo passado, a difficuldade que occorre para se collocar no sítio do Piranga o monumento que se pretende erigir em memória do faustissimo acto da proclamação da Independência deste Império, pela distancia em que se acha da capital da Província, propondo outro local à entrada da cidade, junto ao novo Hospital da Misericórdia e Casa dos Expostos, e pedindo para isso faculdade:

Há S. M. o Imperador por bem Resolver que, não obstante as razões expostas no dito officio, seja aquella memória inaugurada no próprio sitio do Piranga, em que foi proclamada a Independência Política do Império, e onde por isso as gerações futuras devem celebrar a lembrança de tão extraordinário e feliz acontecimento. O que manda pela Secretaria de Estado participar ao sobre-dito Presidente para sua intelligência e execução. Palácio do Rio de Janeiro em 9 de abril de 1825. (a) Estevam Ribeiro de Rezende.”  
(25)

Ao presidente da Câmara comodista só restou pedir que se fizesse com toda a brevidade um marco no verdadeiro local do ato. Pouco depois a Câmara respondia:

“Vereança extraordinária de dois de Setembro de mil oitocentos e vinte e cinco: Aos dois dias do mez de Setembro de mil oitocentos e vinte e cinco, nesta Imperial Cidade de São Paulo e sitio do Piranga, onde foi vindo o Senado da Câmara, composta do Presidente, Doutor Juiz de Fóra, Ernesto Ferreira França, e Vereadores Cirurgião-Mor Francisco de Paula Xavier de Toledo, Capitão-Mor Eleutério da Silva Prado e Capitão Antonio Bernardo da Veiga, este transacto e aquelle actual, e do Procurador Capitão José Rodrigues Velloso de Oliveira, e os Cidadãos abaixo assignados, para dar-se cumprimento à portaria do Excellentissimo Presidente, de vinte e nove de Agosto próximo passado, na qual, em consequencia da ordem de Sua Magestade o Imperador, transmitida em Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, de nove de Abril do

corrente anno, ordena ao mesmo Senado examine e designe o lugar mais proprio e conveniente neste mesmo sitio, em que foi proclamada a Independência Política do Império, para nelle se inauguar o Monumento destinado para lembrança de tão fausto e memorável acontecimento.

Sendo ahi accordou-se unanimemente que o lugar mais próprio para este fim hé o que se acha em huma eminência, sahindo da ponte do Piranga para o lado de Santos, na extremidade de huma linha de cento e oitenta e quatro braças, tirada da dita ponte na direção de dez grãos de Norte a Este, visto unir às vantagens locais o ser o próprio em que Sua Magestade o Imperador deu o grito da Independência Política do Império; tendo-se marcado o dito lugar com os Cidadãos assistentes, e eu Bernardino de Senna Reis e Almeida, Escrivão da Câmara o escrevy. - França. - Toeldo. - Velloso. - O Brigadeiro, Joaquim Marianno Galvão de Moura Lacerda. - O Tenente Coronel José Maria de Mello. - José Manoel de França. - Francisco de Castro do Canto. - Está conforme. Imperial Cidade de São Paulo aos tres de Setembro de 1825. O escrivão da Câmara Bernardino de Senna Reis de Almeida" (26).

Tentando reparar o descaso da Câmara paulista que nada mais fez, a do Rio de Janeiro se propõe a inciar uma subscrição nacional para a edificação do monumento. A 7 de setembro, nem mesmo a colocação da pedra fundamental pôde ser feita. A solenidade é adiada para 12 de outubro. No ano seguinte a muito custo consegue-se estaquear os alicerces do lamentável projeto comemorativo.

Constaria de uma base quadrada com 13 metros cada lado. Uma escadaria de 14 degraus levava a um cone que ficaria a 14 metros do solo. O resto da decoração era ainda mais lamentável.

Em 1829 sendo chamada a informar sobre o andamento da obra, a Câmara desculpa-se da paralização do marco. Orçado em 21 contos e 500 mil réis, a subscrição só atingiria 1 conto e oitocentos mil réis, engolindo o alicerce 1 conto e cento e quarenta mil réis (27).

O desinteresse, para não dizer descaso dos paulistas para a ereção do monumento preocupou vários historiadores; Taunay em especial. Aqui e ali invocam-se motivos que pouco afinam com a trama político-partidária do primeiro reinado.

É sabido e comprovado que a Independência fora consumada no "Grande Oriente" a 20 de agosto de 1822. Certamente ninguém duvidará que junto com as mensagens de José Bonifácio, da esposa e do pai, D. Pedro tenha recebido uma de Gonçalves Ledo participando ao Grão Mestre o que se decidira na Loja. A maçonaria nunca escondeu que usou o príncipe no episódio do Fico e no da Independência. Por

outro lado, D. Pedro sabia que sem o apoio maçônico, suas ambições demandariam tempo para concretizar-se. Sua dependência e agradecimento fica patente se lembrarmos que saindo de São Paulo a 9 de setembro, chega ao Rio apenas cinco dias depois, quebrando vários cavalos para isso. Ainda com o pó da estrada, a menos de duas horas de sua chegada ao Rio, vai ao Grande Oriente para receber o malhete de Grão Mestre. Pouco depois, intrigas de toda ordem entre ele e a maçonaria e dentro dela mesma entre os andradistas conservadores e os liberais levam o imperador, em outro lance teatral, ao fechamento da Loja. Convalescente de uma queda, pede a José Bonifácio que vá ao Paço. Enquanto o ministro se entretém com a imperatriz, ele foge pela porta dos fundos e, unindo-se a um grupo leal, abrigando-se em longas capas de um aguaceiro inclemente, chega à Loja, destituindo Martin Francisco da presidência, recolhendo toda a documentação e proibindo qualquer outra sessão sem sua ordem. A maçonaria voltava à clandestinidade. Gonçalves Ledo e o grupo mais radical passam a articular a queda do imperador que haviam fabricado pouco antes.

Nada há de estranhável, portanto, se José Bonifácio assina uma ordem e, ao mesmo tempo, quiçá, envia outra secreta anulando os efeitos da primeira. Ou se o grupo radical subverte com êxito tudo que saía do Paço. Afinal toda a máquina burocrática se achava nas mãos dos pedreiros livres.

Taunay, analisando o projeto do monumento de 1826, chega somente à conclusão que "a estética que a inspirara, era a mais deplorável". nada falando da sua conotação maçônica evidentiíssima.

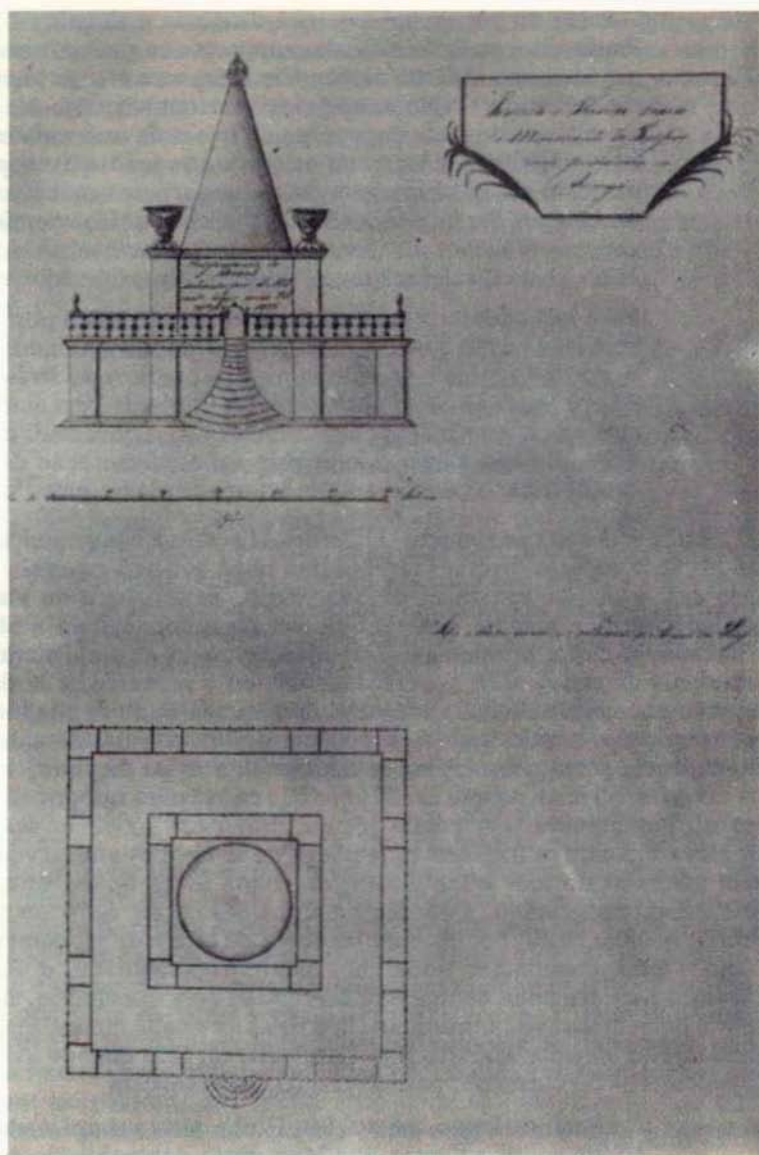
Pouco depois, a ingenuidade de Taunay atinge o ápice, quando fica chocado com a falta de clareza da lápide comemorativa onde

"inscrever-se-ia a seguinte, paupérrima, senão calínica inscrição, que bem pouco enaltece a arte epigráfica do autor: 'Independência do Brasil, declarada por S. M. Imperial neste lugar no dia 7 de setembro de 1822.' (28). Nem sequer lhe ocorrerá o argumento de que um dia poderia perguntar algum visitante do local quem seria essa S.M.I."

Não teria percebido o ilustre historiador paulista que a intenção da Venerável Ordem teria sido exatamente fazer esquecida a pessoa de Pedro de Alcântara?

Os desmandos políticos do imperador favorecem o solapamento subversivo empreendido pela maçonaria. A 7 de abril de 1831 ele se vê obrigado a renunciar. O monumento, mais do que nunca ficara na base. Todas as medidas serão dilatórias ou desaparecerão no nascedouro.

Azevedo Marques afirma que de 1836 a 1841 a Câmara sempre votou a quantia de 4 pontos. Onde foi empregada a verba é mistério. Fletcher nos deixou uma descrição do local, onde evidencia que nada evoluía.



Primeiro Projeto do Monumento à Independência

“Antes do por do sol avistei à distância a Cidade de São Paulo. Sua posição elevada num pequeno planalto que se vai alteando a partir da planície, suas numerosas torres e campanários e velhos edifícios conventuais, dão-lhe um aspecto muito mais imponente do que o de uma cidade de mais população. Antes de galgar a elevação, passei pelo pavilhão erigido à margem do Ipiranga, para comemorar a declaração da Independência Brasileira, solenemente levada a efeito por D. Pedro I, quando (7 de setembro de 1822) neste local exclamou “Independência ou Morte!”

Esse local deve ser reverenciado em pensamento por todo brasileiro, e também ser memorável em todo o mundo; não é, portanto, pouco lisongeiro para os créditos do Brasil ou da província de São Paulo, fértil em patriotas, que nenhum monumento mais digno de “bronze ou mármore mais durável”, até agora haja sido erigido em comemoração de um acontecimento de tão grande interesse para o país.” (29)

Após seis anos de reinado, D. Pedro II sentiu a conveniência de conhecer in loco as diversas regiões que tinha sob seu governo. Em 1846 era a vez da Província de São Paulo. Pelo roteiro de visitas estabelecido fica patente que ele quis ver ou o conduziram a obras realizadas e não a problemas. Teríamos por aqui algum Potemkin, fabricante de cenografias governamentais, ou o monarca se desinteressava por necessidade? Como ele chegara via Santos, fatalmente quis conhecer o sítio onde seu pai nos desligara publicamente da dependência portuguesa. A coisa aconteceu a 26 de fevereiro.

O governo paulista que em 24 anos não conseguira sair dos alicerces do monumento, em pouco tempo armou um pavilhão onde o monarca e comitiva fizessem uma pausa da sempre estafante viagem pelo caminho do mar e mudassem de roupa antes de ingressarem solenemente na capital. Que pensamentos devem ter ocorrido a D. Pedro, homem culto, conhecedor de obras de arte e de monumentos erigidos para comemorar fatos bem menos significativos, e vendo apenas uma torrezinha de madeira carcomida pela intempérie, como marco comemorativo? Certamente não deve ter ficado menos acabrunhado que o viajante Roberto Avé Lallemand em 1858 quando avistou os escombros do barracão, pois do marco, nada sobrara.

“Afinal, de longe, avistei São Paulo, muito simples, numa colina sobre a depressão. Meia légua antes dela se passa pelo célebre Campo do Ipiranga, no qual, há trinta e seis anos, o Imperador D. Pedro I proclamou a independência do Brasil. Aqui se elevam da terra pontas de vigas que outrora formavam um pavilhão de festa. Nenhum monumento orna o memorável sítio” (30).

Porém, nem mesmo a visita monárquica trouxe modificações. Nota-se a cada tanto um reavivamento do interesse, mas sempre apoiado na iniciativa particular, como em 1855 quando é proposta mais uma das infundáveis subscrições provinciais que cidadãos bem aquinhoados como Rafael Tobias de Aguiar, os barões Souza Queiroz, Iguape e Tietê, os conselheiros Gurgel e Ribas e os coronéis Toledo e Silva Teles deveriam apadrinhar. A resposta de Tobias de Aguiar, modelo de sibilinidade, é aqui evidenciada para melhor compreendermos porque determinados acontecimentos têm postergação infinita, quando picuinhas pessoais ou grupais se elevam acima das exigências globais:

“porque é comestinho que os mais próprios para executarem uma lei são aqueles que a confeccionaram, ou então, em harmonia com seus autores, havendo por isso mútua confiança: e não me julgando, neste caso, visto que honro-me de professar os princípios do partido liberal, o qual tem sido excluído de representar a Província nas duas últimas legislaturas, que hoje são do domínio público, parece-me, portanto, mais acertado limitar-me a oferecer somente, como contribuição, uma pedra para esse padrão que deve levar para a posteridade um sucesso tão glorioso e contanto maior prazer, quando é certo que nessa época memorável não fui expectador indiferente.” (31)

Como se vê, o último marido da Marquesa de Santos negava seu apoio baseado em querelas partidárias que mal casavam com quem se ufanava de não ter sido “expectador indiferente”.

Emílio Zaluar, visitando o sítio em 1869 dá também seu triste testemunho: “Para quem sai de São Paulo pela estrada de Santos, depois de haver deixado o pitoresco sítio da Glória, célebre por uma casa que se vê distante do caminho e pelo éco que aí se desafia nas belas noites de luar, o primeiro objeto digno de atenção que encontra é, a pouco mais de uma légua da cidade, um lugar estéril, abandonado e ermo, onde apenas crescem algumas ervas rasteiras e arbustos enfezados, por entre os quais serpeia um triste arroio, e onde imperam a solidão e o silêncio. Esse lugar chama-se campina do Ipiranga! Não há aí um monumento, uma coluna, uma pedra, uma estaca ao menos que indique ao passante ser esse o átrio onde se consumou o fato mais brilhante da história nacional, e onde se gravou a data imortal da independência de um povo!” (32)

As zeladorias, comissões e oferecimentos nada trouxeram de prático, mas em 1872 ocorrem alguns fatos trevosos, provavelmente só compreensíveis à luz maçônica. O governador Visconde do Bom Retiro, ordena ao engenheiro Carlos Rath uma planta minuciosa do Ipiranga, exumando em seguida a pedra colocada em 1825. Mais

estranhável se torna o fato por que três anos após, quando da sua gestão à testa da Província, João Teodoro manda repô-la no mesmo local com grande aparato.

Quem sabe se a pressão exercida pelos estudantes da Faculdade de São Francisco não estava presente nessa atitude. Almeida Nogueira e Spencer Vampre informam que todos os anos eles organizavam romarias ao Ipiranga no dia 7 de setembro. Estariam eles presentes em outras pressões, como a do vereador capitão José Homem Guedes Portilho que a 5 de agosto de 1875, em termos candentes pede à Câmara: 1.º - que ela apresente o histórico do ocorrido sobre o monumento do Ipiranga. 2.º - leve a efeito a obra. 3.º - convoque o público e o faça participar de tudo (33). Em consequência, rearticulam-se comissões, pedidos, donativos, projetos e toda sorte de exteriorizações vazias. O vereador pedia informações e exigia atitudes, mas nunca foi informado da destinação dos donativos ofertados por vários mecenas que não carregavam os pruridos do "expectador indiferente".

O comendador Jerônimo José de Mesquita dirige à Câmara Municipal de São Paulo o seguinte ofício".

"Ilustríssimos Senhores. A necessidade de erigir-se nas margens do Ipiranga um monumento que mostre aos vindouros o lugar onde se soltou o glorioso grito — Independência ou Morte — que tornou o Brasil por encanto Império e Império livre, é altamente sentida por todos os corações patrióticos e a Assembléia dessa Província assim o tem, por vezes, reconhecido, consignando quantias para aquele fim.

Convencido o abaixo assinado de que não pode por muito tempo demorar-se a realização de tão nobre quão elevado pensamento e certo por outro lado de que não haverá no Brasil quem deixe de concorrer à proporção de suas forças para auxiliar os Poderes do Estado nos meios que julgarem conveniente decretar para quaes se leve a efeito este verdadeiro empenho de honra nacional, lembrou-se de dirigir a V. V. S. S. ofertando a quantia de 5:000\$000 e comunicando que está autorizado pelo Conde de Bom Fim para oferecer igual soma.

As ditas quantias serão por eles depositadas no Banco Rural Hipotecário onde ficarão vencendo juros até que se principie a construção do Monumento acima referido para o qual são exclusivamente destinadas. O abaixo assinado pensa que em nenhum lugar podia ser mais cabido o seu oferecimento do que na Província que tem a glória de ser aquela em que foi proclamada a Independência do Brasil pelo Augusto Fundador do Império" (34).

E não se pense que o monumento era uma exceção. Como a cidade só contasse com um teatro, que já nascera anquilosado em 1793, pois era a readaptação da antiga Casa da Fundação, que por sua vez sofrera reformas por ser antes a residência dos capitães generais. Como promessa governamental pouco custa, a cada tanto discutia-se um teatro “à altura dos paulistas”. Só em 1856 o governo contrata a obra com Antônio Quartim Barbosa, personagem trêfego, sobre o qual os memorialistas menos contundentes o classificam de “empreiteiro de obras sem fim”. Dois anos após, como nada havia sido projetado, o governo rompe o contrato. Pouco depois é feito outro, obrigando-se a Província a fornecer o terreno e ele o edifício. Verbas com destinações misteriosas e novos contratos pululam. Em 1858 nem mesmo a planta estava pronta, mas ele pedia mais 20 contos e só então a tão “importante” pedra fundamental é coberta de terra e, logicamente, discursos sem fim. Os Anais deixam transparecer aqui e ali a rocambolesca troca de interesses entre Quartim e os diversos homens que estiveram à testa da Província. Finalmente, em 1864, inaugura-se o Teatro São José pela primeira vez. Dizemos isso porque ele foi dado ao público com as paredes internas e externas sem acabamento e a platéia... sem cadeiras. Tornou-se folclórico o espetáculo da chegada dos espectadores carregando seus banquinhos, ou de escravos levando para seus senhores cadeiras e assentos maiores.

Dez anos mais tarde ele consegue mais 47 contos para alguns retoques e temos outra inauguração. Em 1886, quando Toscanini quase estréia na regência em São Paulo e Sara Bernahardt surge pela primeira vez no Brasil, os jornais falam em acabamento externo. Poucos edifícios terão uma história tão recheada de “peripécias teatrais”.

As Atas, nos seus primórdios, falam da inclinação que os paulistas tinham pelo jogo. Viajantes e jornais mais tarde confirmarão os fatos. Como derradeira medida para levar adiante o projeto do monumento o governo recorreu às loterias. E surtiu efeito. Em 1881, a primeira extração rende mil contos, possibilitando, em definitivo, a saída do projeto da fase quimérica para a real. O arquiteto italiano Thomaz Gaudêncio Bezzi apresenta o esboço de um projeto. Três anos serão gastos entre o governo e Bezzi para chegarem a um ponto comum. O governo pede um edifício que abrigue uma escola, enquanto o italiano fica irredutível na construção de um palácio. Em 1884, ainda sem acordo total, começa-se a obra sob a supervisão de outro italiano Luiz Pucci. A história só registrou estes dois, mas a lógica indica que além do “cappomastro”, também da mesma origem seriam os carpinteiros, frentistas, pintores, marceneiros, pedreiros, etc., porque os trabalhadores da nossa claudicante arquitetura imperial, toda ela baseada na taipa, não estavam preparados para o alto voo, que representava na

época o edifício de Bezzi. Uma continuação lógica, em estilo e escala proletária, teríamos dali para a frente nas casas do Bexiga e Braz.

A maquete do projeto original deixa claro que apenas parte dele foi edificado, pois o formato em E exigiria que seus 123 metros de frente por 16 de fundo fossem coroados por duas alas. Mas só o fato da teimosia do italiano ter levado a obra àquele estágio, merece nossos louvores, pois o governo continuava na trilha da filosofia exposta no dia da inauguração das obras a 25 de março de 1885 por Vieira de Carvalho, Rangel Pestana e Antonio Carlos:

“um Instituto Científico, uma academia expressamente destinada a difundir a instrução científica apropriada à generalidade da população, creada não para fazer sábios, mas para generalizar a instrução científica popular...” (35)

Taunay observa que o Monumento não devia ser obra escultural e sim arquitetônica, capaz de utilização prática e cultural, sede de algum estabelecimento de educação e instrução. Isto nos dá a clara idéia da mentalidade positivista já reinante na época e que vigorará por um certo período pois podemos ver como exemplo que as publicações têm um cunho pragmático e científico voltado especialmente para a área de exatas, onde se dá atenção especial à biologia.

Durante a execução da obra o governo aprovou uma planta de Luiz Pucci para a construção de uma avenida que, partindo do Ipiranga, em linha reta atingisse a Igreja do Braz, atravessando a Moóca. Desta forma os três bairros proletários em formação estariam facilmente unidos. J.J. Ribeiro em 1901 lamenta que após a aprovação nada mais fosse feito, falando nas melhorias para o saneamento que traria a obra. Também como consequência do prédio e da mão de obra especializada no local em 1889

“os cidadãos Justo Nogueira d’Azambuja e Francisco de Souza Paulista assinam com o Presidente da Província contrato para uma linha de bonde, à colina do Ipiranga, partindo a mesma do Largo da Sé”.

Deve-se também a Justo e Clímaco Barbosa a fundação da Igreja do Cambuci, onde os ipiranguistas iriam buscar conforto espiritual mais próximo, pois antes só poderiam fazê-lo no centro da cidade ou no Braz.

#### Outros confortos também são evidenciados

“Os engenheiros Luiz Rafael Vieira Souto e Horácio Rodrigues Antunes, requerem à Intendência Municipal da Capital, concessão para a fundação de casas para operários nos bairros de Perdizes. Moóca, Tijuco Preto e Ipiranga, de acordo com o plano aprovado pelo Decreto-Lei de 19 de fevereiro de 1887” (36).

Nada resultou de prático.

Importante é situar que de 1885 a 1900, período da construção, o Brasil atravessou os últimos e conturbados Ministérios Imperiais, Abolição, República e Encilhamento.

Em 1890 o governo paraliza as obras, lançando a vergonhosa mentira que pouco faltava para a conclusão, apesar dos corpos laterais nem terem sido começados e as partes internas estarem praticamente nuas.

Até 1894 ele fica fechado sem mesmo o governo decidir-se por uma filosofia de uso. Enquanto isso Deodoro renuncia, Floriano governa com a espada e leis excepcionais, Prudente ganha as eleições e o governo chega à conclusão que o prédio custou mil e setecentos contos.

Ainda em 1894 são levadas para o Museu as aquisições do Major Sertório e Francisco de Paula Mairinque. O governo, finalmente, decidira-se por um Museu em lugar da escola. Bezzi triunfara.

A 7 de setembro de 1895 é solenemente inaugurado. Desta vez e, cremos que única, a festa aconteceu na data precisa. Ao prédio, porém, faltava muitas portas e janelas. A tragi-comédia do Teatro São José repetia-se.

Em 1907 o governo incumbe o paisagista Arsenio Puttemans de ajardinar a área frontal do Museu.

A se julgar pelas poucas fotos existentes, o estilo dado à jardinagem, toda ela tendendo para a geometrização, sem rebuscamento, é bem mais condizente com a arquitetura de reminiscências renascentistas do prédio, diferente, portanto, dos atuais jardins de tendência barroco francesa.

A intervenção paisagística de que Arsenio Putemnas lançou mão, com esplêndido senso de escala e oportunidade, completou a imagem do primeiro conjunto.

De acordo com Cláudio Gomes, o que veio depois não fez mais do que confirmar o acerto da solução paisagística: a implantação, em 1922, da "grande percée" arborizada ritmadamente de ambos os lados que, na melhor tradição renascentista, como a anterior, leva e conduz o observador ao longo do quilometro e meio da Av. D. Pedro I, desde o seu início, na Av. do Estado, até a praça do Monumento, preparando-o depois em lenta subida para o clímax da escadaria monumental e do pórtico de oito colunas do Museu Paulista.

De acordo com a lei de n.º 1324 de 31 de outubro de 1912, temos o seguinte decreto:

"Auctoriza o Governo a promover a erecção de um monumento, no Ypiranga, que perpetue a proclamação da Independência Nacional.

O dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado de São Paulo,  
Faço saber que o Congresso Legislativo decretou, e eu promulgo, a lei seguinte:

**Artigo 1.º**

O Governo promoverá a erecção de um monumento que perpetue, na collina do Ypiranga, a proclamação da Independência Nacional, podendo, para esse fim, entender-se com o Governo da União e os dos Estados, de modo que o monumento projectado tenha character nacional.

**Artigo 2.º**

Fica o Governo auctorizado a abrir concorrência publica, no paiz e no estrangeiro, para serem apresentados, dentro do prazo de um anno, projecto, planta maquette e orçamento do referido monumento.

**Artigo 3.º**

O auctor do projecto que fôr classificado em primeiro logar, terá direito a um premio de 30:000\$000, em moeda brasileira, e o do que fôr classificado em segundo logar, a um de 15:000\$000, em igual moeda.

**Artigo 4.º**

Fica o Governo auctorizado a premiar, com a quantia de 10:000\$000, em moeda brasileira, a melhor monographia que fôr escripta, em lingua vernacula, especialmente sobre o acontecimento de 7 de Setembro de 1822, e que deverá ser distribuida em commemoração à inauguração do monumento a que se refere o art. 1.º.

**Artigo 5.º**

Fica o Governo auctorizado a abrir os créditos necessarios para a execução dessa lei.

**Artigo 6.º**

Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretário do Estado dos Negócios do Interior assim a faça executar.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 31 de Outubro de 1912.

**Francisco de Paula Rodrigues Alves**

**Altino Arantes.**

Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, aos 4 de Novembro de 1912. — O director-geral, Alvaro de Toledo." (37)

Tem início o II Ato; somente em 7 de setembro de 1917 será aberta a concorrência (38) e de acordo com as normas estabelecidas, em 1920 inicia-se a exposição de "maquetes" do monumento à Independência.

"Nas salas do Palácio das Indústrias encontravam-se expostos os projectos dos srs. Jorge Krug, de S. Paulo; Garuffi, de Roma; Roberto Etzel e Luigi Contratti, de Turim; Ettore Ximenes, de Roma; Dinini Cesare e Aldo Scala, de Roma; Luigi Brizzolara, de Roma; Bibiano Silva, de Pernambuco; Lucio Rossi, de Buenos Aires; dr. Victor Mercado e H. Bakkenist, de S. Paulo; Annibal Saint Ambrien e Alberto Pacheco, de S. Paulo; A. Sterup Hansen, da Dinamarca; Antonio Banchine, Fellipe Pedro Nenine e Luiz Raffo, de Montevidéo; Terengio Granetti, de Buenos Aires; Grim, da Suissa; Zochi, de Roma; N. Rollo, de S. Paulo; Edgard Limone, de Napoles; Angel Gorge Diaz, da Hespanha; Charles Keck, de Nova York; Inocencio Soriano, de Madrid; Mario R. Pinto e Fernando Frenck, de S. Paulo; Torquato Torre e José Ferro, de Buenos Aires (39)". A partir de 30 de março de 1920, vários críticos de arte iniciam uma constante apreciação sobre as maquetes expostas com defesas e ataques não somente aos artistas mas, principalmente ao critério moral do governo. A mais expressiva, de Monteiro Lobato, que segue na sua íntegra abaixo, saiu no jornal "O Parafuso", um dos mais contundentes da época:

### O "GRILLO" XIMENEZ

Vae fazer um anno. Era em Guarujá. A formosa praia reunia em suas areias gritantes a alta gomma da Paulicéa, que, de figurino na mão, purgava-se alli das toxinas accumuladas na capital. Em dado momento cruzou comnosco um typo enfunado, de marca exotica, com esse ar petulante dos que chegam à colonia vêm e vencem.

— O escultor Ximenes, cochichou-nos um amigo. É o tal que vae fazer o monumento da Independência.

O concurso para esse monumento, aberto em 1917, ia encerrar-se em 1920; estranhámos, pois, que, com tamanha antecipação, já se apontasse na rua o vencedor.

— Vae fazer, como? inquirimos. Não está encerrado o concurso, não se conhecem os projectos, não houve julgamento: como já pode haver um vencedor?

— Ingenuo! Não conheces ainda S. Paulo? Julgas, acaso, que um certamen artistico possa ser regido por um critério moral differente do que rege os casos políticos e os concursos para empregos públicos? Concorra quem concorrer, Miguel Angelo, Rodin ou Jevach, resucitados, o vencedor ha de ser este Ximenes. Elle “cordou cedo”, já teceu os páus, já organizou a victoria. Outros serão eleitos, o “reconhecido” será elle. Verás.

Calamo-nos. Pessoa intima do situacionista que era o informante devia ter razões ponderosas para falar com tamanha segurança. Mas em nossa mente ficou uma duvida. Era impossivel que o espirito negociista do alto cothurno dominante chegasse a ponto de bancar corretagem sobre a cabeça de José Bonifácio, ou cotar na Bolsa o grito do Ipiranga. Não iriam até lá. Por mais phenicias que sejam as almas diante de um monumento nacional, onde está em symbolo a patria, a traquibernia adormece. Não! Não chegariam a tanto.

O tempo corre. Passa-se mais um anno. Abre-se no Palacio das Industrias a exposição das “maquettes”. Concorreram vinte e tantos artistas. O povo, dias e dias, enche o recinto. Toda a cidade commenta, discute, toma partido. Forma-se a opinião. Opera-se o inevitável trabalho eliminatório e, no fim em causa, o de Etzel, o de Brizzollara, o de Rollo.

O de Etzel-Contratti vê-se consagrado pelo grandioso das linhas geraes da nossa architectonica e pela optima escolha e factura dos elementos esculpturaes alegoricos.

O de Brizzollara, fulgurante autor do monumento à independência argentina, recebe o voto incondicional de quantos querem na obra de arte uma nota moderna, pessoal, fóra dos chavões classicos vulgarisados no monumento inteiro por um uso e abuso excessivo.

O de Rollo alcança a palma da victoria. Este jovem artista, ha sete annos residente no paiz, soube criar uma linha architectonica da mais rara belleza, soberba de equilibrio e repouso, à espaços quebrados por massiços esculpturas onde perpassa um sopro de genio.

Toda symbolica, sem notas veristas ou anecdoticas que a fizessem prosaica, domina-a uma idéa central de fundo alcance philosophico. É um conceito amplo de independência como só o têm os sociologicos. Esta idéa ergue o monumento inteiro, no todo e nas partes, de modo a fazer delle um poema de rara unidade. O povo sentiu que estava diante de uma obra de genio e, hypnotizado pela força magica da belleza, agglomerou-se em redor da maquette, comulando-a de todos os louvores. Cobriu-a de inscrições ingenuas, mas fogosas, onde punha em palavras os arrepios de entusiasmo que só o grandioso costuma arrancar.

Unisonos com o povo, os artistas todos da Paulicéa, os criticos, os jornalistas, num "ruch" soberbo, victoriavam o heroe do dia.

Vencera Rollo, e S. Paulo iria ter a honra de erguer no Piranga o mais bello monumento da America do Sul.

Estavam as coisas nesse pé, quando o governo nomeia um tribunal julgador. Juizes que seriam de escriptura e architectura foram technicos dessas artes os escolhidos? Não. Mas empreiteiros, vereadores, engenheiros, funcionarios publicos. Tinham competencia para julgar na materia? Não. Nem estavam alli para julgar e sim referendar um julgamento já feito nas antecamaras pelos correctores do negocio. E esse tribunal escolheu... o projecto de Etzel? o de Brizzollara? o de Rolo? Não. Escolheu o de Ximenes, um projecto que o concurso unanime da opinião vacillára em collocar no quarto ou no quinto logar.

Mal correu a noticia, foi de estupor a impressão da cidade. Depois, veio a revolta. Não houve alma bem formada que se não sentisse presa de um profundo engulho — o mesmo engulho que S. Paulo sentiu na campanha contra Luiz Barreto e, mais tarde, na campanha contra Ruy Barbosa. Entretanto, os homens sendo os mesmos, o extraordinario seria se procedessem de outro modo. Foram logicos...

\*\*\*

Que vale, como arte, o projecto adoptado? Bem pouca coisa. E um presepe de gesso, vazio de idéa, frio, inexpressivo. Não diz nada. Limita-se a explorar o bonito, esse grande inimigo do bello. Além disso, está inçado de elementos incongruos, que o maior sophista de arte não consegue justificar. Enfeitam-no duas esphinges aladas. Por que? Qual a significação dessa nota egyptica? Lateralmente ha

dois leões de asas. Por que? Qual a intenção desse toque assyrio? Atrás figuram mais dois leões estes sem azas. Por que? Qual a mira dessa homenagem a Numidia?

No grupo central ha um carro de triumpho tirado por dois cavallicoques e guiado por uma mulher grega. Em redor della, a pé, caminham figuras gregas ou romanas. Na rabada do trolly, um indio... Pery, visivelmente, o Pery dos mambembes lyricos que escorcham o Carlos Gomes pelo interior. Esse grupo não diz nada e significa o que quizer. Em ultima analyse, só significa uma coisa: a pobreza mental do artista. Ha mais, nas esquinas, quatro fruteiras de ornamentos, lembrando esses vasos de louça do Porto que os antigos mestres de obras punham na platibanda das casas. Ha ainda, nos cantos quatro columnas com a classica mulherzinha no topo, segurando a corôa de louros. Chega a ser debilidade de espirito lançar mão desta tolice num monumento moderno.

Mas o esculptor não nos perdôa um chavão sequer do seu vasto arsenal, e completa a série com um altar da patria, no primeiro plano, onde arde, em ridiculas chammas de bronze o "fogo sagrado"... Faltou só escrever, com o charuto do conselheiro Accacio, num degrau da escadaria, o succulento "Honra ao merito".

Architectonicamente, a massa, dividida em planos iguaes, sem um onde repousem os olhos, é inepta e digna do indio da pyra, dos leões e das greguinhas.

Ha ainda uma frisa onde se plagia, com o mais deslavado topete, o quadro celebre de Pedro Americo — estragando-o, porém, como uma variante de interpretação grotesca. D. Pedro, de boca aberta, está a proferir o grito, e a comitiva, em vez de, electricisada, attender à voz do imperial senhor, corcovéa, sacode espadas, dá pinotes, berra, zurra, como farrista em dia de festa, depois de grosso beberete.

Desse projecto disse o "Estado de S. Paulo", onde tem voz o mais honesto, serio, competente e commedido dos nossos criticos de arte "Organicamente", por si mesmo, pela força da expressão propria, não diz nada. É um monumento que, com variantes, poderá estar no Brasil ou na colonia do Cabo. É necessario que tenha ao lado um cartaz explicativo. Ou, por outra, e um canto muito harmonioso — mas sem palavras."

Eis o que é o "grillo" Ximenez: uma coisa que não diz absolutamente nada. Mas não dirá nada mesmo?

Não diz nada do ponto de vista esthetico, mas, do ponto de vista moral, é eloquentissimo. Diz muito. Diz demais. Diz tudo que não devia dizer.

Diz que "ha alguma coisa podre no reino da Dinamarca". Diz que São Paulo tem o que merece, um estafardo à altura da sua política, dos seus mecenas villamarianescos, da sua mediocridade mental. Diz que São Paulo é rico, mas não é fino, não tem "delicatessen". Diz que S. Paulo é "grilleiro" por temperamento, e que tanto engrilla as boas manchas da terra roxa com a nobre arte de Rodin.

Diz que a palavra de S. Paulo não merece fê, e que foram prodigiosamente ingenuos os artistas que tomaram a serio a comedia do concurso. Diz que serão, mais que ingenuos, cretinos, os artistas que, daqui em diante, concorrerem a futuros certames. Diz que o negociismo invadiu tudo e, à semelhança da estrella de absintho do Apocalypse, envenenou todas as aguas, a começar da fonte Castaglia.

Diz que o merito é nada, e a cavação é tudo.

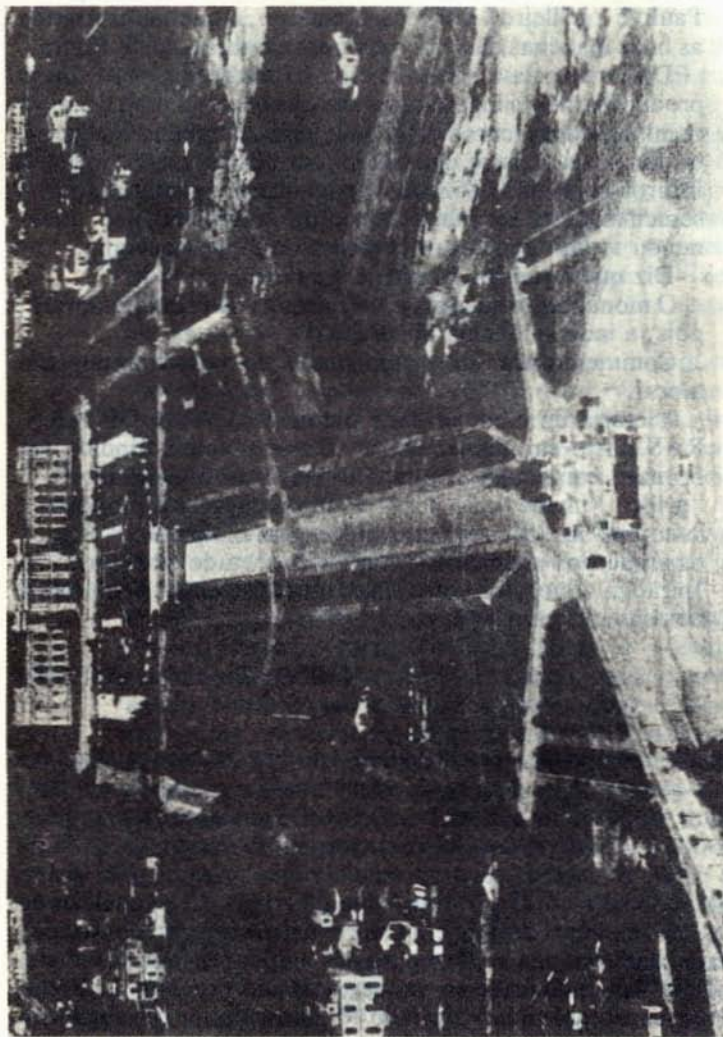
O monumento a erigir-se no Ipiranga não commemorará, pois, a independencia do Brasil.

Commemorará, sim, uma phase do nosso crepusculo moral.

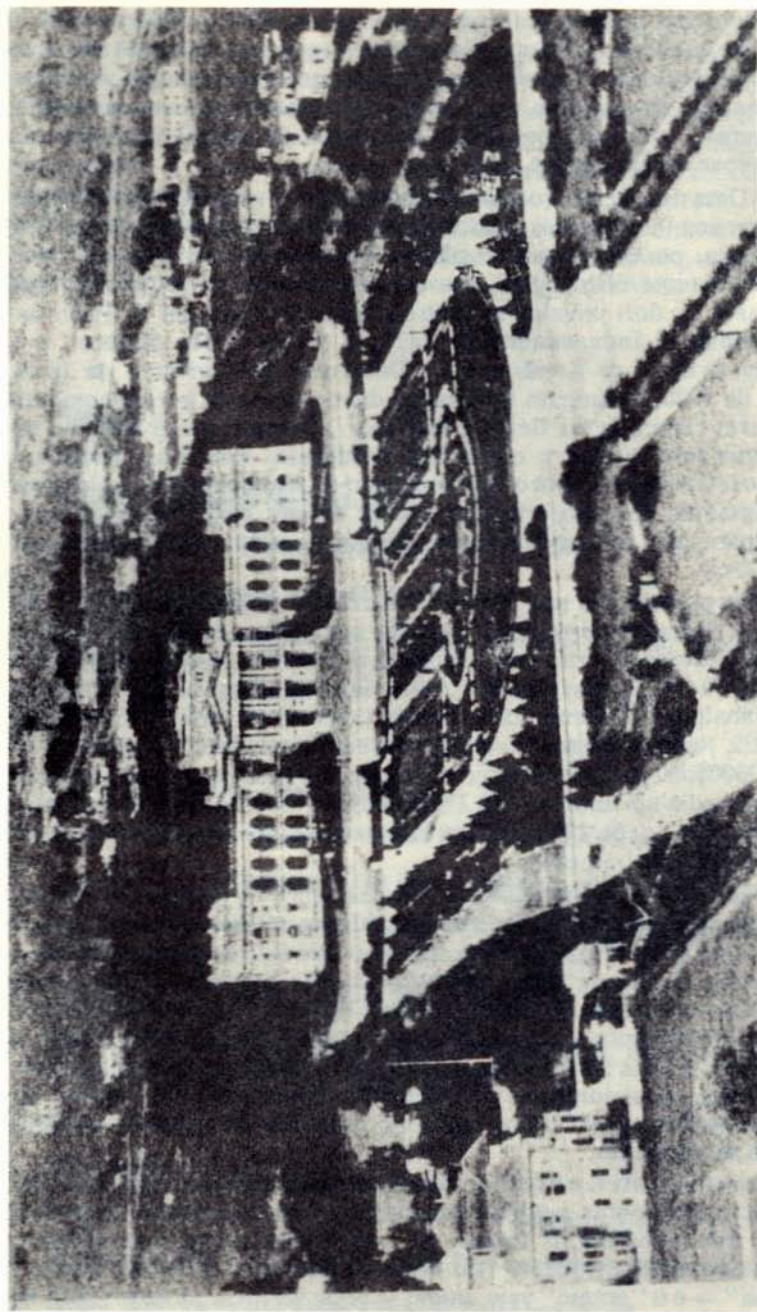
Victoria da mediocridade patoleira, CASO DE ARARAS posto em gesso, eleição Barreto-Valois fundida em bronze, campanha contra Ruy lavrada em marmore, o "grillo" Ximenez não passa de um mensageiro preposto a levar aos nossos netos uma mensagem eloquente: "Somos os modernos phenicios: "engrillamos" tudo, até o grito do Ipiranga. Queridos netos, nada de idealismos! O mundo é dos cavadores. Cava, pois!"

**MONTEIRO LOBATO. (40)**

O concurso realizou-se em 19 de junho de 1919. Como se pode ver em todas as maquetes, o espirito do Neo-Clássico e a figura de Daví continuavam a imperar na cultura brasileira. De qualquer forma, pelos desenhos satírico-humorísticos feitos no jornal "O Parafuso" de 31 de março de 1920, o "estilo" já vem sendo ridicularizado pelo grupo intelectual de São Paulo. O próprio nome do artigo "A exposição de 'maquettes' no esqueleto do Palácio das Indústrias" (grifo nosso) põe bem às claras o eterno não acabamento das edificações nessa cidade, pois o Palácio das Indústrias só vai ser acabado por Nicola Rollo, como compensação pela não vitória do Monumento do Ipiranga, trabalho este que contava um alto relevo, quatro estátuas e do grupo Progresso. Mário de Andrade, no seu artigo "De São Paulo", de novembro de 1920, comenta sobre a preferência dada aos estrangeiros, mas parece-nos que se não fosse para as mãos dos italianos, cairia nas mãos dos descendentes da escola de Lebreton.



**Parque da Avenida da Independência**  
O "Caminho do mar" passava 60 ms. para o lado. No primeiro plano, á esquerda, arruinada, a antiga casa de campo do coronel Joao de Castro, progenitor de D. Domitilia, a marquiza de Santos.



Parque da Avenida da Independência  
Vista de aeroplano

Monteiro Lobato defende o projeto de Nicola Rollo contra o vitorioso que foi o de Ettore Ximenez, e este apesar de, como comenta Mário de Andrade “o ilustre sr. Ximenes, que de longe veio, infiltrará a colina do Ipiranga com o seu colossal centro-de-mesa de porcelana de Sèvres” (41), não fica longe dos arcos de triunfo de Rollo, da apocalipse de Brizzolara, etc...

“Uma das razões que circulavam na época para explicar o triunfo de Ximenez foi de que o escultor italiano fizera o monumento ao czar da Rússia, porém, com a revolução bolchevista, seu trabalho ficou inaproveitado. Assim, pois, seu enorme esforço no projeto da biga romana e os dois cavalos encontrou aplicação aqui em S. Paulo no Monumento à Independência... (42). A revista “The Sphere” e o “Daily Graphic” de Londres e a “Domenica di Corriere” de 18 de junho de 1920, estampam fotografias dando conta de um monumento que seria colocado na Bélgica feito por Ximenez que é idêntico ao proposto para marcar a nossa Independência. Rússia ou Bélgica e mesmo levando em conta o universalismo do mundo da arte, os ideais e os momentos de transformação não se casam; perguntar-se-ia também, para que dois monumentos idênticos, com tanto a pesquisar nessa área.

Mas o problema não pára aí, nas críticas, nas satirizações, “nas altas da Bolsa ou corretagem” e nem nos apoios de Freitas Valle e Rangel Pestana. O cruciante problema das verbas de 1829, de 1836 e a de 1875 e a de... voltava à tona. Após viajar a Itália para dar “início ao seu trabalho”, Ximenez dirige ao governo do Estado em fevereiro de 1922 um requerimento alegando ser insuficiente a quantia de 1300.000\$000 para a execução das obras do Monumento da Independência; pedia um aumento de 2 600:000\$000 afim de concluí-las, mas, em 5 de outubro de 1922, Heitor Penteado, então Secretário da Agricultura, indefere o pedido.

Têm então continuidade os debates entre os jornais. A Gazeta defende, o Correio e O Estado atacam Ximenez. Enquanto ocorre este ziguezague linguístico, onde é colocado o aumento de preços por causa da guerra, a mão de obra, nas contratações das obras com outros construtores, na falta da escadaria, que Ximenez diz não estar inclusa em seu Monumento, chega o Centenário. Na história de São Paulo, o “vir a ser” é mais uma vez inaugurado. Só que desta vez, sem o alarde dos jornais oposicionistas, pois nenhum comentou o fato, apesar de nas fotografias observarmos apenas o esqueleto de algo que poderia ser um monumento.

Em entrevistas, o escultor Ximenez declara que se o governo não lhe der 2 600 contos pedidos, ele continuará a trabalhar até que lhe faltem por completo as forças. E, como diria a charge do Correio Paulistano de 27.8.1923 — “ou vem o arame ou o Ximenez morre à mingua” — e o “aramé” veio, como se pode verificar na lei n.º 2063 de

18 de setembro de 1925, que autoriza a abertura de um crédito especial, de 1 500:000\$000, para pagamento de uma gratificação ao escultor, e pela conclusão do monumento do Ipiranga. Em 11 de novembro de 1925, como vemos pelos jornais, ainda está se discutindo as verbas.

Em fim, em 1926, ano da morte de Ximenez (31.12) é concluído o monumento, ficando completo o conjunto arquitetônico simbólico de nossa Independência, que, apesar de remexido, reestruturado, deslocados seus chafarizes, alterados seus jardins, até construída arquivada de concreto, etc..., tem um enlanceamento à cidade, marca um momento histórico e é porta de acesso à Estrada do Mar.

### Notas

1. *Arroyo*, — **Igrejas de São Paulo**, p. 4.
2. *Leme, L.G.S.* — **Genealogia Paulistana, Vol. I**, p. 126.
3. *Calmon, P.* — **História do Brasil**, Tomo I, p. 46.
4. *Rodrigues, E.P.* — **Informações Históricas sobre São Paulo no Século da sua Fundação**, p. 101.
5. *Leme, P.T.A.P.* — **Nobiliarquia Paulistana**, Vol. I, p. 226.
6. *Taunay, A.E.* — **História Seiscentista da Vila de São Paulo**, Tomo IV, p. 227.
7. *Actas da Câmara da Villa de São Paulo*, p. 331.
8. *Taunay A.E.* — **História Seiscentista da Vila de São Paulo**, Tomo IV, p. 360
9. *Cortezão, J.* — **A Fundação de São Paulo**, Capital Geográfica do Brasil, p. 59.
10. *Rodrigues, E.P.* — **Informações Históricas sobre São Paulo no Século de sua Fundação**, p. 99.
11. *Leme, P.T.A.P.* — **Nobiliarquia Paulistana**, p. 124.
12. *Moura, A. de* — **Os Povoadores do Campo de Piratininga**, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 47, pp. 317 e 319.
13. *Idem*, *ibidem*, p. 412.
14. *Idem*, *ibidem*, vol. VII, pp. 57 e 67.
15. *Taunay, A.E.* — **História Seiscentista da Vila de São Paulo**, vol. 4, p. 332.
16. **Registro Geral da Câmara de São Paulo**, 17 de setembro de 1583.
17. *Moura, A.* — **Os Povoadores do Campo de Piratininga**, p. 348.

18. *Idem*, *ibidem*, p. 402.
19. *Idem*, *ibidem*, p. 450.
20. *Idem*, *ibidem*, p. 453.
21. *Sant'Ana, N.* — *São Paulo Histórico*, vol. 5, p. 197.
22. *Taunay, A.E.* — *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, Vol. II, 1.<sup>a</sup> Parte, p. 188.
23. *D'Alincourt, L.* — *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*, p. 33.
24. *Taunay, A.E.* — *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*, p.
25. *Taunay, A.E.* — *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*, p. 11.
26. *Idem*, *ibidem*, p. 12.
27. *Taunay, A.E.* — *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*, p. 25.
28. *Idem*, *ibidem*, p. 30.
29. *Fletcher*, — *O Brasil e os Brasileiros*, vol. 205-A, p. 67.
30. *Lallemont, R.A.* — *Viagem pelo Sul do Brasil*, 2.<sup>a</sup> Parte, p. 335.
31. *Cronologia Paulistana*, 2.<sup>o</sup> vol., p. 220.
32. *Zaluar, E.*, — *Peregrinações pela Província de São Paulo*, p. 213.
33. *Cronologia Paulistana*, p. 308.
34. *Ribeiro, J.J.* — *Cronologia Paulistana*, 2.<sup>o</sup> vol., p. 462.
35. *Taunay, A.E.* — *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*, p. 35.
36. *Ribeiro, J.J.* — *Cronologia Paulistana*, p. 303.
37. *O Estado de São Paulo*, 5. nov. 1912.
38. *O Correio Paulistano*, 12 mar. 1917.
39. *Idem*, 11 mar. 1920.
40. *O Parafuso*, 21 abr. 1920.
41. *Amaral, A.* — *As Artes Plásticas na Semana de 22*, p. 15.
42. *Idem*, *ibidem*, p. 17.

### A ocupação do solo

Diferente da Sé, que se espalhou lentamente de 1554 a 1900, com fases de estagnação total, seguida de outras bastante aceleradas, mas sempre de forma regular e centrípeta.

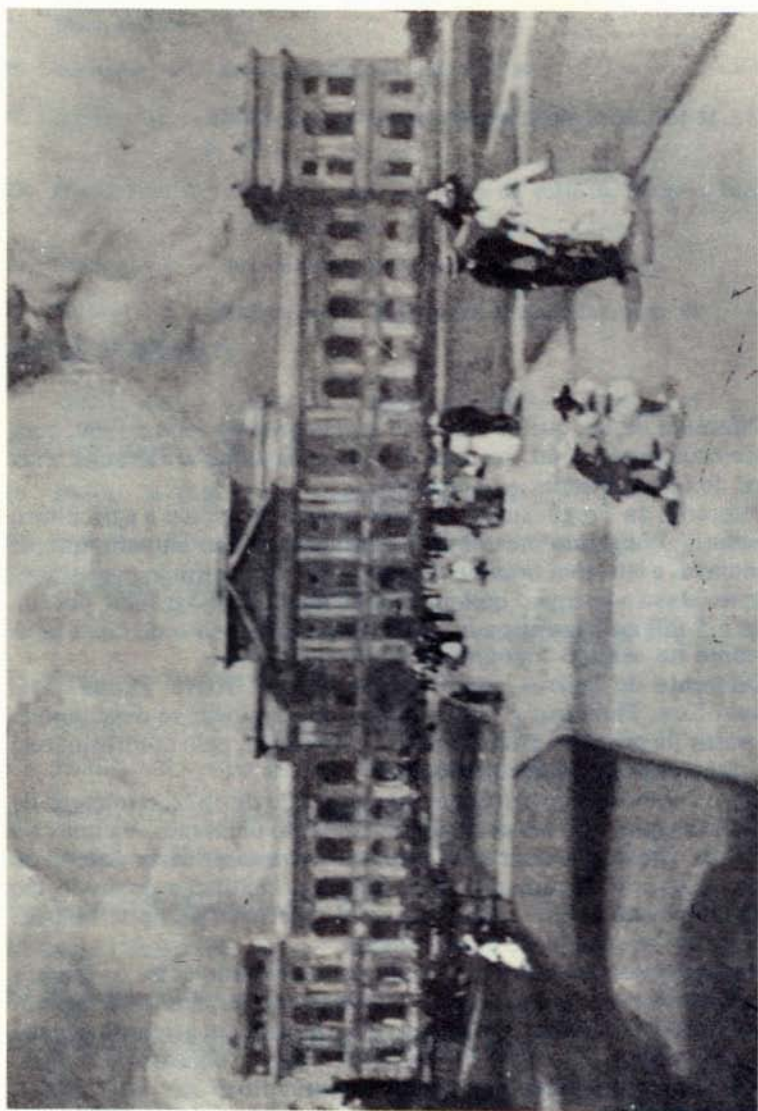
Diferente da Freguesia do Ó, onde a terra propiciou a agricultura e a pecuária, chegando mesmo a estratificar um tipo humano que se diferenciava, e isto com orgulho ostentatório, do seu irmão paulistano, que ele avistava a apenas 5 quilômetros na medida topográfica, porém, ficando a 5 mil quilômetros na psicológica, olhando-o de cima também, tanto no sentido topográfico como figurativo.

Diferente de bairros como o Bom Retiro, Barra Funda, Vila Mariana, Luz, Pinheiros e tantos outros que também se desenvolveram a partir da primeira grande guerra, o Ipiranga, pelo contrário, tem leis e características todas pessoais.

Vimos no bosquejo histórico que até a data de 1822, o número de proprietários que, através de algum documento deixaram sua marca é respeitável. Mesmo esquecendo que seu número poderia dobrar ou triplicar se nossos documentos não sofressem extinção de modo tão criminoso, mesmo assim, o dono de imensas terras a partir de 1600 foi exceção, isto se realmente existiu algum.

O sistema testamentário, normalmente dividindo entre os filhos a terra prestou-se ainda mais para o estilhaçamento. Pode-se afirmar com pouquíssima margem de engano que, a partir da segunda década da era seiscentista, a regra no Ipiranga eram a chácara e o sítio, excepcionalmente a fazenda e jamais o latifúndio.

Aliás, implicaria em anomalia ser dono de grandes extensões, numa época em que a terra deveria retribuir com alguma coisa além da sua própria área e, esse retorno, infelizmente, as terras do Ipiranga não proporcionavam.



O Museu, fins do Séc. XIX

São vários os exemplos que podemos tirar nos documentos testamentais, em especial aquele de Messia Bicudo, falecida em 1632: o sítio foi avaliado em 8 mil réis; uma saia de cêtim adamascado, 20 mil réis (1). Em 1621, no inventário de Catarina de Pontes, proprietária “no termo adonde chamam Ipiranga” tem o sítio e casa, roças, 50 cabeças de gado e três cavalos avaliados em 134 mil réis. A roupa de cama e uso recebe 107 mil réis (2). Em 1660, Izabel Ribeiro tem o sítio, casa e canavial avaliado em 32 mil réis. A roupa em 40 mil réis (3).

Encontramos uma constante na descrição de todo viajor do século XIX ao descrever o Ipiranga: a solidão.

Para quem de Santos chegasse a São Paulo, seria compreensível a escassez de homens e fogos no Caminho do Mar, mas nunca num local onde os campanários e mesmo as edificações mais altas da capital já podiam ser avistadas.

Para compensar a rudeza da terra e amenizar as dificuldades do tropeiro ou viajante, tantos dos que partiam para Santos, como dos que chegavam a São Paulo, prosperou o comércio de beira de estrada com pousadas e vendinhas, uma das quais participou do próprio ato da Independência e ficou registrada no quadro de Pedro Américo.

O padre Belchior Pinheiro de Oliveira, conselheiro e confidente de D. Pedro, assim narra o episódio após o príncipe ter lido as mensagens das várias cartas que o correio da Corte lhe trouxera (4):

— “Padre Belchior, eles o querem e terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de Rapazinho e Brasileiro. Pois verão quanto vale o Rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do Governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal!

Respondemos imediatamente com entusiasmo: Viva a liberdade! Viva o Brasil separado! Via D. Pedro!

O Príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e disse: Diga à minha guarda que eu acabo de fazer a independência completa do Brasil. Estamos separados de Portugal.

O Tenente Canto e Melo cavalgou em **direção a uma venda**, onde se achavam quasi todos os dragões da guarda e com ela veio ao encontro do Príncipe, dando vivas ao Brasil independente e separado, a D. Pedro e a Religião!

O Príncipe, diante da sua guarda, disse então: — Amigos, as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!

E arrancando do chapéu o laço azul e branco, decretado pelas Cortes, como símbolo da nação portuguesa, atirou-o ao chão dizendo:

— Laço fora, soldados! Viva a Independência, a liberdade, e a separação do Brasil!”

Afonso de Freitas analisa muito bem o acontecimento, concluindo por duas proclamações: uma no alto da colina e outra próxima à vendinha (5).

A população rala, que operava prodígios para extrair hortaliças ou algum fruto cujas raízes pouco exigissem da terra, sempre que lhe fosse ensejado debandava. Em algumas ocasiões, sem reбуços, o local era desprezado e permutado por outro, como no episódio dos carmelitas.

Nas poucas vezes em que o governo se dá conta do local é para retirar, inclusive a água, nunca para oferecer.

A única benesse acontece em 1877. Numa apropriação um tanto dúbia, o governo loteia parte considerável do bairro.

“O núcleo da Glória, apenas a quilômetros da capital, entre o Lavapés e o morro do Ipiranga, cortado por uma das estradas para Santos, foi dividido em lotes, sendo 122 ruraes e 106 urbanos, alguns dos quais deram lugar a reclamações por parte de terceiros que tiveram de submetê-las ao juiz comissário do governo, bacharel Augusto José e Silva, e posteriormente, os demais foram vendidos em hasta pública” (6).

A experiência tinha simultaneidade em Santana, São Bernardo e São Caetano. Segundo Raffard que a estudou com alguns pormenores, ela frutificou nos dois últimos locais. Teve altos e baixos em Santana e fracassou rotundamente no Ipiranga.

“Os lotes urbanos dos quatro núcleos tinham 4,840 metros quadrados e os ruraes 151,250 metros quadrados; os de Santana e Glória, **não tinham terras boas para cultura** e as de São Caetano e São Bernardo eram regulares...”

A área compreendida pelo núcleo da Glória pertencia ao bispo D. Mateus de Abreu Pereira. Segundo um mapa elaborado por Odilon Nogueira de Matos, elas acabavam no ribeirão do Ipiranga. Além deste, sem data precisa, as terras eram propriedades do Dr. Vicente de Azevedo e dos herdeiros de Antonio de Moraes. Pela limitação dada por Raffard, uma parte das terras de Vicente Azevedo fariam parte da Colônia. A minudência é importante, porque a partir de 1900 ele aparece como dono de quase toda a área do atual bairro do Ipiranga.

Raffard, vivendo na época, pôde melhor apreender o que para nós, com a escassez de documentos, parece volátil. Em vários momentos ele põe em dúvida a legalidade do uso e venda feita pelo governo. E com muita razão, porque além das bisbilhotices locais, os próprios jornais a abordavam.

O Diário Popular, entre outros, transcrevendo uma notícia do Diário da Manhã de Santos, era dos tantos que a todo momento voltavam à carga (7).

“Supoz-se por muito tempo que os terrenos do Ipiranga eram de domínio público, como terras devolutas. O governo dispoz-se assim delas em grande parte nos últimos anos, pouco antes de se elevarem ao grande valor que têm hoje. Pois existe em mãos de pessoa desta cidade uma escritura, passada há algumas dezenas de anos, de venda que fez Fuão da Graça a Fuão Ramalho de um sítio com casas de pau a pique, cobertas de telhas com 509 braças de terras de testada, pouco mais ou menos de meia légua de campo de uma banda, partindo com terras de José Camargo Siqueira, e estrada do defunto cônego Salvador Pires Santiago, na cidade de São Paulo, e paragem chamada Ipiranga.

Serão esses os famosos terrenos do Ipiranga?

Existirão herdeiros de Fuão Ramalho, o comprador?

Deu-se prescrição aquisitiva por parte do governo, com o tempo da lei?

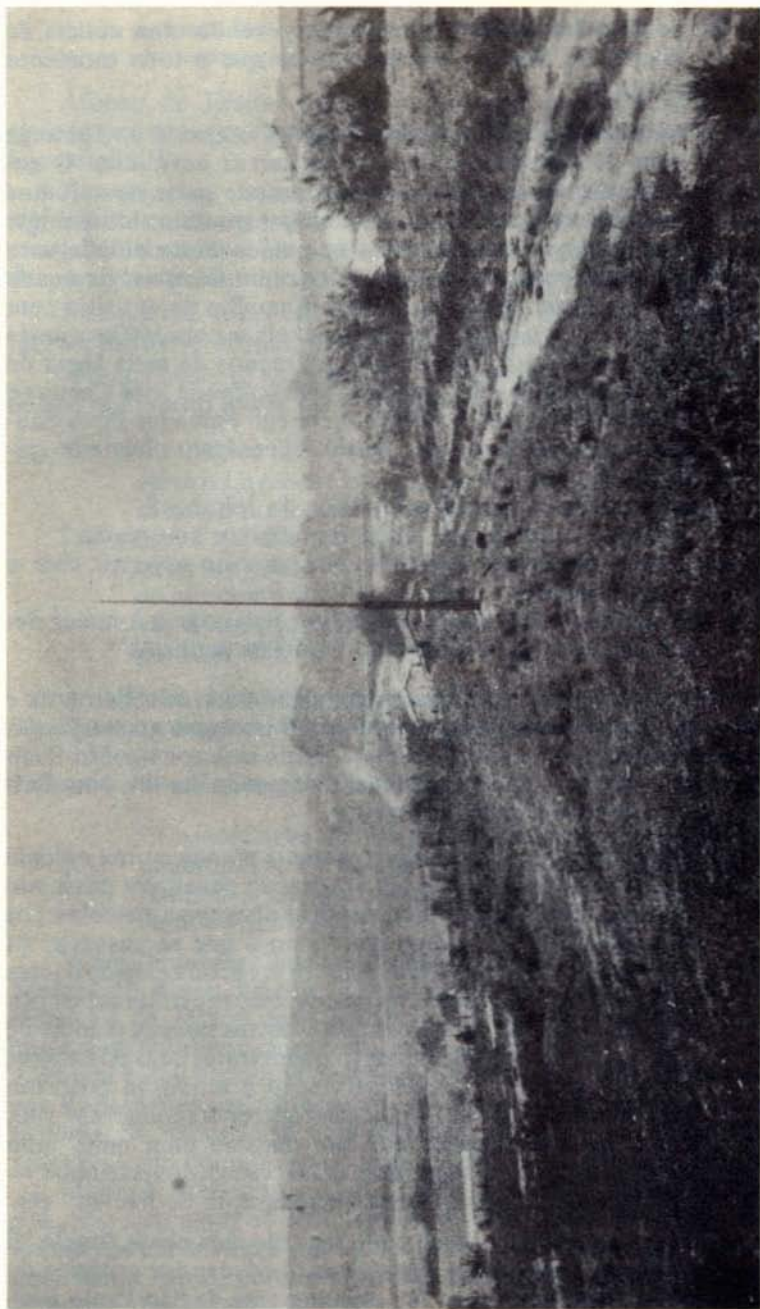
Eis aí questões que podem talvez dar origem à maior demanda, que tenha aparecido em foros paulistas”.

Notemos que, com a estrada de ferro, Ipiranga, São Bernardo e São Caetano tornaram-se tecnicamente subúrbios e, para o sociólogo, “povoado-estação”.

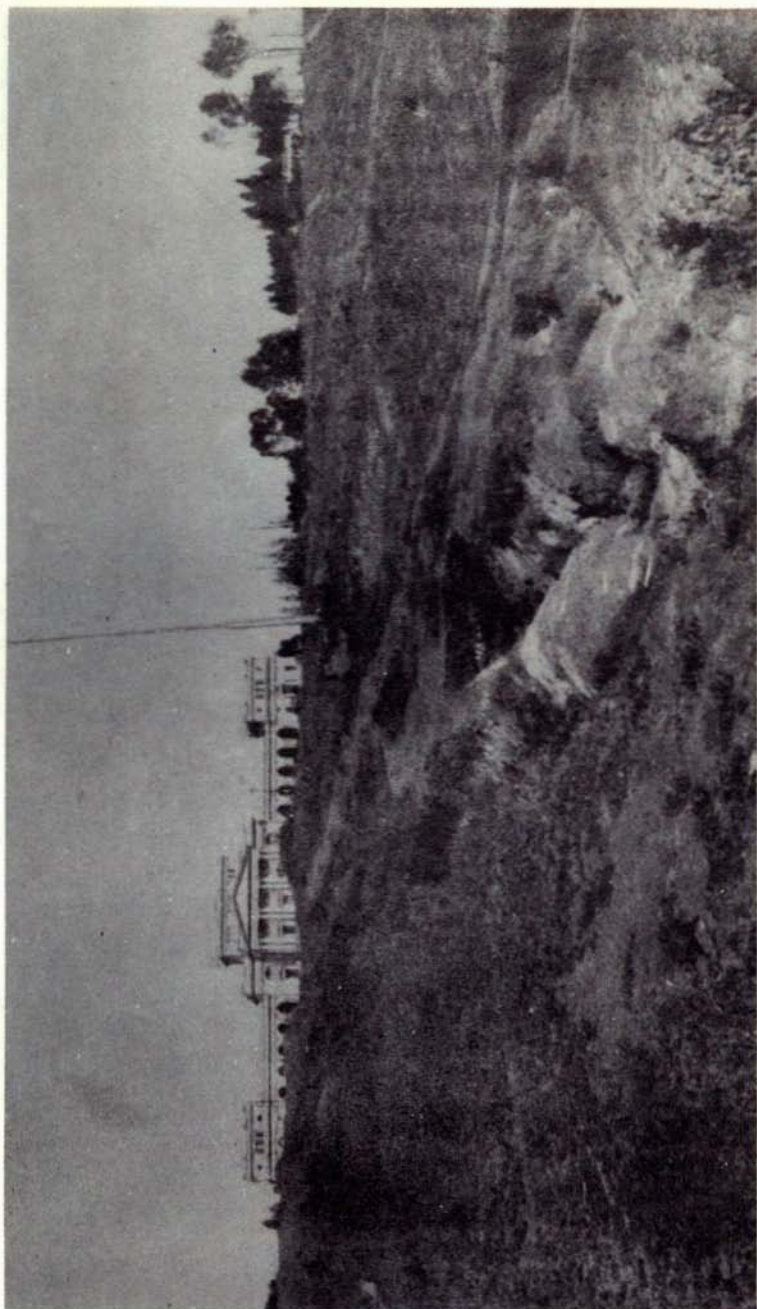
Mesmo assim, nos primeiros 50 anos de pouco serviu, pois Raffard a descreve de forma pouco lisonjeira:

“Em julho de 1878, nada se parecia menos a uma colônia que o campo da Glória para o qual se penetrava passando por largo portão que dificilmente se chegava a descobrir, os transeuntes interrogados ignorando o que se passava. Aí voltando, no dia de São João de 1879, encontrei quatro lotes cercados de casas assás regulares, que substituíram os primitivos ranchos, alguma batata e outras poucas plantas de cultivo; vi mais um lote aberto e sem trato, cujo possuidor, sentado na porta de sua habitação e tendo na boca um grande cachimbo, informou não querer trabalhar em vão, como no ano anterior em que durante uma noite tudo quanto tinha fora destruído pelas vacas dos vizinhos — consequência da prematura emancipação do núcleo” (8).

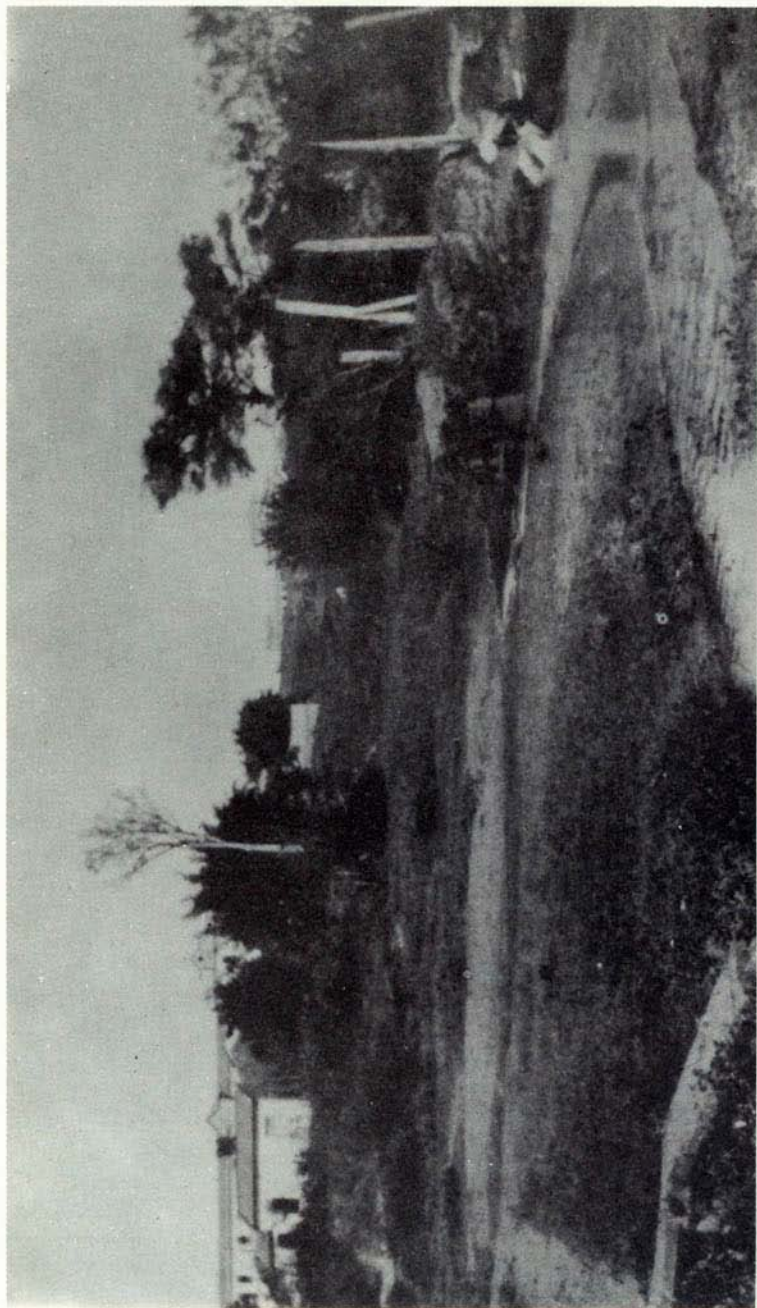
Até mesmo a estrada de ferro pode ser colocada nesse ângulo. É sabido que para sua construção dever-se-ia obedecer aos critérios de caminhos secos, baratos e retos. No organograma da São Paulo Rail-



O caminho do Ypiranga á cidade em face ao Museu Paulista (1920)



O caminho do Ypiranga á cidade em 1920



O caminho do Ypiranga á cidade — Margens do ribeirão Ypiranga — (1920)

way a trindade foi obedecida cegamente até Cubatão. Sua passagem pelo bairro, que tanta importância terá no desenvolvimento futuro estava dentro desses padrões e de imediato pouco trouxe. O médico italiano Alfredo Lomonaco fazendo essa viagem em 1886, observando do vagão tem uma visão tão desalentadora quanto Fletcher anos antes no lombo da alimária (9).

“Percorrendo a planície à direita, acima de uma colina eleva-se do terreno igual a uma gigantesca massa vermelha, o Monumento do Ipiranga, recordação da arte italiana no belo solo paulista”.

Nesse instante nem mesmo a mão de obra que trabalhava no prédio se fixara no local. É justo aventar que, a exemplo de Pucci, que durante toda a construção morou num casebre ao pé da obra, também os pedreiros e demais serventes assim se portassem por questões de comodidade. Porém, no descanso da jornada semanal, procuravam São Paulo ou São Bernardo como moradia fixa.

Nada fácil de explicar essa migração pendular se lembrarmos que o preço do metro quadrado no local era dos mais baratos de toda a capital.

No findar do século, parte considerável do bairro pertence a Vicente de Azevedo.

Provavelmente devamos a ele a divisão quase geométrica do arruamento do bairro. Aquela malha perfeitamente quadriculada onde todas as ruas se encontram em ângulos de 90 graus intriga qualquer estudioso do desenvolvimento urbano em São Paulo, onde o crescimento desordenado e anárquico tornou norma o desalinhamento.

Como os moradores mais antigos confirmam que as antigas chácaras já obedeciam essa conformação, logicamente ela foi urbanizada racionalmente (contrariando a especulação imobiliária reinante em São Paulo), não acontecendo como no Bom Retiro, bairro que se desenvolveu na mesma época, onde o encontro de oblíquas e curvas é considerável.

Segundo o sr. Alfredo Oliani esta característica devemos a Vicente de Azevedo que contratou o engenheiro italiano Eduardo Loschi para fazer o plano de urbanização.

Naquele momento a população continuava tão insignificante, que nem mesmo igreja ou capela tinha. Se não perdermos de vista a espécie de homens que participava da ocupação do bairro, imigrantes italianos, chacareiros portugueses e mamelucos prestadores de serviços, fácil é compreender a importância da igreja. Ela não se fazendo presente, significa claramente que o núcleo, sob o ponto de vista demográfico, era insignificante. Para receberem apoio espiritual precisavam se deslocar até o Cambuci.

Outros documentos podem confirmar a minoria humana do bairro. Uma escritura de terreno datada de 1908, dá ao local o nome de São Joaquim do Cambuci.

Até 1920 as poucas fábricas e incontáveis chácaras obedeciam ao enquadramento rigoroso da régua e compasso do urbanizador. As mais famosas são lembradas tanto pelos que as viram como pelos que delas só ouviram falar.

Chácara das Flores, do Comendador Luiz de Brito.

Chácara do Major Castelo, entre as ruas Almirante Lobo. Bom Pastor, Xavier de Almeida.

Chácara do Diogo, entre o Chico Buffet e o Leão XIII, onde a Portuguesa de Desportos iria construir o estádio de futebol.

Chácara do Magalhães, onde hoje funciona a Panex.

Outra chácara funcionava onde hoje é a Serraria Santa Terezinha, na rua Tabor.

Chácara do Fioretti, na Costa Aguiar, Bom Pastor, Tabor e Leais Paulistanos, sede da antiga Fazenda Ipiranga.

O recenseamento (10) da área que abrange o Ipiranga, Vila Prudente, Saúde e Vila Mariana em 1920, indica a população de 34 676 habitantes. Se não esquecermos que pelos limites atuais suas áreas somadas vão a 98,42 quilômetros quadrados, podemos avaliar a ocupação demográfica em 353 habitantes por quilômetro quadrado. Como, pelos dados que recolhemos, a média era de cinco filhos por casal, podemos calcular daí umas 50 casas por quilometro quadrado, o que confirma plenamente a descrição de solidão que nos dão os moradores da época e as raras fotografias.

Mas, com o incremento que o local obtinha com a aproximação das festas do Centenário, a avenida D. Pedro I passou a ser cogitada como uma contrafação da avenida Paulista. Se Eugênio de Lima, nos começos do século, através de hábeis manobras publicitárias e conchavos nos corredores palacianos, conseguira lotear todo o espigão à nascente plutocracia industrial e à decadente geração dos barões do café, porque não fazer o mesmo no Ipiranga com a "classe média"?

E, por dez ou quinze anos a idéia viceja, levantando-se na larga avenida, praticamente sem nenhum veículo, casas de relativo empenho arquitetônico, onde a emergente classe média industrial arremeda, dentro dos limites de suas posses, a ridícula exibição nouveau-riche da Paulista, onde o estilo manuelino mistura-se ao neo-clássico e o mourisco ao gótico, tudo isso entremeado de art-nouveau e barroco, num carnavalesco bazar de pseudos-estilos mal assimilados.

A década de vinte fixa no bairro os primeiros contingentes humanos. Começa um progressivo e harmonioso crescer de fábricas, comércio e habitações.

O preço dos terrenos na avenida D. Pedro I eram de 300 réis o metro quadrado. Sendo esta considerada a parte nobre do bairro, é

lógico que na Bom Pastor e Silva Bueno fossem mais baratos. Ínfimos, deveriam ser nas baixadas junto ao Tamandateí.

Pelo recenseamento de 1934, a população atinge 40 825 moradores e agora refere-se especificamente à área do Ipiranga e não mais ao conglomerado de outros bairros dos censos anteriores (11).

O Ipiranga continuará a crescer em demografia, residências e fábricas, enquanto certos bairros como Liberdade e Sé ficam estagnados; Bom Retiro, Braz e Moóca também eminentemente fabris, retrocedem, já estrangulados pela ocupação irracional.

Por essa época começa a reversão na ocupação humana do local. Até então o bairro servira, sem nenhuma idéia preconcebida, de viveiro experimental, onde, sem nenhuma organicidade, implantara-se uma cidade industrial com fábricas de pequeno, médio e grande porte, cousa bem a gosto de certos planejadores do moderno urbanismo. O homem ficara ausente das preocupações.

Para movimentar as serrarias, tecelagens, laminações e outras indústrias de transformação, os bondes e trens despejavam todas as manhãs enorme contingente humano que logicamente dispndia no mínimo duas horas para chegar até lá e outras tantas para regressar, após as dezoito horas. Note-se que os salários nem sempre permitiam o gasto com condução. Vários entrevistadores falaram do afluxo de trabalhadores que, vindos dos lados de Vila Mariana, chegavam ao Ipiranga pela rua Coronel Diogo.

Damos como caso concreto o exemplo de Ettore Fioretto. Quando a General Motors mudou-se da Presidente Wilson para São Caetano, ele fazia o trajeto a pé, diariamente, sob quaisquer condições meteorológicas. Além da economia, no caso presente, acrescenta-se a impropriedade de locomoção para lá, pois o trem o deixaria muito longe do local.

Com o estrangulamento demográfico da Sé, Cambuci, Liberdade, Bom Retiro, Barra Funda etc., os então subúrbios serviram de acomodação para o proletariado menos recompensado, pois suas habitações seriam absorvidas pela crescente classe média que a industrialização fomentava, representada por funcionários públicos, técnicos contábeis e mestres especializados.

A ocupação humana que tanto demorara a se concretizar, acontecerá, então, de forma tão anárquica quanto foi sua ocupação fabril.

Os 12 064 censitariados em 1920 haviam triplicado, já em 1934 para 40 825. A ganância imobiliária se fará presente de forma criminosa. A paupérrima terra ipiranguista que nada produzira para a agropecuária, desencantara na "era da argila" e agora prossegue na "era do cascalho", oferecendo areia, areião e pedregulho para a nascente indústria de edificações do bairro. Enormes crateras formar-se-ão em alguns loteamentos como consequência dessa prática criminosa, formando pequenas lagoas onde se pescavam traíras.

A ocupação acontecerá primeiramente nas ruas que tinham o sentido Cambuci-Santos, em especial as situadas entre a Bom Pastor e Silva Bueno. As transversais serão ocupadas posteriormente e num círculo bem pequeno, tanto que, pouco além, na atual rua Santa Cruz, caçava-se pelo e pena; mesmo na área em estudo, cobras eram encontradas amiúde e, de tanto em tanto, uma ou outra onça que nada encontrou na Serra do Mar, aventurava-se até o Ipiranga, para virar folclore.

Os mais aquinhoados ocuparão preferencialmente as casas e terrenos localizados nos trechos altos, obrigando a saída dos que primeiramente as ocupavam. Estes fluirão para locais próximos, consolidando as futuras Vilas Independência, D. Pedro, Carioca e demais que circundam o Ipiranga. Outros preferirão se alojar nos terrenos mais baixos junto ao Tamanduateí e ribeirão Ipiranga, sujeito a enchentes à menor chuva.

Para os lados da Av. D. Pedro I reascende-se uma antiga especulação imobiliária. Vimos que durante as comemorações do Centenário, tentou-se transformar essa avenida numa paráfrase da av. Paulista. A propaganda insinuava toda sorte de argumentos capciosos, desde os históricos até, é lógico, o preço do metro quadrado. Faltou, porém, um cérebro arguto como o de Eugênio de Lima, que sabia insinuar-se nos corredores palacianos e nas redações de jornais. Desta forma, tudo ficou na tentativa.

Com a crescente demanda imobiliária e conseqüente ocupação das melhores áreas a av. D. Pedro voltou a ser cogitada e teve, a partir de então, um aumento gradativo de ocupação, sempre com moradias de algum apuro.

Porém, as ruas Bom Pastor e Silva Bueno serão as primeiras a prefigurarem aquilo que será a norma após 1935. A Bom Pastor, nos dois quarteirões que ladeiam o Museu, será ocupada, ela sim, por uma recriação ostentatória da av. Paulista.

Quiçá por atavismo, os sírios das poderosas tecelagens construíram palacetes encimados por falsos minarettes, onde se espera que a qualquer momento apareça um muesin de fancaria vociferando Alá aos quatro pontos cardeais. Outras mansões de estilo sempre alâmbicado, deixam claro o poderio e o país de onde vieram.

Os quarteirões seguintes serão ocupados pelos subalternos dos primeiros, como chefes de escritório, mestres e operários especializados, chefes de produção etc. Com eles se mesclaram os donos de lojas de armarinhos, panificadoras, armazéns, bares e farmácias. As casas apresentarão uma arquitetura puramente utilitária descaracterizada como estilo, mas com certo conforto interno. O andar térreo será ocupado pelo estabelecimento comercial, morando o dono no primeiro andar, estando, portanto, umbilicalmente preso ao local de trabalho. Havendo outro pavimento, fatalmente algum parente próximo ou distante será o locatário. Excepcionalmente seu fito será o aluguel.

No fim da rua, já chegando ao início da Estrada do Mar, as casas são térreas, de construção sólida mas bastante modesta. Seus ocupantes eram os operários que percebiam melhores salários. No meio de toda a azáfama imobiliária ainda eram encontrados alguns oásis, como a chácara entre as ruas Lucas Obes, Campante e 1822, que ainda poderia ser vista em 1945, mas que tombará logo em seguida.

Em 1950 a população aumenta em 50%. subindo para 60 563. A taxa de natalidade contribuiu só parcialmente para isso, portanto, a imigração continuava e novos acomodatamentos se fizeram.

A situação torna-se explosiva a partir de 1950. Já na década anterior o local deixara de ser considerado subúrbio para tornar-se bairro. Com a criação indiscriminada de novas indústrias, o ativamento paralelo do comércio e a demanda crescente de novas moradias, todo o espaço será ocupado no sentido horizontal. As tímidas medidas de higiene e urbanização implantadas até então, ficarão inteiramente obsoletas.

Luz, água, telefone, esgoto, calçamento, arborização passam a ser lembrados, só que em ordem e orçamentos ridículos para compensar todo o tempo perdido, ficando a defasagem como norma, durante toda a década, quando a população duplicava, atingindo 114 744 habitantes.

Para os anos seguintes só restaria a ocupação vertical. Primeiramente tímidas tentativas de prédios de cinco andares, que posteriormente duplicarão e triplicarão em altura e área, criando outra série de problemas urbanos e sociais inimagináveis para alguns antigos moradores, que lembram-se de ter pescado no brejo que havia junto ao Museu, ou que ouviam aterrorizados a narração do "crime da barrica", ocorrido no casarão de aspecto assombrado na esquina da Ouvidor Portugal com a av. do Estado.

Os 171 338 moradores, segundo o censo de 1970, tornaram a região um microcosmo da capital, enfeixando problemas sociais e econômicos que em outros bairros afloram só parcialmente.

Pode-se afirmar com certeza que na sua área convivem, a poucos metros, a classe rica, média e pobre, podendo-se igualmente encontrar o patrão da fábrica, o gerente e o operário não categorizado morando a poucos quarteirões de distância.

As partes altas da Silva Bueno até Bom Pastor, com as respectivas transversais, continuam a ser ocupadas pela classe A, nas pouquíssimas residências que ainda não foram absorvidas por alguma forma de comércio. Outros preferiram a coletivização dos "espigões", que oferecem conforto e status maior, ao lado da proximidade do trabalho.

Nas partes imediatamente ligadas a estas ruas, portanto no início das baixadas, mas ainda resguardadas das águas, casas que datam dos anos 30 e 40 e poucos edifícios altos com acomodações e conforto menores, servem à classe média.

Junto aos rios do bairro e outras partes baixas e alagadiças ficam as casas, vilas e barracões, estes em fase de favelização, onde o proletariado que percebe pouco além do salário mínimo submete-se semanalmente ao martírio de angustiar-se com o aparecimento de qualquer nuvem que prenuncie chuva e, portanto, possibilidade de ter seus pertences e filhos atolados em meio metro de água ou mais, para ter a possibilidade, como nos casos anteriores, de ter o local de trabalho a poucos passos da residência.

A ocupação do solo, feita de forma desordenada e gananciosa pode ser melhor exemplificada se fizermos um rápido apanhado da sua valorização comercial.

Vimos que a fixação do homem à terra no Ipiranga, foi tarefa ingrata, pois o atrativo mais importante para tal, seria a qualidade e poder de retribuição que ela oferecesse. E isso nunca aconteceu naquela época.

Nada estranhável, portanto, que ela só viesse a ser valorizada quando a argila desencadeou a primeira indústria lucrativa no local. E, como em todo o século XX se orientaria em função desta e outras indústrias, não havendo mais necessidade de qualidade, sua valorização cresce na segunda década, aparecendo hoje como uma das mais caras da capital.

Uma visão pelos Inventários e Testamentos, Atas e Documentos Interessantes, logo retrata a total disparidade entre o valor imobiliário desta e outras regiões.

Em 1623 o sítio de Pedro Nunes, com moradia e prensa, vale apenas 25\$000. Cifras bem mais altas eram alcançadas na Freguesia do Ó, Jaraguá ou Pinheiros, mas sempre restava a Pedro Nunes o consolo de saber que um seu vizinho só alcançaria 3\$000 para uma área que não vem mencionada, acrescida de três casinhas, ou que em 1597 o sítio de Diogo Sanches só alcançara 4\$000 (12).

Trinta anos depois, em 1653, a desvalorização ia a tal ponto que um sítio grande era vendido a 12\$000.

A comparação entre os valores do centro da cidade e do bairro ficam patentes quando vemos a devota Isabel Mendes receber no Ipiranga um terreno com 120 braças por ter cedido para a edificação da matriz, um décimo dessa área (13). No ano de 1656, seis braças (13,20m) na rua Direita valiam 40\$000.

Outras comparações podem ser feitas, como no testamento de Catarina Pontes. Um grande sítio com canavial, gado e pomar está avaliado em 134\$440. A roupa de mesa e cama e fatos de vestir sobem a 107\$000 (14).

Em outro testamento, por 25\$000 tem-se um saio e sala de melancocado preto. Por 20\$000, casa de taipa de três lanços. Mesmo levando-se em conta que roupas sempre foram artefatos caríssimos em

São Paulo até meados do período romântico, o preço da terra em si era praticamente vil.

Paradoxalmente, foi esse preço vil, um dos ingredientes que contribuiu para o desencadeamento imobiliário no bairro depois do Centenário da Independência, pois até lá os preços, se levamos em conta a desvalorização da moeda, pouco haviam mudado.

Em Vila Prudente, terrenos de 100x60 custavam seis contos, a longo prazo. Por setenta, eram oferecidas terras que se estendiam do Ipiranga a São Caetano (15).

Damaso Mário Barro narra que, por volta de 1912, trabalhava na Tipografia Duprat, onde imprimiam-se os invólucros dos cigarros Souza Cruz. Para incentivar a venda, quem achasse determinado número na parte interna do maço ganhava um terreno no Ipiranga. Mesmo desconhecendo qual poderia ser a metragem e localização do terreno, cremos que em troca de um maço de cigarros os preços deveriam ser ínfimos.

Próximo aos anos trinta, com a fixação definitiva da indústria, mais o comércio, uma casa em terreno de 10x50, com sala, dois cômodos, cozinha e quintal, na rua Costa Aguiar, já valia 3:600\$000 à prazo.

Em 1936, com o bairro em plena consolidação, Fioretto comprava uma casa velha na rua Silva Bueno, 830 medindo 12x64, por quarenta contos a prazo. Ele mesmo afirma que em 1920 ela dificilmente seria vendida por mais de 3:000\$000. Porém, ainda em 1942 Ferdinando Grassia vendeu um terreno de 10 000 metros quadrados entre Rudge Ramos e Meninos por 3:500\$000.

Lucila Herrman, ao fazer a análise da valorização imobiliária em alguma áreas de São Paulo, oferece-nos estes dados: (16)

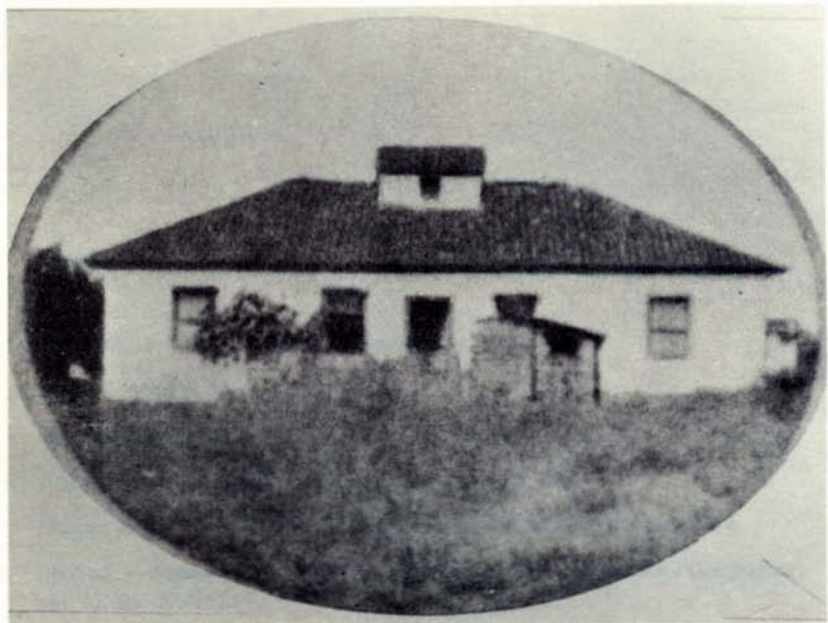
Área	1944	
	Valor locativo	Preço por m <sup>2</sup>
R. Tabatinguera	.....	120\$000
Av. do Estado	7:070\$000	12\$000
Av. D. Pedro I	4:100\$000	50\$000
R. Bom Pastor	3:900\$000	45\$000

Como termo comparativo, na mesma época, no trecho da Av. São João junto ao Paiçandu valia 71:000\$000 e o metro quadrado 1:500\$000. Era a área mais cara da capital.

**Notas**

1. *Machado, A. — Vida e Morte do Bandeirante*, p. 84.
2. *Idem*, *ibidem*, p. 33.
3. *Idem*, *ibidem*, p. 33.
4. *Cintra, F.A. — D. Pedro I e o Grito do Ipiranga*, p. 212.
5. *Freitas, A.A. de — Tradições e Reminiscências Paulistas*, pp. 120 a 134.
6. *Raffard, — Alguns Dias na Paulicéia*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 55, pp. 209-213.
7. *Diário Popular*, 3 nov. 1890.
8. *Raffard, — Alguns Dias na Paulicéia*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, vol. 55, pp. 209-213.
9. *Lomonaco, — Al Brasile 1889*, p. 201.
10. *Langenbuch, J.R. — Estruturação da Grande São Paulo*, p. 170.
11. *Associação dos Geógrafos Brasileiros, — A Cidade de São Paulo*, vol. II, p. 232.
12. *Taunay, A.E. — História Seiscentista da Vila de São Paulo*, vol. IV, p. 332.
13. *Idem*, *ibidem*, p. 332.
14. *Machado, A. — Vida e Morte do Bandeirante*, p. 33.
15. Entrevista com moradora do Ipiranga.
16. *Herrmann, L. — Estudo do Desenvolvimento de São Paulo através da Análise de uma Radial*, *Revista do Arquivo Municipal XCIX*, nov./dez. 1944, pp. 7-14.

**III — O IPIRANGA NO  
SÉCULO XX**



Chácara do Visconde de Castro, nas imediações do Museu Paulista — edifício do século XVIII

### **O Relacionamento com São Paulo**

O bairro do Ipiranga é marcado historicamente em 1822. Cem anos depois temos toda uma transformação no bairro para comemoração do Centenário da Independência. Mas as alterações propriamente ditas só vão se dar em conformidade com a expansão da malha urbana de São Paulo, isto é, 1930, 1954 e 1963.

Luis Saia, no seu trabalho *Morada Paulista*, descreve muito bem as referidas transformações, que transcrevemos abaixo:

“1930 — Na época da crise do café e da revolução de 1930, a cidade de São Paulo já alcançara o máximo que lhe era facultado pelos compromissos assumidos nos últimos 70 anos. Caminhava rapidamente para um milhão de habitantes e uma superfície de 130 km<sup>2</sup> já empenhado com instalações e agenciamentos urbanos. A diferenciação de produção e a abertura de novas frentes pioneiras, fatos que garantiram a permanência daquela compleição demográfica que se firmara no período anterior, fornecem também as bases para a metropolização de São Paulo a qual se explicitou através da incorporação dos núcleos vizinhos como Santo Amaro, ABC, São Miguel, Guarulhos, Osasco. A explosão demográfica correspondeu a uma espécie de anti explosão territorial, com a cidade forçando se abrigassem sob o seu comando aqueles focos de população de formação tradicional e áreas respectivas. Sob tão forte influência, mesmo aquela parte da Serra da Cantareira prejudicada por barreiras difíceis (a topografia severa e a inundável várzea do Tietê), foi aproveitada. O Tietê sorvedouro de milhões e quicá, de bilhões, prova prática que reprova sem piedade a técnica tradicionalista e acadêmica, preocupação progres-

sista que vem desde o século passado, além de ter fornecido a areia para construir metade da cidade que hoje existe, de suportar toda a carga de esgoto e de sobreviver a todos os atentados técnicos e imobiliários, aguarda sereno que lhe permitam participar condignamente da vida de São Paulo (1).

1954 — Depois da Segunda Guerra Mundial, na época em que se desenhavam as tendências decisivas e marcantes do esquema industrial paulistano, a metrópole atingia mais de 400 km<sup>2</sup> de área comprometida pela instalação urbana. A diferença entre os 130 km<sup>2</sup> de 1930 e os 420 km<sup>2</sup> de 1954, testemunhou o maior crime urbanístico já perpetrado entre nós: foram 270 km<sup>2</sup> dados aos imobiliários de mão beijada sem uma diretriz, sem um traçado de base, que lhe permitisse uma participação racional e um rendimento decente na formação da cidade: foram esbanjados na entresafra do café e indústria (2).

1963 — A brutal diferença de escala que distingue a unidade metropolitana de 1954 da capital de 1930, diferença essa que foi “desconhecida” pelos responsáveis políticos e técnicos, Moses e Lebet, etc.; e etc. se repetem revigorada agora pela importância já nacional que o sistema industrial paulista conquistou (3)”.

Desta forma, a expansão da malha urbana agirá diretamente no bairro do Ipiranga pois, quase que esquecido, começa a ter função significativa, como observaremos adiante.

### Notas

1. *Luis Saia — Morada Paulista*, p. 243.
2. Id. *ibidem*, p. 245.
3. Id. *ibidem*, p. 247.

### Ocupação Espacial e Urbanização

Neste capítulo tentaremos dar uma rápida visão geral de como o homem se apropriou da paisagem natural para organizar a sua paisagem construída.

De todos os entraves que o bairro teve para uma ocupação humana nos anos anteriores ao Centenário da Independência, simultaneamente à conhecidíssima má qualidade da terra, sempre se alteou o da deficiência de comunicações.

Problema sério e irônico, pois era por ali que fatalmente iriam convergir as várias opções de quem desejasse chegar ao porto de Santos, escoadouro natural para os que precisassem atingir rapidamente a capital do país e terras mais ao norte, igualmente para os que demandassem a região Cisplatina e européias.

A trilha que de Santos atravessava São Paulo já existia antes que o português fizesse sua primeira viagem, aberta naturalmente pelo indígena de tanto transitá-la.

João Ramalho, os jesuítas, os mercadores e escravos, pouco mais fizeram durante séculos seguintes que racionalizar algumas curvas, construir pinguelas impotentes à menor chuva e, principalmente, iniciar o quadrúpede na trilha. Os Anais da Câmara Municipal citam e queixam-se a todo instante do desleixo de uma via vital para a sua sobrevivência, recebendo gêneros alimentícios, remetendo homens para combater o flibusteiro marítimo ou recebendo reforços para suportar o embate com os verdadeiros donos da terra.

O curso, entre o córrego do Lavapés e a subida da Bom Pastor ficou nebuloso na história e na cartografia. Pesquisadores que se interessaram mais aprofundadamente pela região, descrevem com certas minúcias o caminho até o Cambuci, para depois saltá-lo com alguma pequena menção ou anedota e para atingir, rapidamente, as

# PLANTA GER.

DA CAPITAL

# SÃO PAULO

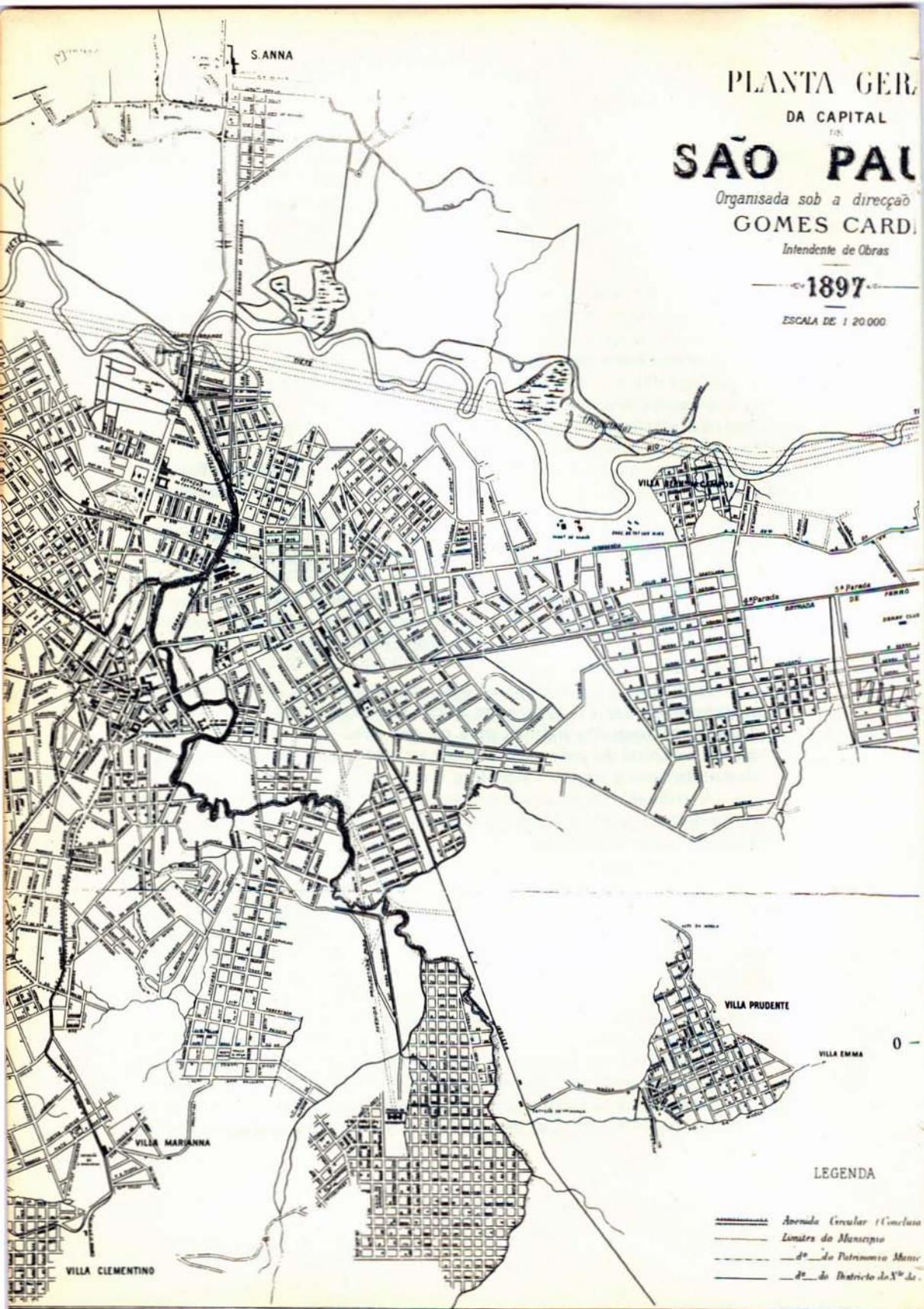
Organizada sob a direcção

GOMES CARD.





Intendente de Obras

1897

ESCALA DE 1 20 000



## LEGENDA

-  Avenida Circular (Circuito)
-  Limites do Municipio
-  1.º do Património Munic.
-  2.º do Districto do N.º de.

terras de João Ramalho. Apesar de caminho para o mar, pouquíssimos viajantes comentam a respeito do local, mesmo após a Independência.

Dos 11 mapas oficiais anteriores ao século XX que dispomos, apenas os dois últimos, dos anos de 1890 e 1897 fazem menção mais acurada. Alguns nem o mencionam, enquanto outros dão um traçado tão pouco elaborado que custa pôr fé científica neles. O Ipiranga e o trajeto para lá chegar era tão aventuroso que, num deles, a margem extrema do mapa só atinge a altura da atual rua da Independência. (m-1)

O pouco conseguido em melhorias na trilha até 1867 fica sufocado pela inauguração da Estrada de Ferro São Paulo Railway. Em pouco mais de três horas de viagem qualquer pessoa podia atingir Santos numa viagem bem mais confortável que os dois ou três dias pelo outro processo, livrando-se das chuvas, sol, mosquitos, cobras, onças e salteadores e, cremos que também a preços mais interessantes, se lembrarmos as várias pousadas forçadas com alimentação e forragem.

As estradas de ferro que irão deslocar violentamente os eixos de fixação do homem no solo, contribuindo para o florescimento de uma dezena de bairros e o fenecimento de outros tantos, pouco influirão no Ipiranga até a primeira década deste século.

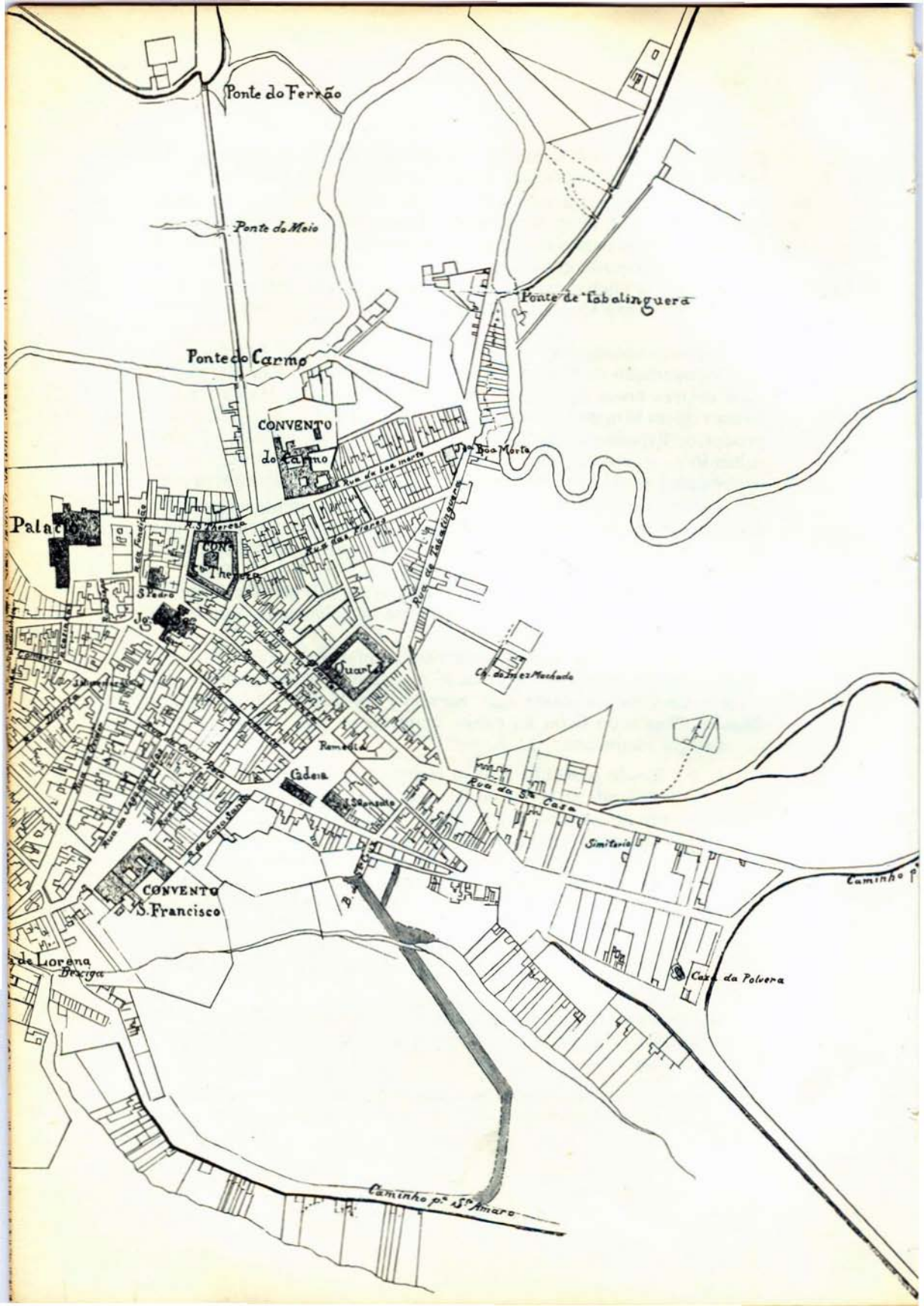
Antes o viajante o atravessava de norte a sul, admirando-se da vastidão solitária, depois ele só será visto de relance das janelas do trem. E só.

A construção do Museu nada trará de mais importante para sua rede de comunicações. Pucci fará, a pedido das autoridades, um projeto com uma avenida que, partindo do Museu, demandaria à Moóca. Mas tudo ficou no papel, como já se queixava o autor da Cronologia Paulistana:

Desde o século XIX o elemento que define a paisagem edificada na colina do Ipiranga é a absoluta regularidade do seu arruamento, rigorosamente hipodâmico com as quadras regularmente espaçadas a cada 100 metros e dispostas segundo os quatro eixos cardeais. Atualmente somente na baixada do córrego do Ipiranga, na sua margem direita, a trama urbana perde a sua clareza e ortogonalidade bem como no lugar chamado de Vila Monumento, cujo casario busca se ajeitar às encostas do Morro da Pólvora, mas no restante da área da colina a regularidade do traçado é o elemento dominante (1).

Se tomarmos a narrativa de Lomonaco para atingir o Museu, feita no ano de 1886, veremos que a região nada se modificara, em relação a cem ou duzentos anos anteriores.

“O caminho que aí leva é também dos mais desagradáveis. Descendo a rua da Glória e atravessando o bairro do Lava-



Ponte do Ferroão

Ponte do Meio

Ponte de Tabalinguera

Ponte do Carmo

CONVENTO

de S. João

de S. Maria

Palácio

CONVENTO

de S. Francisco

Quartel

Casa de S. Mateus

Cadeia

Rua da S. Casa

CONVENTO

de S. Francisco

Seminar

de Lorena

Casa da Polvera

Caminho p.

Caminho p. S. Amaro

pés, um dos mais antigos e mal construídos da cidade, continua-se através de um péssimo caminho da roça, repleto de relevos e fossas. Logo mais, porém, uma linha de trens unirá o monumento à cidade e, provavelmente, tornar-se-á o centro de um novo e elegante bairro" (2).

O médico italiano, apesar de bom observador, se bem que um tanto afeito à patriotada peninsular, não era na mesma proporção, um adivinho, dado que a previsão do tal bairro, e vamos por de lado o elegante, só aconteceria meio século depois. Vale acrescentar que a "linha de trens" logicamente refere-se a bondes, pois ele não desconhecia a Estrada de Ferro Inglesa.

Dois anos depois, o francês Raffard, usando o bonde, assim descreve o caminho:

"Fui ao Monumento do Ipiranga. Tomando no largo da Sé o bond (tramway) recentemente inaugurado que, saindo da cidade pela rua da Glória, desce até o pequeno córrego do Lavapés para atingir-se o Cambuci, d'ali tive de seguir a pé, não estando ainda assentados os trilhos da linha, cuja secção pronta aproveitou-se da parte da futura avenida do Ypiranga. (o grifo é nosso) Ouçamos a este respeito o Barão de Ramalho, presidente da comissão respectiva (Relatório de 1889): 'Está, pois definitivamente resolvido que a linha direta da Avenida parte perpendicularmente do eixo do edifício do Ypiranga e segue com a mesma direção até o cruzamento das ruas da Moóca e Piratininga, formando com esta um ângulo de 24° 32' e deste ponto continua em linha reta a terminar na rua do Braz, em frente a igreja matriz, percorrendo em toda a sua extensão o espaço de 3 501 metros e 25'

Foi inevitável este ângulo, porque a reta cruzaria a linha férrea e terminaria muito além da igreja do Braz.

A lei de 9 de abril de 1889 autorizou o governo provincial a fornecer 70 contos de réis à comissão do monumento para a abertura e preparo da rua da Glória, com obrigação, porém, de restituí-lo para o fundo de patrimônio da instituição que se criara para aproveitar o edifício do Ipiranga". (3)

Em seguida, ainda analisando os documentos oficiais, Raffard traz luz sobre a origem da atual avenida D. Pedro, confirmada, se analisarmos o mapa elaborado por Gomes Cardim. Examinando os problemas topográficos, enfoca também, com clareza, uma das serventias maiores da linha de bondes: a ajuda na fixação do homem no bairro.

“Neste tempo (diz ainda o Barão de Ramalho) a Companhia de Ferro Carril do Ipiranga tratava de levar a efeito uma linha de bondes, com direção à colina do Ypiranga e querendo a comissão executar a lei e fazer o melhor emprego possível da quantia votada pela Assembléia Providencial, encarregou o engenheiro Pucci de levantar a planta, partindo a estrada do eixo do edificio do Ypiranga, seguindo perpendicularmente a linha diretriz até o ponto em que fosse necessário desviar-se da mesma direção para entroncar na rua da Glória, tendo a linha todo o declive conveniente ao serviço de bondes. Nestas condições foi levantada a planta com a dupla vantagem de prestar-se ao serviço de bondes e de já ser uma parte da futura Avenida no espaço compreendido entre o Córrego do Ypiranga e o entroncamento da estrada da Glória contendo 1 189 metros.

Esta avenida consiste em vários aterros e alguns cortes a 2 ou 3 metros acima do nível da várzea que atravessa, ou abaixo do morro que transpõem, e na sua parte concluída, por mais embelezada que venha a ser, requer edificações de ambos os lados para que desapareça a vista insípida dos taludes e mesmo a dos terrenos baixos.

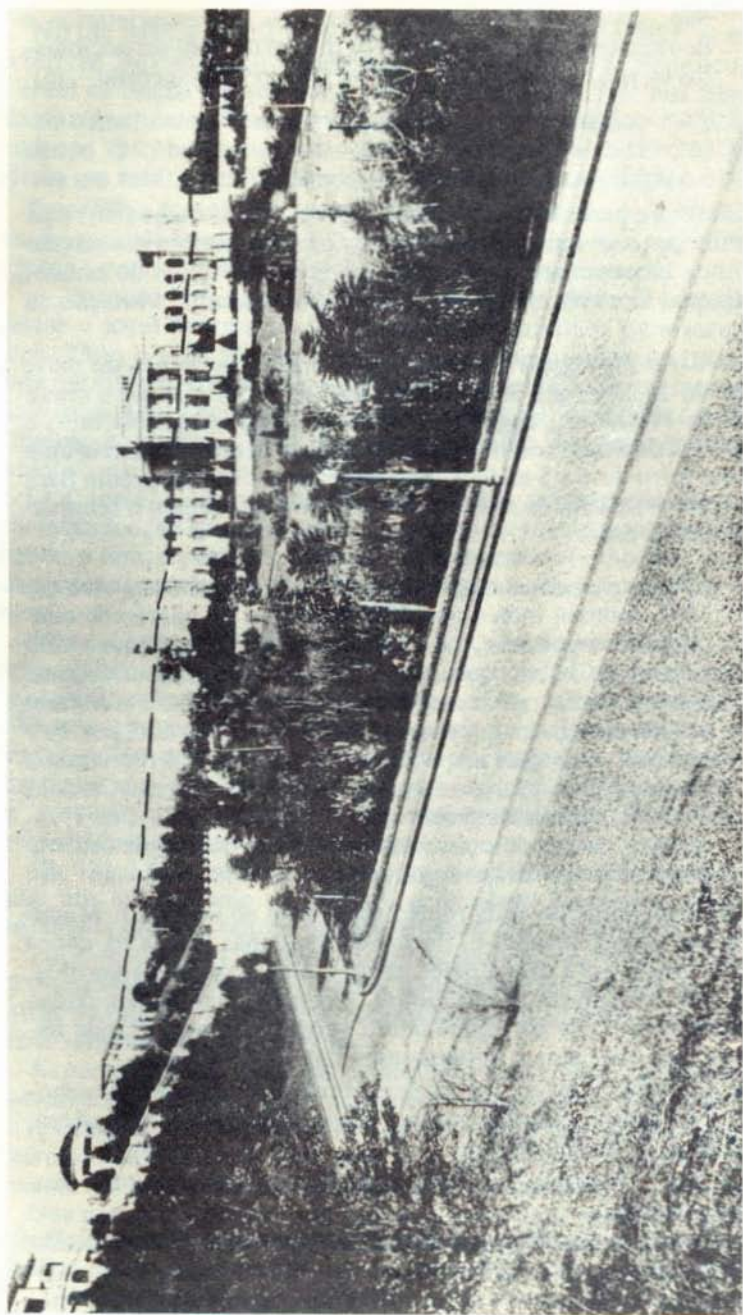
As referidas construções terão ainda a vantagem de permitir a localização de muitas famílias que sustentarão a empresa ferro-carril, necessitando o povoamento da zona que serve, pois que os numerosos passageiros que transitaram nos seus bondes não constituem freguezia certa, sendo a mór parte, pessoas que se aproveitaram da novidade para darem um passeio.

Os terrenos laterais da avenida e outros adjacentes já foram concedidos a particulares que conseguiram chamá-los a si mediante insignificante pagamento, baseado na lei de terras de 1850”. (4)

Em seguida, outra série de informações que destoam por completo por preço sempre desvalorizado das terras do Ipiranga.

“O governo nada reservou e terá de comprar por bom dinheiro o que precisar em redor do monumento. Sei de fonte limpa que um dos felizes concessionários recusou, há poucos dias, a bagatella de uma somma cincoenta vezes maior que a do custo de suas terras!!!

A Companhia está assim na dependência dos proprietários, cujas pretensões augmentaram com a construcção da linha de bonds, difficultando o povoamento do novo bairro.



**Parque da Avenida Independência**  
O traço indica o nível do terreno, que ocultava o Museu: O corte atingiu 14 ms.

São, porém, recíprocos os interesses dos proprietários e dos accionistas e até me parece que só deviam ser accionistas os proprietários ou senão ter feito prévio accordo". (5)

As fotos e depoimentos de pessoas que moravam no bairro durante o Centenário informam que pouco havia mudado. O bonde chegava até o prédio do Museu e não era puxado a burro. Mas era só.

Os charcos e parte baixa da avenida não estavam saneados, raras casas perfilavam a avenida. Anos depois, os motorneiros prestavam atenção onde blocos mais compactos de pessoas desciam do bonde, indagando qual a provável hora do retorno, para garantir a lotação na volta.

Em 1907, o paisagista Puttemans faz o ajardinamento da parte fronteira do Museu, que será conservada até 1920, quando o chefe das obras da Prefeitura, engenheiro Prestes Maia, remodela todo o espaço que vai do atual monumento até o Museu. Entre eles havia uma elevação de terra de 4 a 5 metros, que impedia a visão do prédio para quem chegava ou partia da avenida D. Pedro. Isso obrigou o rebaixamento de toda a área.

"A simples constatação da instalação inicial deste eixo em 1922, induziu toda a posterior evolução do padrão de ocupação das quadras, do direcionamento do sistema viário interno do bairro que, surge como consequência daquela diretriz inicial que, como vimos, é por sua vez consequência do eixo geral da composição dado aos Jardins por Puttemans. A simples inspeção da cartografia e da iconografia retrospectiva, desde a carta do Intendente Gomes Cardim, de 1897, até a mais recente, da "Sara do Brasil", de 1928, quando então começou a amadurecer o padrão de ordenação do espaço do Ipiranga, nos leva àquela conclusão" (6).

Até aquele momento toda região onde hoje se levanta o Monumento era um charco insalubre, formando pequenas lagoas na época das chuvas, usada para pesca pelos adultos e natação pelos garotos. Ouvimos muitos relatos de afogamentos. Vicejavam nas proximidades várias bananeiras, tidas por todos como venenosas, pelo grande número de mortes causadas a adolescentes que as comiam.

Pode-se afirmar com segurança que a Prefeitura, para as comemorações do Centenário, cuidou apenas do embelezamento desta área, ficando o resto no esquecimento.

Certos fatos narrados por Fernando Grassia comprovam o des-caso governamental.

A atual rua Ouvidor Portugal chamava-se na época Estrada Velha do Ipiranga. Nesta rua, de frente para o Monumento, onde hoje situa-se o Chico Buffet, foram colocados fogos de artifício que à noite

fariam o espetáculo pirotécnico. Durante a tarde do dia 7 de setembro, uma chuvinha intermitente acompanhou todas as festividades. À noite, os pavios molhados negaram fogo. Pior foi a situação dos carros. Os jornais mancheteiam a procissão de automóveis que desde a manhã apinhavam as redondezas do festejo. As ruas, sem nenhuma pavimentação, o chuveiro e o contínuo passar dos carros, transformaram, em poucas horas, todo o local num imenso atoleiro que somente permitiu a saída dos veículos no dia seguinte.

A rua Lucas Obes era então conhecida como rua da Boiada e o veículo mais usado dentro do bairro era o carro de bois. Mesmo as ruas mais conhecidas, como Silva Bueno e Bom Pastor, no cruzamento com a Cisplatina, formavam um barranco proporcionador de grandes quedas.

Egas Muniz informa que em 1912 começava a rede de esgotos, coisa que deve ter ficado nas boas intenções dos papéis assinados, pois todos informam que este beneficiamento é bem posterior.

As fábricas dispunham de luz e força e mesmo algumas residências, porém, poucas eram as ruas iluminadas pela luz bruxoleante do lampião de gás.

Com a mudança do bonde de tração animal para eletricidade o percurso também se ampliou. A avenida D. Pedro foi aterrada e urbanizada, recebendo paralelepídeos e os trilhos. O bonde Fábrica servirá principalmente para o proletariado da Olaria Sacoman, despejando e recolhendo várias vezes ao dia seus operários. O percurso do veículo atravessava o bairro de ponta a ponta: av. D. Pedro, Sorocabanos, Silva Bueno e Sacoman. Lá o bonde girava sobre si mesmo, retornando pelo mesmo trajeto até a praça da Sé.

De qualquer forma, a ausência de outra linha de bonde ou ônibus obrigava os trabalhadores, para se locomover, a utilizarem umas poucas bicicletas, eternamente desarticuladas pelos buracos e, na maioria esmagadora, andando a pé pelas poucas ruas regularmente transitáveis, transformando a Coronel Diogo em corredor humano duas vezes ao dia.

Entre 1925 e 1930, começa a urbanização das ruas que apresentavam maior importância comercial e residencial: Silva Bueno, Bom Pastor, Sorocabanos e Manifesto.

A iniciativa particular dava os toques de requinte para a época. Jafet manda asfaltar a frente de sua mansão na Bom Pastor. Anos depois a av. D. Pedro é a segunda via a receber esta melhoria.

Mas também a iniciativa particular cometia seus excessos contra a sociedade. Jafet constrói um parque infantil para bloquear as ruas onde tinha interesses.

O paralelepípedo e o asfalto apressam a implantação do ônibus e a maior circulação de automóveis.

Em 1940, além do bonde 4, havia o ônibus 22, fazendo o trajeto Sé-Nazaré e os ônibus intermunicipais que uniam o Parque D. Pedro ao conglomerado humano-industrial do A.B.C.

Na década de 50, o refreamento das grandes indústrias é concomitante ao influxo maior da parte comercial e residencial, sendo que pela sua óbvia repercussão na paisagem urbana e no próprio exercício prático das atividades cotidianas da população o tráfego vem suscitar uma atenção especial.

Assim, hoje, a inspeção da estrutura geral dos movimentos na área do Ipiranga revela, de imediato, o conflito básico entre os movimentos de **passagem** pelo bairro e os movimentos de **acesso** ao bairro. De um lado, todo o conjunto de passageiros, cargas, mercadorias e viagens originadas em certas áreas da cidade com destino a outras áreas que têm que passar obrigatoriamente pelo bairro. De outro lado, o tráfego que se origina em outras áreas e têm por destino o próprio bairro do Ipiranga, ao qual se acrescentam aqueles movimentos locais que têm sua origem e destino no interior do próprio bairro.

Em resumo, é o conflito, cada vez mais insolúvel, entre os movimentos locais e os movimentos supra locais, entre o tráfego externo e o interno. E trata-se de um conflito cada vez mais insolúvel porque a sua solução só pode ser encontrada no âmbito metropolitano.

Enfim, em menos de uma geração, o bairro assistiu a transformações brutais. O trânsito apresenta-se normalmente estrangulado, apesar de todas as experiências do D.S.V., invertendo mão e recheando as calçadas com postes e avisos.

Além do trânsito, um dos problemas que mais afetam a população deste bairro é o das enchentes. No jornal do bairro, de 1962, até nossos dias, a principal manchete tem sido esta.

Cabe aqui um aparte sobre a ocupação dos prédios e o trânsito. Sobre as moradias, Cláudio Gomes comenta, desta forma, as atividades urbanas:

“Sobre o tabuleiro, polarizado pela massa edificada do Museu, alteado de quarenta metros acima da várzea circundante, alojou-se um casario tipicamente classe média, bastante homogênea, predominantemente assobradado, bastante compacto na sua geminação lateral, revelando um ‘tecido’ edificado visualmente denso e cerrado.

Há uma predominância quase que absoluta de atividades residenciais no lado oeste da encosta do Ipiranga (para os lados do vale da Água Funda). Trata-se de área bastante edificada, estabilizada quanto às relações e atividades urbanas, de características bastante homogêneas, configurando bairro de população predominantemente de classe média. O casario baixo, a maioria de casas térreas e assobradadas, não apresenta localização de atividades comer-



**Avenida D. Pedro I**

**Início da Construção**



**Primeira Pavimentação**



**Avenida D. Pedro I — Hoje**

ciais e de serviços, de forma dispersa e atomizada deixando para o lado oposto ao Parque, na banda leste da colina a quase totalidade de atividade comercial e de serviços." (7)

Na Silva Bueno, porém, o comércio funciona em antigas moradias de um ou no máximo dois andares, onde o térreo é usado como padaria, venda ou loja. Tudo leva a crer que um dia o dono da casa também foi o dono do estabelecimento.

"Na verdade, é nesta parte mais antiga do bairro, já totalmente consolidada, onde se instalaram as atividades urbanas mais diversificadas. As ruas Bom Pastor, Costa Aguiar, Silva Bueno e Manifesto polarizam as atividades comerciais e de serviços e constituem o que se conhece como o 'Ipiranga' propriamente dito. Mais para leste, descendo a encosta e já no baixo terraço fluvial do Tamandua-teí aparecem as atividades mais antigas do bairro que não chegam a interferir diretamente na área." (8)

Uma das principais atividades, em torno do Parque, é constituída pelo setor educacional do Ipiranga (Capítulo que comentamos á parte). No entanto,

"para além desta área, até quase o bairro do Sacomã, comparece ainda um número apreciável de estabelecimentos de ensino, que nos permitiram caracterizar esta área como um verdadeiro bairro no interior do bairro do Ipiranga. Pois, efetivamente, assim é, a julgar-se pelos problemas de acesso, de tráfego, de atividades complementares, de população escolar, que conferem uma característica peculiar a esta parte do bairro, totalmente diferente das demais. No quadrilátero formado pelas ruas Xavier de Almeida, Padre Marchetti, Gama Lobo e Moreira de Godói (englobando cerca de 13 quadras) apresenta exatamente 8 quadras e meia destinadas na sua totalidade às atividades de ensino. É fácil de ver as ricas possibilidades que tão intensa atividade escolar teria em termos de articulação e complementação com as atividades culturais do Museu e suas dependências" (9).

Dois aspectos importantes são ainda afigurados:

"Um fato, de certô modo auspicioso para a salvaguarda desta colina é a ausência — relativa, frise-se — da verticalização, isto é, do agulheiro de torres e edifícios em altura. Salvo alguns edifícios altos ao longo da 'percée' da avenida D. Pedro I e da Bom Pastor, (além, é claro, do hospital do IAPTC, ao lado, na av. Nazaré) o restante da área na

vizinhança imediata do Parque está, ainda, relativamente desocupada de edificações em altura” (10).

Esses prédios datam da década de 60. Em 1968 há a proibição dos arranha-céus, interditando-se um, que estava pela metade, bem no fim da Avenida.

Os prédios mais recentes poucas vezes excedem o quinto andar. No térreo funcionam lojas mais sofisticadas ou bancos.

Há também o problema do status: entre os anos de 1920 e 1940 era considerado elegante morar na Av. D. Pedro I. Nessa época começaram as mansões nos primeiros 1 000 metros da Bom Pastor (entre a Xavier Curado e Sorocabanos). São elas testemunhas da imigração sírio-libanesa e constituem propriedades ainda intactas e bem conservadas, possuindo grandes jardins e arborização abundante. Hoje passam por um processo de transformação, tendo se alterado o seu uso e função.

Houve tentativas, de 1940 a 1960, de nos terrenos da av. Nazaré reeditar-se uma nova av. Paulista da era dos 20. O plano dos jesuítas falha, resultando grandes barracões que serão usados depois para os revendedores de carros.

A Bom Pastor é um exemplo do que aconteceu às moradias, em relação às classes sociais, no Ipiranga. Junto ao Museu, residências sofisticadas, verdadeiras mansões de gosto sempre duvidoso, com fortes acentos mouriscos.

A partir do primeiro quilomeyro e estendendo-se até o segundo ambiente, francamente comercial, com lojas e auto-peças. Do número 2 000 até o início da Via Anchieta, novamente torna-se residencial só que contrastando com o início da rua, pois as casas aqui são descuidadas, de arquitetura pobre, para moradores proletários ou, no máximo, baixa classe média.



Palacete dos Jafets — 1920/1930

Palacete dos Jafets — Hoje



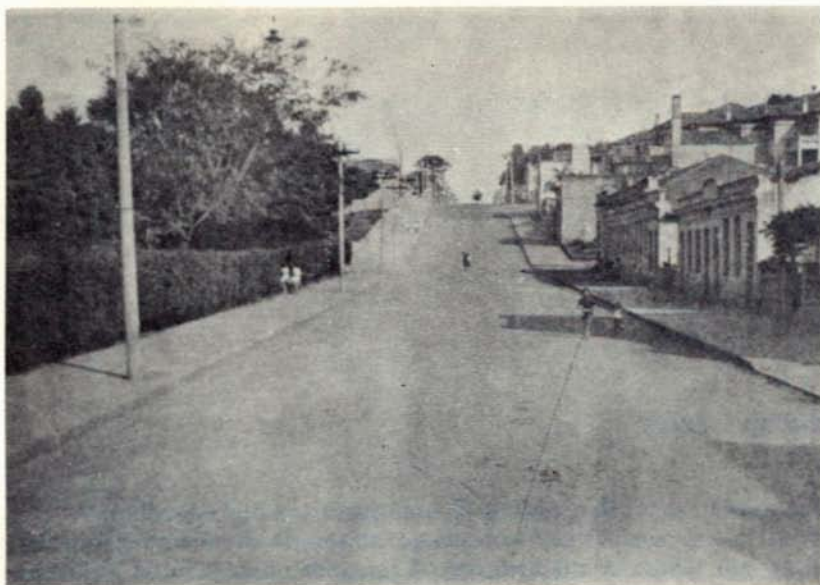


Residências das Classes menos Abastadas do Bairro

Pombal da Manifesto

Pardieiros





Rua Cipriano Barata — Primeira Pavimentação (1943)

Rua Cipriano Barata — Hoje



### Notas

1. *Gomes, C. — O Parque da Independência*, CONDEPHAAT, p. 15.
2. *Lomonaco, l Brasile 1889*, p. 120.
3. *Raffard, — Alguns Dias na Paulicéia*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. 55, p. 209-213.
4. *Cronologia Paulistana*, p. 415.
5. *Raffard, — Alguns Dias na Paulicéia*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, vol. 55, p. 209-213.
6. *Gomes, C. — O Parque da Independência*, CONDEPHAAT, p. 15.
7. *Idem, ibidem*, p. 15.
8. *Idem, ibidem*, p. 16.
9. *Idem, ibidem*, p. 16.
10. *Idem, ibidem*, p. 17.

### Lazer e cultura

A amálgama humana resultante do encontro de raças diferentes e mesmo de brasileiros vindos de regiões diversas deram características especiais ao desenfadado semanal do ipiranguista ao correr dos anos. Isto precisa ser evidenciado com clareza pois ao fator caldeamento, não pode ser ignorada a convivência próxima, para não dizer parede a parede de três classes econômicas diversas.

Até a comemoração da Independência a população rala era formada por uns minguados portugueses, sobrepujados por poucos mameucos e italianos. Os mais aquinhoados em posses tinham a diferenciá-los apenas a moradia melhor construída. No interior, os móveis e utensílios pouco diferenciavam. O mesmo nos trajés; o mesmo nas diversões.

Se o abastado pretendesse algo de diferente para si ou para os seus, precisava empreender a longa viagem de ida e volta ao centro da cidade. Este deve ser o motivo por que os moradores mais antigos lamentam o pequeno número de visitantes que o Museu tem, atualmente aos domingos, quando comparado à época em que o Ipiranga era um deserto de casas. O único ponto de recreação e, principalmente, gratuita, fatalmente deveria ser bastante procurado pelos locais. Em nossas entrevistas jamais divisamos algum aproveitamento ou assimilação cultural pelos entrevistados. Servia apenas como recreio, para espairecer.

Praticava-se também, e com intensidade a caça e pesca, que além de recrear, também tinha fins utilitários, pois reforçava as mesas dos menos aquinhoados.

O aumento sistemático de sobrenomes italianos, mormente os do norte e especialmente luqueses, como Machini, Ranieri, Ferraschini, etc. trazem o primeiro passatempo especificamente lúdico: a bocha.



Clube Atlético Ipiranga (1913)

Numa sociedade onde predominavam os artesãos, aplainar um terreno de 20 x 2 m e tornear uma dúzia de esferas de madeira era tarefa facilmente superável.

O aumento progressivo do número de fábricas e moradias traz o segundo divertimento: futebol. Fosse aquela sociedade um pouco menos pobre e paralelamente teríamos o cinema, que sempre caminhou paralelo ao futebol.

Os primeiros anos deste esporte, que nos acostumamos a ver como eminentemente popular e praticado especificamente na várzea, pela classe pobre, foi nos seus primeiros dias praticado pela elite dos ingleses do S. P. R., London Bank, S.P. Gaz e Light e continuado pela elite brasileira frequentadora das escolas e clubes plutocráticos.

A várzea do Carmo, não muito longe do Ipiranga foi um dos redutos que assegurou aos pobres a supremacia deste esporte, desestimulando e desarticulando o Mackenzie, Germânia e o Paulistano.

Se hoje o futebol varzeano está em extinção pela ausência de espaços onde se possam fincar traves sem serem expulsos para dar lugar a um espigão, naquele tempo acontecia exatamente o oposto. O afluxo maior de moradores sempre encontrou local para a concretização de campo temporário ou definitivo. Em 1925 já se acendiam paixões. Quando o Flor do Ipiranga jogava com o Sílex era motivo de entreveros antes, durante e muito após a partida. Ao redor destes dois astros sideravam uma centena de outros. O mais famoso deles todos, o Clube Atlético Ipiranga nasceu fora do bairro, na Água Branca. Por longo tempo tentou-se levá-lo ao bairro homônimo mas o Independência Futebol Clube não queria perder o nome na fusão. Porém logo ao agregar-se sobrepujou-se a todos. Apesar da ajuda que os Jafets passam a dar ao clube, sendo durante largos anos visto como um time de sírios, na verdade ele sempre sobreviveu pelo carinho do proletariado do bairro. A andança de sua sede bem demonstra essa dependência. Inicialmente localizou-se no cinema da Anunciata que abordaremos logo mais, com maior detalhe.

Em 1935 são obrigados a mudar-se para a Rua Silva Bueno, 71. Logo após lhe são cedidas duas salas na parte superior de um bar na Rua Silva Bueno, 130, pelo dono do estabelecimento. A terceira mudança ainda deu-se na Silva Bueno, esquina com a Patriotas. Por último, foi levado ao Sacomã, quando deixou de participar da Federação Paulista de Futebol.

O grande golpe adviu no momento em que os Jafets precisaram da área onde se localizava seu campo para edificarem a Epeda.

A maioria dos entrevistados salientou que, apesar de todo o bairro torcer pelo C. A. Ipiranga, era também verdade que quase todos tinham preferência por um dos componentes do famoso Trio de Ferro: Corinthians, Palmeiras e São Paulo.

Já expusemos porque o cinema não figurou nos primeiros anos do século como fator importante no lazer do ipiranguista, apesar de participar esporadicamente em festas de clubes ou na breve passagem de algum profissional de exhibições.

Em 1913, a Companhia Antártica Paulista possuía um, de nome Parque Ipiranga, localizado no alto do bairro, mas que fatalmente não podia primar pela continuidade, isto porque, anos após, o popular Cinema da Dona Anunciata, na rua Tabor, em frente ao Ipiranga Palace, sobrevivia por estar constantemente cedido para bailes.

O Cine Barracão, na esquina da Afrânio Barra, passava pelos mesmos entraves. O Cine Paroquial e o Ipiranga Palace, pertencentes aos Padres do Sion, somente têm existência regular após 1930, quando a população do bairro aumenta consideravelmente, recolhendo os primeiros moradores da baixa classe média. Os cines D. Pedro e Samarone, dispendo de amplas salas, terão o fastígio próximo aos anos 40, continuando até 60.

A entrada numerosa da classe média, expulsã de outros bairros pela urbanização desenfreada, sustentou o surto. Para os menos favorecidos, além do futebol, restavam as constantes quermesses das igrejas e o namorico à distância. Ainda em 1950, aos sábados e domingos centenas de moços e de moças faziam o footing desenfreado no "Vai e Vem da Chica Boa", entre a Rua Tabor e Sorocabanos.

Nos bailes do Olímpia, Paz e União, Independência e Indiano perdia-se aos poucos a inibição, "apesar de moça comportada só dançar com conhecidos". O mais procurado de todos os salões era o do Centro Ipiranga, onde tocava orquestra de João Cófia, que anunciava através de cartazes no palco, qual seria a próxima música. Apesar de se falar do Teatro Independência na Estrada do Ipiranga, pode-se com certeza avaliar que deveria ser mais tormentoso que o próprio Cine Parque Ipiranga.

A tradição musical italiana não se fez presente com grande calor na música. Uma banda filiada ao Centro Independência e os espetáculos da Cultura Artística a partir de 1925 é o que existe.

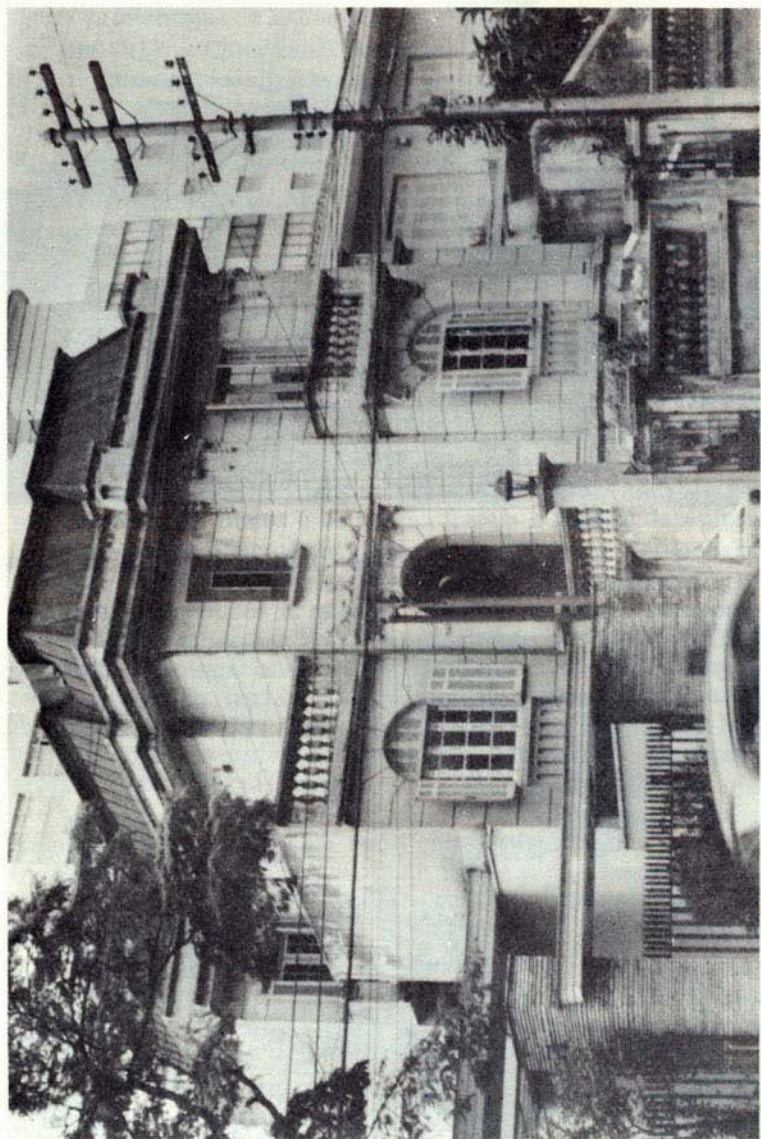
A divisão de gostos e culturas pode ser evidenciada neste particular. Os nossos entrevistados falavam dos cantores solistas que se apresentavam cada dois meses, de forma altamente elogiosa ou os ignoravam completamente. Infelizmente, o número dos que os ignoravam supera de muito o dos que os frequentavam. Somente em 1954 temos o Conservatório Musical Anchieta.

Quanto ao aspecto religioso, além do bairro primar por inúmeras igrejas, são constantes as notícias no seu jornal onde se pode perceber a tolerância a diversos cultos. A maioria das obras sociais também são efetuadas nesses centros de paroquianos. Outros tipos de associações são bastante comuns neste bairro.

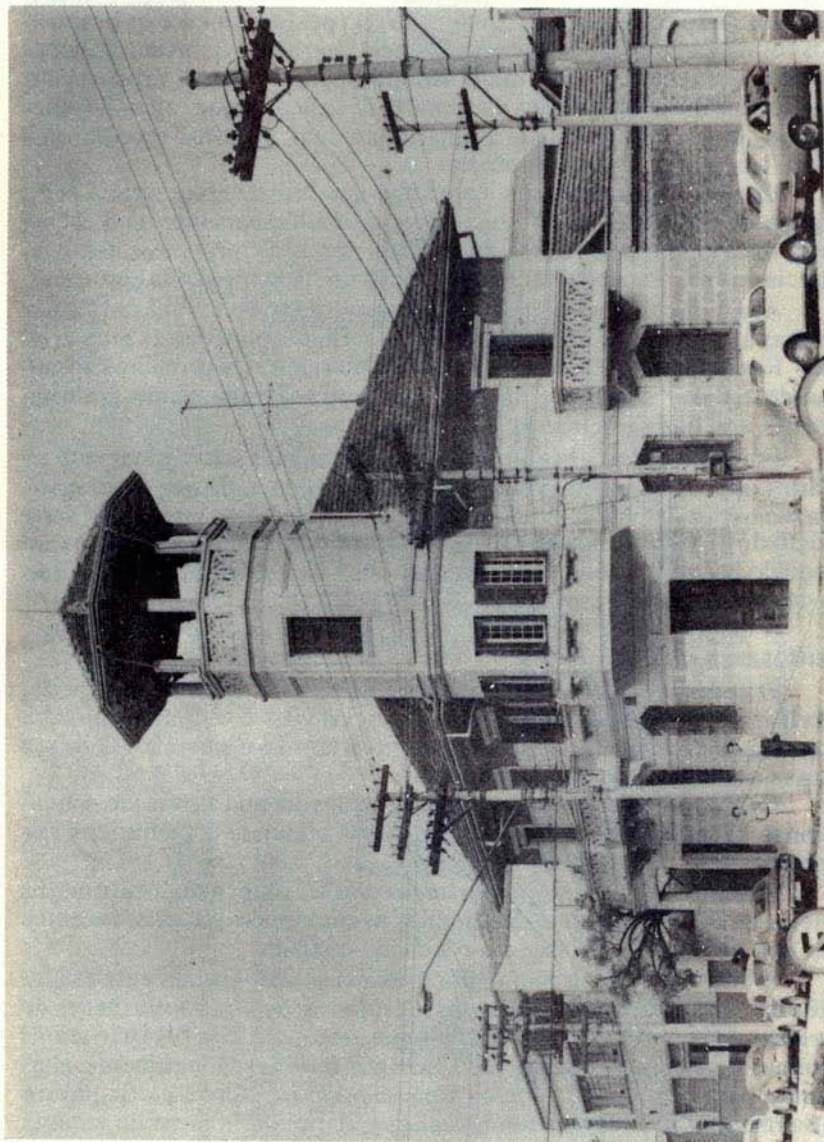


Casas típicas da "elite" do Bairro do Ipiranga nos anos 20





Casas típicas da "elite" do Bairro do Ipiranga nos anos 20



Em 1912 chegam ao Cambuci os membros da Congregação do Sion. Fundada em 1847 por um converso judeu, dedicou-se, no início, a fins essencialmente apologeticos, trabalhando junto a grupos israeliticos, tentando trazer-los ao cristianismo. Só posteriormente os propósitos foram se ampliando e diversificando, entre eles o ensino. Logicamente, o número sempre maior de ipiranguistas que aí procuravam conforto espiritual, ao lado da romaria de crianças que, além do catecismo, buscavam instrução primária em suas e outras escolas, não deve ter passado despercebido.

Em 1920 inauguraram a capelinha que futuramente viria a ser a Igreja de São José do Ipiranga. Quase simultaneamente uma escola tem início. Na falta de melhor local, nos seus primeiros tempos, funcionou na casa de Dona Hipólita de Brito, benemérita da paróquia.

Aliás, deve-se ressaltar o fato incomum da igreja ter sido edificada graças à cooperação da abastada recém formada plutocracia industrial dos Ranieri, Jafet, etc., ao lado do proletariado. Os primeiros fornecendo tijolos, madeira e cimento. Os outros, trabalhando gratuitamente nos fins de semana.

Em 1925 todos os informantes são unânimes em afirmar que as várias opções existentes conseguem suprir a demanda que a demografia em expansão vinha pedindo. O secundário só bem mais tarde seria cogitado. Desta forma, dos vários problemas que o progresso inesperado do bairro iria acarretar, o ensino, felizmente, iria acompanhando o desenvolvimento crescente.

A instalação da pequena classe média a partir de 1935 propiciará outros estabelecimentos escolares e os primeiros cursos secundários.

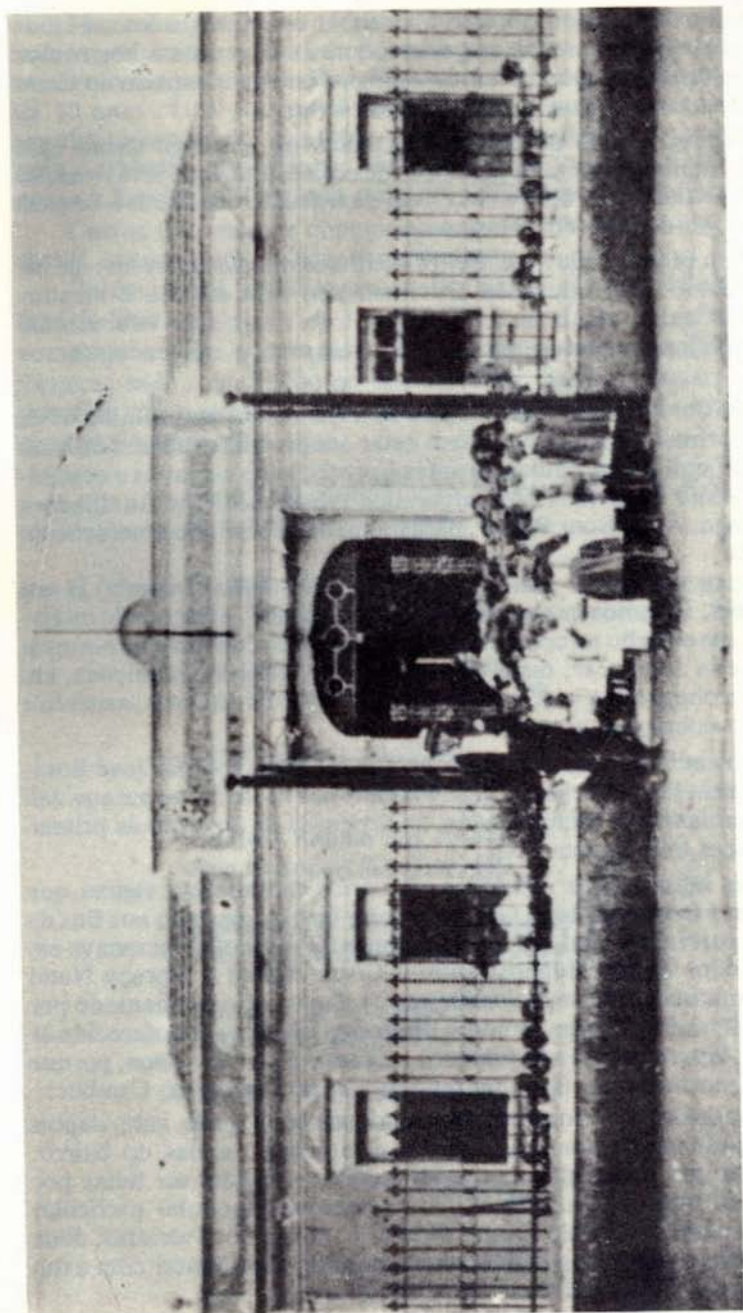
O governo se verá obrigado a ampliar a rede de ensino para poder abrigar a demanda que a formação das várias vilas ao redor do Ipiranga começara a formar. Em quinze anos invertera-se a situação. O bairro passa a abrigar as crianças de fora.

Com a entrada da classe média, fica consolidada a situação educacional. O secundário e mesmo os antigos clássicos e científicos são ministrados.

Não era de se esperar porém, antes de 1922, que, num local onde os meios de transporte eram deficientes, as ruas quase picadas, carentes de luz, água e esgoto, fosse a educação cuidada.

A baixa densidade demográfica, aliada aos fatos totalmente utilitários das várias fábricas e empresas, desinteressavam as autoridades de preocupações maiores. Lembremos que até a guerra de 1914 não temos notícia de nenhuma igreja no Ipiranga, fato verdadeiramente alarmante para uma época onde os valores religiosos ainda participavam ativamente da personalidade psíquica e social do homem de então.

Se o conforto espiritual dos portugueses e descendentes, donos da maioria das chácaras, da mestiçagem cabocla que os serviam nos trabalhos da terra e mais dos italianos recém-chegados e que, mercê de



Grupo Escolar "Visconde de Itaúna"

um trabalho árduo começavam a abocanhar os pequenos lotes e sítios que os portugueses menos empreendedores e já presos a horizontes comerciais perdiam gradativamente, só podia ser encontrado no Cambuci e Braz, imagine-se o das primeiras letras.

Por largo tempo as crianças nascidas no Ipiranga teriam que enfrentar diuturnamente os percalços de uma estrada que levava muito adulto a abandonar o bairro se o local de trabalho encontrava-se além do Braz, Moóca ou Vila Mariana.

É bem provável que a estreiteza cultural dos portugueses, mestiços e italianos não houvesse providenciado nem mesmo o mestre-escola particular, célula mater de quase toda a iniciação educacional nos bairros longínquos da capital. Nós, pelo menos, não encontramos rastro.

Uma obra especializada do ano de 1913 nos dá vários indícios de onde as primeiras letras poderiam estar sendo ministradas: Instituto Sagrada Família, que dedica-se antes à proteção de escravos e descendentes; Asilo de Órfãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga; Asilo Bom Pastor, para meninas pobres e regeneração de mulheres.

Apesar de não vir citado, o Instituto Cristóvão Colombo já era tradicional. Dizemos que nesses locais "poderiam" estar sendo ministrados, com o verbo no condicional, porque em circunstâncias normais isso deveria acontecer, dado que os egressos dessas instituições, em anos mais chegados a nós, pouco vão além de seu nome mal assinado e as quatro operações assassinaidas.

Pouco adiante vem a informação que o Grupo Escolar José Bonifácio está em fase de organização. Fixemo-nos neste nome porque dali sairão parcialmente alfabetizadas, às expensas do governo as primeiras crianças ipiranguistas.

Pelas informações recebidas de vários moradores, alguns que chegaram a frequentá-la, o Grupo Escolar fora inaugurado nos fins da primeira guerra mundial, porém parcialmente. A escola funcionava em dois períodos na rua Ituanos, entre a Costa Aguiar e a praça Nami Jafet. O matinal, com capacidade para 25 alunos, era frequentado por garotos. À tarde, o mesmo número de classes e lugares era oferecido às meninas. Isto referente aos primeiro, segundo e terceiro anos, porque o último ano ainda precisava ser feito no Grupo Escolar do Cambuci.

A moradora que forneceu estas informações e que anos depois seria professora de uma das mais conceituadas escolas do bairro, acrescenta que pouco depois outras opções poderiam ser feitas por pessoas de mais posses. Duas outras escolas de cunho particular passaram a funcionar. No Centro Operário, na rua dos Patriotas, dona Elvira dava os primeiros ensinamentos. Na rua Bom Pastor com a rua Constituinte, dona Nini fazia outro tanto.

Mas como já vimos o pequeno horizonte dos pais deve ser também levado em conta, ao lado do descaso governamental. Era comum no momento e se pode estender a prática até 1930, do trabalho de menores de 10 anos. Uns poucos tostões deviam contar imensamente para aqueles deserdados. A escola, portanto, aparecia como empecilho para o trabalho das crianças. Isto fica provado pois a partir de 1920 passa a funcionar o período noturno para maiores de 14 anos.

Outros informantes contam que a partir de 1922 já funcionavam outras escolas: uma na rua Nazaré e outra na rua Antiga Viação.

Porém, antes, instalara-se, rústicamente, a escola-igreja dos Padres do Sion.

Hoje o Ipiranga é um dos raros bairros da capital que pode fornecer toda a instrução ao seu morador, desde o maternal e pré-primário até o universitário. Eis alguns dos seus mais importantes centros de formação:

- Centro de Reabilitação Profissional, I.N.P.S.  
Rua Agostinho Gomes, 1.455
- Colégio São Francisco Xavier  
Rua Moreira e Costa, 531
- Instituto Cristóvão Colombo  
Rua Dr. Mário Vicente, 1.108
- Centro Educacional Esé  
Av. Gentil de Moura, 151
- Colégio Rainha dos Apóstolos  
Rua Ouvidor Portugal, 697
- Colégio São José dos Padres de Sion  
Rua Agostinho Gomes, 1.941
- Colégio Cardeal Motta  
Rua Paulo Bregaro, 400
- Colégio Comercial São Carlos  
Rua Costa Aguiar, 1.819
- Colégio Estadual Francisco Assis  
Rua Bom Pastor, 1.560
- Colégio Estadual Prof. Gualter da Silva  
Rua Anatole France, 76

- Colégio Estadual Teotônio Alves Pereira  
Rua Arcipreste Ezequias, 734
- Cong. das Irmãzinhas da Imaculada Conceição  
Av. Nazaré, 470
- Escola Estadual de 1.º Grau Murinho Nobre  
Rua Ouvidor Portugal, 789
- Escola Estadual de 1.º Grau Nossa Senhora Aparecida  
Rua Álvaro Fragoso, 734
- Casa da Infância do Menino Jesus  
Av. Nazaré, 1.180
- Colégio Regina Mundi  
Rua Marquês de Lages, 2.002
- Grupo Escolar Prof. Odom Cavalcante  
Rua Bamboré, 546
- Grupo Escolar Visconde de Itaúna  
Rua Silva Bueno, 1.412
- Inst. Est. Educ. Alexandre de Gusmão  
Rua Cisplatina, 298
- Jardim Escola Dom Pedrinho  
Av. D. Pedro, 594
- F.A.I. — Faculdades Associadas do Ipiranga  
Av. Nazaré, 993
- Faculdades São Marcos  
Av. Nazaré, 900

### Comércio e Indústria

A composição ingrátissima do solo do Ipiranga que, no período colonial e imperial nada produzira agricolamente, com a chegada da industrialização teria sua primeira participação positiva.

O crescimento vertiginoso que a capital estava sofrendo na parte demográfica com a entrada indiscriminada de imigrantes passara de 31.000 habitantes em 1872 para 239.820 habitantes em 1900, acarretando problemas habitacionais prementes. Tijolos e telhas passaram a produtos de primeira necessidade (1).

Só então o solo ipiranguista se mostraria generoso. Findaria o acobrunhado capítulo terra e começava o capítulo argila.

No primeiro informe que o governo tem sobre sua nascente indústria (2), A. F. Bandeira Junior fala das carências dos bairros operários, classificando o Ipiranga entre eles:

“Nem um conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa Capital.

Os bairros que mais se concentram por serem os que contêm maior número de fábricas, são os do Braz e do Bom Retiro.

As casas são infectas, as ruas, na quasi totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e esgoto.

O mesmo se dá em Água Branca, Lapa, Ipiranga, S. Caetano e outros pontos mais afastados.”

A citação é importante não só pelo retrato sem retoques da situação social do proletariado paulistano, mas também por classificar o Ipiranga como bairro, ao invés de subúrbio, e dotá-lo de forte contingente humano, aliás, o único documento a fazê-lo, pois já deixamos



**A Indústria dos Jafets**  
**Edifício onde funcionam os escritórios e depósitos da Firma**

patente através de vários relatos e mesmo fotos, que o bairro, na época, era um deserto onde imperava a solidão.

O livro tem duas partes bem distribuídas. Um minucioso informativo sobre as indústrias, algumas de significação nula, pela maquinaria e número de trabalhadores, e um esboço a voo de pássaro onde sintetiza seus pensamentos acerca da industrialização, indústrias e proletariado.

O apanhado, de forma alguma deixa claro o que possa significar, em números e fatos, o bairro. Para reforçar basta lembrar que das 110 indústrias analisadas, apenas uma está localizada na área do então Ipiranga (3).

#### “ESTABELECIMENTO IRMÃOS FALCHI

Fábrica em Vila Prudente.

A Vila Prudente está situada à margem da Estrada de Ferro Inglesa na Estação do Ipiranga.

É uma localidade alta, saudável, edificada em 1890. Compõe-se de grandes edifícios para as fábricas; casas-vivenda para empregados, operários e pessoas estranhas a esse estabelecimento que aí mantêm comércio e de preferência habitam, pela salubridade e aproximação da Capital e da Estação de Via-Férrea.

#### FABRICAÇÃO

de cerâmica  
de tecidos de seda  
de sabão fino e grosso  
de graxa para calçados

#### CERÂMICA

Só esta fábrica ocupa uma área de 10.000 metros quadrados, na qual se acham três importantes minas de argila superior, de modo que traz todo o produto cerâmico desta procedência. Se não é o melhor do Brasil, é um dos melhores por sua natureza especial, sendo certo que é superior ao melhor importado.

As telhas, principalmente, pelo pouco peso, durabilidade e cor são preferidas às estrangeiras.

#### MAQUINISMOS

1 motor de força de 40 cavalos  
2 amassadores de argila  
1 máquina para toda qualidade de tijolos, podendo produzir diariamente quinze mil tijolos

Diversas máquinas para produção de telhas francezas, sistema Marseille e Brasileira

4 fornos com capacidade para mais trezentas mil peças por mês

2 grandes prensas

2 misturadores e outras máquinas diversas

### PRODUÇÃO

Telhas de Marseille e Brasileiras para cobertura, cumieiras e ditas ventiladas. Anualmente um milhão.

Tijolos para construção e maceiras.

Ditos especiais para paredes. Anualmente um milhão.

A diferença de peso entre esses produtos, apesar de melhores é inferior em mais de cem mil réis, sobre cada milheiro importado.

### PESSOAL

Nacionais: 10 homens.

Estrangeiros: 60 homens e 10 menores".

Logo nos primeiros anos do século outra congênera fixa-se no local, entre a Vila Prudente e o Ipiranga, germe do atual bairro do Sacomã.

Imigrantes franceses da família Sacoman adquirem terrenos que se estendiam do último quarteirão da Silva Bueno em direção à estrada de ferro. No fim da primeira década a Sacoman Frères e a Cerâmica Vila Prudente figuram entre as cinco maiores cerâmicas do Estado.

Porém, seria no ramo têxtil que o bairro obteria celebridade.

A partir da República o descortino do Major Diogo e Antonio Álvares Penteado abre caminho para a fabricação de tecidos, alcançando em pouco tempo desenvolvimento raro nas estatísticas brasileiras da época (4).

Ano	Fábricas	Operários	Capital
1905	18	6.296	27.578:290\$000
1907	23	7.387	38.946:190\$000
1909	23	10.275	39:800:000\$000
1911	32	14.828	53.848:383\$000
1912	37	15.587	74.237:918\$000
1913	49	16.317	83.839:597\$000

Deste quadro sobressaiam-se como empresas que mais contribuíram para este milagre (5):

Estabelecimento	Operários	Capital
Cotonificio Rodolfo Crespi	1.305	6.000:000\$000
Cia. Ipiranga Tecelagem e Estamparia	7.857	4.000:000\$000
Cia. Fabril Paulistana	500	2.000:000\$000

Seguiam-se só na capital mais de treze fábricas menores em equipamentos, operários e capital.

A Cia. Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga foi a primeira indústria de alto porte a instalar-se no bairro, isto em 1906. Sua existência deveu-se aos imigrantes sírios Benjamim Ricardo e Nami Jafet. Benjamim chegou ao Brasil no início da República, seguindo-o nos cinco anos os outros irmãos. Mascateando de porta em porta, vendendo pelo método da "prestação", com os trejeitos e linguajar típicos que enriqueceu a empreendedora colônia e o anedotário de Cornélio Pires. (6)

O capital reunido pelos quatro irmãos fê-los passar do comércio para a indústria.

Em 1906 compraram 6.000 m<sup>2</sup> nas baratíssimas terras do Ipiranga, entre as ruas Manifesto, Patriotas, Sorocabanos e Agostinho Gomes.

Com o passar dos anos a área edificada elevou-se a 16000 m<sup>2</sup>. A origem humilde e apedêutica era compensada pelo descortino e vocação comum a todos os pioneiros daquele momento, bastando lembrar Matarazzo, Falchi, Crespi, Gamba, Pugliese e tantos outros. George Street e Simonsen eram exceção.

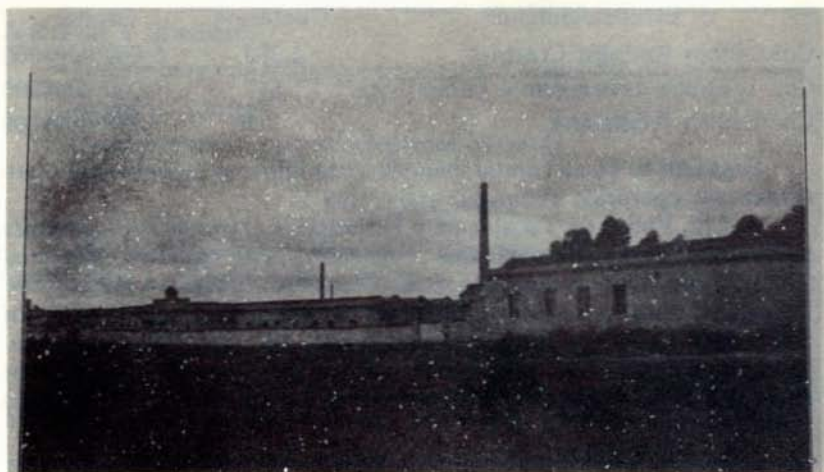
A guerra de 1914-18 com a consequente interrupção de remessas vindas da Europa aceleraram o desenvolvimento da fiação, bastando comparar os dados de 1913 com os de 1919 dessa fábrica (7).

Ano	Capital	Operários	Teares	HP
1913	4.000:000\$000	785	444	600
1919	6.000:000\$000	1 200	800	1 000

Fotos de 1919 comprovam que o maquinário era o mais moderno na época, usando-se o homem só nas tarefas que a mecânica de então ainda não conseguira automatizar.

Entre os anos de 1922-25 a produção subira ainda mais, necessitando de 2.500 operários, segundo testemunho de pessoas que entrevistamos. Outra fonte (8) cita uma tecelagem pertencente a Alfredo Ramos, funcionando em 1903 na estrada do Ipiranga.

Já vimos que espécie de novela policial era a tal estrada do Ipiranga. Para confirmar o primarismo da Estrada e esporadicidade das suas edificações, o almanaque acrescenta que não há número identificador do prédio.



**A Indústria dos Jafets**

Vista externa da importante fábrica de Fiação, Tecelagem e Estamparia "Ypiranga" uma das mais poderosas do Estado e propriedade da firma Nami Jafet & Irmãos

Vista Parcial dos Teares deste poderoso estabelecimento fabril



Ramificação do setor de tecelagem, em julho de 1907 começa a funcionar a "fábrica de linhas dos Ingleses", como era popularmente conhecida a atual "Linhas Corrente S/A".

Pouco depois e já no ramo metalúrgico, inaugura-se a Fábrica de Ferro Esmaltado Silex. Esta Fábrica já na sua origem representava um sinal da virada dos tempos. A fase das olarias, importante indiscutivelmente, durara pouco mais de dez anos. Os ingleses adquiriram a área do italiano Marchesini, dono de uma olaria em decadência.

Também com estas duas empresas a deficiência de importação européia motivada pela guerra será contrabalançada, acarretando uma expansão acelerada. A Silex, que, segundo um informe de 1913, tinha 350 operários e um capital de 1:000\$000, logo após 1922 já contava com 500 trabalhadores.

Uma revista de 1909 (9) oferece os seguintes dados dessa fábrica:

Fundada em 1909.

Presidente: Pedro Pontual de Petrolina

Diretor Gerente: Márcio Pontual

40.000 m<sup>2</sup>, na rua Tabor.

150.000 quilos de louça esmaltada por ano.

Matéria prima americana e inglesa.

6 motores de 350 HP.

8 fornalhas.

500 operários.

Capital 1:000\$000

A Fábrica de Linhas, por esta época tinha número igual de homens, mulheres e possivelmente também crianças, prática também documentada no livro de Bandeira Junior.

"O corpo de operários no Estado de São Paulo eleva-se a números superior a cincoenta mil entre homens, mulheres e crianças, quasi em sua totalidade italianos, porque como já dissemos são artistas todos os indivíduos dessa nacionalidade.

É considerável o número de menores, a contar de 5 anos que se ocupam em serviços fabris, percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mas, mais do que isso, têm esses menores a vantagem, de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não augmentam a phalange dos menores vagabundos que infestam esta Cidade". (10)

A mentalidade vitoriana do autor só enxergava benefícios no trabalho de menores a partir de 5 anos, consistindo esse ponto de vista uma regra do momento, só denunciada pelos anarquistas.

A trindade — Estamparia Ipiranga, Fábrica de Linhas e Silex — por si só mereceriam um longo tratado pela importância histórica, social e econômica dentro do bairro. Não há morador antigo do Ipiranga que não tenha trabalhado, direta ou indiretamente, pelo menos para uma delas. A importância transcende de tal forma, que mesmo hoje os jovens têm um fato ou lembrança recebida dos pais e tios.

É chegado o momento de apurarmos a relação destas indústrias com a estrada de ferro. Desde 1872, quase nula fora sua contribuição para a fixação humana. Vimos que para a execução do Museu os construtores serviram-se de mão-de-obra da capital e S. Caetano, que, mesmo fixando-se lá durante os seis dias de trabalho, aos domingos regressavam ao lar, tipificando, portanto, a migração pendular.

Nos dez primeiros anos deste século, Bom Retiro, Barra Funda, Moóca, Brás, Lapa, Pari e outros bairros satelizados pelas estradas de ferro, ainda estavam longe do estrangulamento especial. Áreas livres abundavam, só que já valorizadas imobiliariamente.

O Ipiranga, como observamos, tinha o seu m<sup>2</sup> vendido a preços irrisórios, devido à improdutividade da terra, reconhecida por todos, e à dificuldade de lá se chegar, cousa que o tornava fora de cogitação, mesmo para os mais necessitados.

Porém, para as indústrias que precisavam de amplas áreas, o preço daquela terra aparecia como um alvitre capitoso. A maquinaria pesada para a montagem das fábricas e posteriormente a matéria-prima chegariam facilmente pela via férrea. Mesmo a mão de obra poderia em parte dela servir-se.

Notícias de 1915 já indicam um pequeno exército só nestas três indústrias.

Nomes	Operários	Capital
Silex	350	1:000\$000
Estamparia Ipiranga	785	4:000\$000
Fábrica de Linhas	400	2:000\$000

Nossos entrevistados afirmam que destes 1.535 trabalhadores, talvez 20% residiam no bairro.

Nem mesmo a recessão da gripe espanhola do após guerra perturbou o desenvolvimento das indústrias. O capital e conseqüente número de obreiros, cresceu ininterruptamente. E novas indústrias, aproveitando o exemplo destas três fixam-se no bairro. Só citaremos as maiores e que perduraram por anos.

Serraria Frandoli, entre a rua Cipriano Barata, Costa Aguiar e Fico.

Em janeiro de 1924 inaugura-se a Artex S/A Fábrica de Artefatos Têxteis na praça Nami Jafet.

Em Abril de 1925 a Metalúrgica Mercúrio, na Cipriano Barata.

Também de 1925 começa a funcionar a linha de montagem dos carros da General Motors na Av. Presidente Wilson. O trabalho consistia praticamente no desencaixotamento e limpeza dos veículos. Antes de 1932 já se mudara para S. Caetano, onde está até agora.

Em novembro de 1928 a Bates do Brasil — Papel e Celulose S/A.

Paralelamente, o comércio acompanharia, como de praxe, os ditames da indústria. Já são visíveis lojas de tecidos e móveis na Silva Bueno, liderados por judeus e sírios.

A Padaria Independência de Bento Cerqueira deixa de ser um buraco insignificante para consolidar-se. Outras logo apareceram.

A Farmácia de Roque Garcia na Silva Bueno com Ituanos sofre o mesmo destino.

Porém, a demanda das indústrias que se instalavam e outras que se ampliavam continuavam a sofrer a carência de mão de obra, em especial a residente no bairro.

Os Jafets, que por volta de 1925 precisavam nas suas várias indústrias de mais de 2.000 trabalhadores, usaram o expediente de construir o grande edifício de apartamento da rua Manifesto com Patriotas, que o espírito irreverente do público apelidou de "Pombal". Pessoas credenciadas pelos Jafets percorriam as cidades do interior oferecendo empregos, salários mais altos que os da lavoura e aluguel barato. No caso de uma família inteira decidir-se pelas indústrias Jafets o aluguel seria cobrado na razão inversa de pessoas empregadas, portanto, formava-se de início um vínculo direto entre empregador e assalariado, pois quanto maior fosse o número de pessoas, menor o preço do aluguel.

Pouco depois a equação já estava desmoralizada pela imaginação e possibilidades que a cidade oferecia aos ex-lavradores.

Aos poucos, desfrutando dos poderes que a especialização dá ao proletário industrial, um membro da família saía dos estabelecimentos Jafets, porque outras fábricas ofereciam-lhe melhores salários. Em seguida outros membros iam pelo mesmo caminho até que a defecção fosse quase geral. No fim apenas um representante da família continuaria trabalhando para a indústria que os tinha retirado do campo, aumentando o criminoso êxodo rural, para garantir a continuação da posse do apartamento.

Ainda outras regalias eram oferecidas, como certas facilidades no transporte daqueles que não moravam no Ipiranga.

O bonde "Fábrica" que fazia o percurso — Praça da Sé, Glória, Lavapés, Independência, Av. do Estado, Tabor, Silva Bueno e Nazareth, — em certas horas do dia parava dentro da fábrica para deixar os operários. Aliás, o próprio nome da linha tinha relação com a industrialização, por servir inicialmente os operários da Olaria Samarone, onde depois funcionou o cinema do mesmo nome.

# PHARMACIA INDEPENDENCIA

RUA BOM PASTOR, 37 : TELEPHONE, 83 - CAMBUCY



Laboratório monta-  
do de accordo com  
o regulamento sa-  
nitario sob a direc-  
ção do seu proprie-  
tario pharmaceutico

**J. MIRANDA**

Sortimento comple-  
to de drogas, perfu-  
marias, e artigos  
para toilet. Secção  
de Homeopathis.



## Carniceria Moretti

Rua Silva Bueno, 147

Ypiranga

S. PAULO

O Sñr. ANGELO MORETTI reside  
no Ypiranga á 40 annos onde mantem  
ultimamente uma Carniceria que é prete-  
rida do publico motivo por que aumentão  
diariamente suas transacões.

ANGELO MORETTI

RESIDENCIA:

RUA SILVA BUENO, 170

# PHARMACIA BOM PASTOR

DE A. F. COSTA


RUA SILVA BUENO N. 71



AVIA RECEITAS COM ESCRUPULO E PROMPTIDAO  
ATTENDE A QUALQUER HORA DA NOITE

TELEPHONE 90-CAMBUCY

YPIRANGA - S. PAULO

Pedro Estebal  RUA LEAES PAULISTANOS N. 19  
YPIRANGA

Esta encarregado da venda de mais de duzentos lotes de terrenos por conta de terceiros e mais outros de sua propriedade.

A QUALQUER HORA ESTA A DISPOSICAO DOS SNRS PRETENDENTES NA RUA INDICADA ONDE RESIDE DESDE 1888

Rua Leaes Paulistanos N. 19 — YPIRANGA — S. PAULO

Uma fábrica de chapéus de Vila Prudente conduzia em trolei puxado a cavalo os seus operários que chegavam de trem na estação do Ipiranga.

Na década de 30 outros estabelecimentos de vulto aparecem.

Março de 1936 — Ind. J. B. Duarte — Rua dos Patriotas.

Março de 1936 — Fiação e Tecelagem Lutfalla — R. do Constituinte.

Março de 1937 — Fábrica de Linhas Alete Marconcini — R. Agostinho Gomes.

Março de 1938 — Fergo-Ind. Imobiliária — R. Hipólito Soares.

Agosto de 1938 — Serralgodão Comércio Indústria — Av. Nazaré.

Março de 1939 — Cia. de Máquinas Hobart-Dayton do Brasil — Av. Pres. Wilson.

Abril de 1939 — Swift Armour — Pres. Wilson.

Abril de 1940 — Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga — Pres. Wilson.

A conduta desregrada da Prefeitura nestes anos é patente. A indústria, seja qual for seu ramo, instala-se indiscriminadamente. Laminções, serrarias, cotonifícios, com suas fornalhas e chaminés poluidoras, ladeiam fábricas de produtos alimentícios e farmacêuticos.

Na década seguinte a cegueira governamental beiraria o criminoso:

Abril de 1941 — Papel Leon Feffer — Pres. Wilson

Agosto de 1941 — Ind. Brasileira de Condutores Elétricos — Bom Pastor

Janeiro de 1942 — Est. Nacional Ind. Anilinas — Cipriano Barata

Novembro de 1942 — Bernardini Ind. Com. — Hipólito Soares

Setembro de 1943 — Gema Equipamentos Industriais — Alm. Lobo

Novembro de 1943 — Usina Santa Olímpia Ind. de Ferro e Aço — Patriotas

Dezembro de 1943 — Cibraço Ind. e Com. — Pres. Wilson

Janeiro de 1944 — Gráfica São Luiz — Agostinho Gomes

Junho de 1944 — Lanificio Jafet — Pres. Wilson

Julho de 1944 — Ind. de Papel Simão — Manifesto

Julho de 1944 — Industil — Ind. Têxtil — Agostinho Gomes

Dezembro de 1944 — Lalekla Com. e Ind. — Manifesto

Julho de 1945 — Protin Equipamentos Individuais Proteção — Agostinho Gomes

Janeiro de 1946 — Bachert Industrial — Alencar Araripe

Março de 1946 — De Ranieri Torção de Fibras Têxteis — Lino Coutinho

Mai de 1946 — Distribuidora de Bebidas Bom Pastor — Xavier de Almeida

Mai de 1946 — Gráfica Romote — Cipriano Barata

Outubro de 1946 — Famor Ind. e Com. — Bom Pastor

Novembro de 1946 — Irmãos Lantieri — Bom Pastor

Janeiro de 1947 — Laminação Santa Terezinha — Av. do Estado  
 Junho de 1947 — Ind. Sansão — Juntas Provisórias  
 Junho de 1948 — Irmãos Rusu — Via Anchieta  
 Maio de 1949 — Persianas Columbia — Tabor  
 Outubro de 1949 — Malharia Mundial — Lord Cockrane  
 Outubro de 1949 — Liquid Carbonic Ind. — Av. Nazaré

Pela relação vê-se que os problemas das décadas anteriores estavam agora, pela reincidência, agavados ao extremo. O passar dos anos, a ignorância do que realmente poderia significar o "maior parque industrial da América Latina", refrão ostentado até nos bondes da Light que, fornecedora de luz e força elétrica, nada tinha a perder e tudo a ganhar, o desespero dos responsáveis pela saúde do trabalhador e higiene ambiental, além do acréscimo populacional das camadas que eram expulsas dos bairros mais próximos do centro, tornavam o Ipiranga retrato vivo dos problemas que incidiriam por toda a capital a partir de 1960 e que perdurariam até hoje, com poucas chances de solução, isso se o forem. Ruas em estado lamentável, porque foram compactadas para suportar o peso das carroças e caminhões de 1930 e não os ônibus e carretas de agora. Rios transformados em esgotos ao ar livre e, principalmente, o ar intoxicado e negro que identificavam São Paulo pela calota negra perene a partir dos 500 metros de altura.

O Ipiranga contribuía com uma parcela para este quadro.

A queda do getulismo em 1945, com a redemocratização pouco o modificou. Se antes a propina, o tapinha nas costas de um amigo bem situado, a impossibilidade de se fazer críticas públicas, acobertavam erros e atitudes criminosas, em seguida, nem o deputado ou mesmo o vereador eleito pelo bairro resistiam ao apelo dos interesses gananciosos e da exploração dos dísticos bombásticos.

A situação só não descambou porque o espaço já estava ocupado, a ponto de algumas indústrias e fabriquetas, não podendo se instalar nos pontos altos, sujeitarem-se aos pontos baixos inundáveis.

Fevereiro de 1950 — Shell do Brasil Petróleo — Pres. Wilson  
 Dezembro de 1950 — Eletrônica São Paulo — Pres. Wilson  
 Janeiro de 1951 — Ind. e Com. Jorge Camasmie — Lord Cockrane  
 Julho de 1951 — Meiatex Ind. e Com. — Lino Coutinho  
 Agosto de 1951 — Oxigênio do Brasil — Pres. Wilson  
 Maio de 1954 — Juresa Industrial de Ferro — Ricardo Jafet  
 Julho de 1954 — Onan-Montgomery do Brasil Ind. e Com. — Pres. Wilson  
 Setembro de 1954 — Di Cicco Com. e Ind. — Manifesto  
 Setembro de 1954 — Linhas Correntes — Silva Bueno  
 Janeiro de 1955 — Gonzales Com. de Sacarias — Pres. Wilson  
 Setembro de 1955 — Sonnervig Com e Ind. — Dr. Ricardo Jafet  
 Maio de 1956 — Toledo do Brasil Ind. Balanças — Manifesto

Maio de 1957 — Algodoeira Paulista — Pres. Wilson  
 Maio de 1957 — Ind. de Plásticos Katy — Via Anchieta  
 Julho de 1957 — Siderúrgica Barra Mansa — Pres. Wilson  
 Setembro de 1957 — Carbrasmar Ind. e Com. — Via Anchieta  
 Maio de 1958 — Sperry Rand do Brasil — Costa Aguiar  
 Julho de 1958 — Ind. e Com. Metalúrgica Atlas — Pres. Wilson  
 Março de 1959 — Cia Ultragas — Pres. Wilson  
 Junho de 1959 — Plásticos Bustamante — Oliveira Alves

A situação beirava o explosivo nos inícios de 1960, quando começaram a ser tomadas as primeiras atitudes teóricas e tíbias. Paralisar ou mesmo frear o já existente seria caminhar para o colapso. De início estabeleceu-se a proibição de novas indústrias, depois a tentativa de controle ambiental com filtros e outros protetores que geram mais discussões e cartazes que propriamente soluções.

É neste período que se consolida o comércio no local. Com a retração da indústria, aliada a um aumento constante na demografia, padarias, farmácias, hospitais, laboratórios, autopeças, butiques, lojas, restaurantes, bancos, passam a instalar-se nos locais onde melhor usufruíam do contato com a camada que desejavam alcançar, ocupando despreconceituadamente as partes altas, médias e baixas do bairro.

Certas ruas, em poucos anos, modificaram substancialmente seu panorama. A Silva Bueno, que iniciou a fixação do homem no bairro, tem hoje uma população insignificante, se tomarmos em conta seus três quilômetros. Ainda ficou uma fundição, ao lado de indústrias bem menores. Mas, para compensar, o comércio está representado, pelo menos, por vinte bancos, lojas requintadas ou de pouco empenho, bares, restaurantes, casas de discos e toda sorte de acessórios. Funcionam em antigas moradias readaptadas, com um ou no máximo dois andares, onde o térreo é usado na função comercial.

Os prédios mais recentes excepcionalmente excedem cinco andares. No térreo funcionam as lojas mais sofisticadas ou bancos. A rua é também um barômetro da época em que vivemos, com antigos tabus, hoje em completa desmoralização. O cinema, que por largos anos foi a única fonte de diversão do ipiranguista, tem hoje, a frente do Cine Anchieta encoberta por uma loja de vestidos. O cine Samarone das matinées barulhentas e soirées concorridas, desde 1960 transformouse em "fórró".

O exemplo mais sintomático desta readaptação pode ser visto na av. D. Pedro. Em 1960, com o estrangulamento de todo o bairro, aquela artéria passa a ser novamente cogitada como especificamente residencial, aparecendo os primeiros prédios de vários andares. Em 1968 justificando plenamente a mazorca nas diretrizes da Prefeitura, vem a proibição de arranha-céus, interditando-se um que já estava pela metade das lajes projetadas, bem no fim da avenida.

Milton Costa readapta sua moradia na esquina da avenida com a rua Tabor, transformando o andar térreo em boutique e vendendo perucas e apliques.

Em menos de dois anos toda a avenida deixou de ser residencial. Os casarões sofreram reformas sensíveis, às vezes pouco restando do original, para abrigar um sem número de laboratórios de análises clínicas, pronto-socorros e consultórios médicos em especialidades que vão da ginecologia à psiquiatria, que, só não deu a aparência à avenida, de um contínuo hospital, porque às vezes são interrompidos por uma revendedora autorizada de veículos, que naquele meio mais parece um elemento espúrio.

Novembro de 1960 — Probel Ind. e Com. — Sorocabanos

Outubro de 1960 — Sun Eletric do Brasil Com. e Ind. — Agostinho Gomes

Janeiro de 1960 — Oxigênio do Brasil — Patriotas

Setembro de 1961 — Marfinite Produtos Sintéticos — Costa Aguiar

Fevereiro de 1962 — Duráveis Equipamentos de Segurança — Via Anchieta

Maio de 1962 — Biselli Equipamentos Industriais — Pres. Wilson

Julho de 1962 — Sopave Soc. Paulista de Veículos — Nazaré

Outubro de 1962 — Itororó Veículos e Peças — Moreira de Godói

Fevereiro de 1963 — Bertante Modelação e Fundação — Gentil de Moura

Julho de 1963 — Lauzalite Com. e Ind. — Est. das Lágrimas

Agosto de 1963 — Christensen Roder Prod. Diamantados — Gentil de Moura

Abril de 1964 — Ind. Confecções Micatex — Alencar Araripe

Setembro de 1964 — Cematex Ind. de Máquinas — Lucas Obes

Novembro de 1964 — Shell Química — Pres. Wilson

Novembro de 1964 — Puma Veículos e Motores — Pres. Wilson

Agosto de 1965 — Feiras Sintetizados Nacional — Dr. Mário Vicente

Outubro de 1965 — Monumento Veículos e Motores — Tabor

Fevereiro de 1966 — Linha Paulista Lipasa — Xavier Curado

Maio de 1966 — Transmet Com. e Ind. — Cipriano Barata

Maio de 1966 — Metalfrio Ind. e Com. de Refrigeração — Abrahão C. Braga

Dezembro de 1966 — Camionauto — Moreira e Costa

Fevereiro de 1967 — Adubos Viana Ind. e Com. — Pres. Wilson

Agosto de 1967 — Hoesch Scipelliti Ind. de Molas — Abrahão C. Braga

Março de 1967 — Davar Ind. e Com. — Pres. Wilson

Novembro de 1967 — Imefor Industrial e Mercantil de Ferragens — Huet Bacelar

Março de 1967 — Cia. Brasileira de Petróleo Ibrasil — Pres. Wilson

- Dezembro de 1967 — Cobral-Cia de Algodão Produtos Agrícolas — Pres. Wilson  
 Novembro de 1967 — Siderúrgica Coferraz — Pres. Wilson  
 Novembro de 1967 — Siderúrgica Coferraz — Matias Albuquerque  
 Maio de 1968 — Visconti Ind. Alimentícias — Labatut  
 Março de 1969 — Sociedade de Madeiras Maringá — Dr. Ricardo Jafet  
 Abril de 1969 — Essen Soc. de Soldas — Via Anchieta  
 Agosto de 1969 — Eletroradiobraz — Av. Nazaret  
 Outubro de 1969 — Pneus Auto Lins — Dr. Gentil de Moura  
 Janeiro de 1970 — Ind. Votorantim — Juntas Provisórias  
 Junho de 1970 — Takiplas Ind. Químicas — Est. das Lágrimas  
 Junho de 1970 — Cervejaria Mãe Preta — Cipriano Barata  
 Novembro de 1970 — Olivetti do Brasil — Bom Pastor  
 Novembro de 1971 — Equipamentos Ind. Vibro — Cipriano Barata

### Notas

1. Associação dos Geógrafos Brasileiros — A Cidade de São Paulo, vol. I, p. 10.
2. *Bandeira Jr., A.F.* — A Indústria no Estado de São Paulo, p. XIV.
3. *Idem*, *ibidem*, p. 188-189.
4. *Souza, T.O.M. de* — O Estado de São Paulo, p. 147.
5. *Idem*, *ibidem*, p. 148-149.
6. *Ferreira, C.* — São Paulo Moderno, pp. 225-230.
7. *Idem*, *ibidem*, p. 226-227.
8. Almanak Laemmert São Paulo 1903-1904, p. 452.
9. Os Estados Unidos do Brasil 1919, p. 40.
10. *Bandeira Jr., A.F.* — A Indústria no Estado de São Paulo, p. XIII.

**CONCLUSÃO**



O plano de trabalho incluiu sempre que possível a chegada de informações até a data atual. Portanto, um capítulo conclusivo pode parecer pleonástico. Ele aqui aparece para complementar algumas informações que não caberiam nos capítulos anteriores.

Nascendo, e às vezes, sobrevivendo às custas da rede potamográfica, logicamente, sentiu também o bairro os desregramentos que a natureza proporciona enquanto a mão do homem não se preocupa em aplainá-la e, mesmo continuando após tais reparos, o morador nem sempre se distanciou dele. Vejam-se os constantes transbordamentos do Tamanduateí, Ipiranga e ribeirões, levando inquietação ao primeiro aparecimento de nuvens negras no céu. Toras de madeiras não mais são encontradas a quilômetros do local, mas o efeito nefasto das enchentes se faz sentir no interior das moradias solapando móveis e objetos do rés do chão e muitas vezes até no patamar superior.

Ainda a rede hidrica e mais a proximidade da represa são causadoras do alto índice de oxidação dos metais ferrosos, obrigando os moradores à renovação constante de objetos de uso e decoração.

A concentração fabril que proporcionou ao bairro a fixação do homem no local, após a fase eufórica, foi sopitada e depois vergastada. Em pouco tempo os louvaminheiros passaram a esposar teses opostas. A chaminé, o motor e o ruído atingiram índices tão perigosos que o ipiranguista esqueceu-se que foi ele que se achegou às fábricas e não elas a ele.

A concentração fabril onde não faltam as metalúrgicas e fundições com seus altíssimos coeficientes de CO forneceram ao local um dos piores ares da capital.

A isso, acrescenta-se a poluição do tráfego intenso que suporta, para suprir suas necessidades internas no transporte de pessoas e materiais que formam seu parque fabril, como ainda se vê sobrecarre-

gada por ser histórica e geograficamente passagem entre as regiões do A.B.C. e Santos. Nas sextas-feiras das 14 horas em diante até segunda-feira às doze horas, boa parte do bairro transforma-se, na feliz imagem do falecido coronel Fontenele, num extenso tapete rolante. Isso leva também o DSV a repetidas experiências viárias que muitas vezes transformam o bairro num labirinto. Placas são afixadas na tentativa de orientar o motorista atônito, perdido numa floresta de postes, transfigurando a área em um paliteiro e servindo fartamente o espírito galhofeiro que se aproveita delas para suas mensagens de reprovação irônica.

Água, luz, e esgoto foram conquistas que das fábricas passaram às moradias e que delas não estarão ausentes enquanto as tecelagens, metalúrgicas e afins predominarem no Ipiranga.

Das várias facetas esboçadas no trabalho faltou aquela relativa ao homem político. Após as lutas iniciais entre Pires e Camargos, qual a situação dos ipiranguistas face aos governantes?

Fazendo-se um levantamento dos votos apurados no colégio eleitoral do bairro em várias épocas, chega-se à conclusão que suas preferências são a média da obtida em toda a capital.

Nas eleições realizadas a 20 de outubro de 1947 para eleger o vice-governador, os resultados no bairro e na Capital foram os seguintes:

	IPIRANGA	CAPITAL
Cirilo Junior	3.653	112.487
Novelli Junior	1.834	90.385
Plínio Barreto	745	55.785

Dez anos após, a 28 de março de 1957 os percentuais entre a capital e o bairro eram praticamente os mesmos na preferência pelo P.S.P., na escolha para governadores:

	IPIRANGA	CAPITAL
Adhemar	20.015	408.350
Prestes Maia	18.804	377.513
Horta	618	11.493

Três anos após, a 6 de outubro de 1960, outra vez o bairro refletia a média de opinião do paulista, inclusive na virada política por outro carisma:

	IPIRANGA	CAPITAL		
Jânio	19.984	1.527.848	55	%
Adhemar	9.453	815.750	29	%
Lott	5.365	431.730	15,56%	

Pouco depois, na disputa pela prefeitura em 28 de março de 1961, a média pelas novas perspectivas repetiam-se:

	IPIRANGA	CAPITAL
Prestes Maia	22.660	453.298
Emílio Carlos	10.830	225.528
Cantídio Sampaio	8.294	200.938
Farabulini Júnior	1.242	31.041
Rui Novaes	132	3.229

Na outra eleição para governador, a 11 de outubro de 1962, os índices e as legendas permaneceram iguais:

	IPIRANGA	CAPITAL		
Jânio	8.410	476.311	40	%
Adhemar	6.729	434.374	36,5%	
José Bonifácio	3.452	259.143	21,8%	
Cid Franco	332	20.020	1,7%	

Deixamos propositadamente a preferência política para finalizar o trabalho porque hoje o bairro congrega o maior colégio eleitoral da Capital com 146.803 votantes conseguindo eleger, às duras penas, um só representante.

**BIBLIOGRAFIA**

- AB'SABER, AZIS NACIB — O Sítio Urbano de São Paulo (Cap. V do Vol. I de "A Cidade de São Paulo — Estudos de Geografia Urbana" — Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958).
- AMARAL, ÁLVARO — O Padre José de Anchieta e a Fundação de São Paulo. Comissão Estadual de Literatura — Coleção Histórica — Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo. Vols. I e II. Impresso Oficial do Estado. São Paulo, 1971.
- ARROYO, LEONARDO — Igrejas de São Paulo — José Olímpio — R. de Janeiro, 1954.
- AZEVEDO, AROLDO — A Cidade de São Paulo Estudos de Geografia Urbana. "A Região de São Paulo" Vol. I. "A Evolução Urbana" — Vol. II, "Aspectos da Metrópole Paulista", Vol. III. Associação dos Geógrafos Brasileiros (Secção Regional de São Paulo). Companhia Editora Nacional S. Paulo, 1958.
- AZEVEDO, VICTOR DE — Manuel Preto, O Heroi de Guairá — Conselho Estadual de Cultura — São Paulo — 1971.
- BARROS, GILBERTO LEITE — A Cidade e o Planalto. Processo de Dominância da Cidade de S. Paulo. Tomo I e Tomo II. Editora Martins. São Paulo.
- BERARDI, MARIA HELENA PETRILLO — Santo Amaro. Série História dos Barros de S. Paulo IV. Edição do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de S. Paulo. São Paulo, 1969.

- BRUNO, ERNANI SILVA — História e Tradição da Cidade de São Paulo. *Metrópole do Café (1872-1918)* — São Paulo de Agora (1918-1954). Edição Especial sob o patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Livraria José Olympio Editora. Vol. III, 2.ª Edição. Rio de Janeiro, 1954.
- BRUNO, ERNANI SILVA — História e Tradição da Cidade de São Paulo. *Burgo de Estudantes (1828-1872)*. Coleção Documentos Brasileiros 80-A. Livraria José Olympio Editora. Volume II. Rio de Janeiro, 1953.
- BRUNO, ERNANI SILVA — História e Tradição da Cidade de São Paulo. *Arraial de Sertanistas (1554-1828)*. Coleção Documentos Brasileiros 80. Volume I, Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1953.
- CAMARGO, PAULO FLORÊNCIO DA SILEIRA — *A Igreja na História de São Paulo*. Instituto Paulista de História de Arte Religiosa — 1952. (6 Vol.).
- CANABRAVA, ALICE PIFER — *As Chácaras Paulistanas in "Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros"*, Vol. IV, Tomo I (1949-1950), São Paulo, 1953.
- CHAVES, PACHECO — *Província de São Paulo. Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Cultural Central de Estatística composta pelos senhores: Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves (Presidente). Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho. Sr. Joaquim José Vieira de Carvalho. Engenheiro Adolpho Augusto Pinto. Abilio Aurelio da Silva Marques. Tipografia King. São Paulo, 1888.*
- D'ALINCOURT, LUIZ — *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá; Prefácio de Mário Guimarães Ferri*. Editora Universidade de São Paulo, Livraria Italiana Editora Ltda. Belo Horizonte, 1975.
- D'OLIVEIRA, BRIGADEIRO JOSÉ JOAQUIM MACHADO — *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822. Vol. I. Tipografia Brasil de Carlos Gerbe & Cia. São Paulo, 1897.*
- DEAN, WARREN — *A Industrialização de São Paulo (1880-1945) São Paulo — Difusão Europeia do Livro — 1971.*
- DELORENZO, A. NETO — *O Município da Capital de São Paulo e a Região Metropolitana. A Perspectiva do "Grande São*

Paulo" — Aspectos Sociológicos — A Reforma Política — Administrativa. Trabalhos e Pesquisas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco. Série Estudos e Monografias N.º2, Osasco, 1967.

O Desenvolvimento de São Paulo — Cultura e Participação Publicação FAUUSP para o uso do TGI ano Letivo 1973.

ELLIS, ALFREDO JUNIOR — Resumo da História de São Paulo (Quinhentismo e Seiscentismo) Separata dos Boletins de 1939 a 1941, do Departamento Estadual de Estatística. Tipografia Brasil. São Paulo, 1942.

ELLIS, ALFREDO JUNIOR — Capítulos da História Psicológica de São Paulo.

ELLIS, ALFREDO JUNIOR e ELLIS, MYRIAM — A Economia Paulista no Século XVIII. Boletim 115 — História da Civilização Brasileira N.º 11. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P. São Paulo, 1950.

EGAS, EUGENIO — A Cidade de São Paulo in "Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo. Volume XIV.

FERREIRA, BARROS — Meio Século de São Paulo — Melhoramentos, São Paulo, 1954.

FRANCO, CARVALHO — Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5.º. Brasileira. Volume 181). Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1940.

FERNANDES, FLORESTAN — Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo. Editora Anhembi S. A. São Paulo, 1961.

FREITAS, AFFONSO A. — Tradição e Reminiscências Paulistas. Livraria Martins Editora S.A. 2.º Edição. São Paulo, 1955.

FERREIRA, TITO LIVIO — Nóbrega e Anchieta em São Paulo de Piratininga. Edição Comemorativa do IV Centenário da Morte do Padre Manuel da Nóbrega. Conselho Estadual de Cultura. São Paulo, 1970.

JARQUE, FRANCISCO — Vida de Roy Montoyo Vol. I

KIDDER, DANIEL — Reminiscência de Viagens e Permanência no Brasil. Livraria Martins Editora — São Paulo.

- KOSERITZ, CARL VON — *Imagens do Brasil* — Livraria Martins Editora — São Paulo.
- LEME, PEDRO TAQUES DE ALMEIDA PAES — *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania. Publicação Comemorativa da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Vol. X. São Paulo. 1954.*
- LEITE, AURELIANO — *Pequena História da Casa Verde. Imprensa de Elvino Pocal. São Paulo, 1940.*
- LEITE, AURELIANO — *Breve Resumo Cronológico da História de São Paulo. (de 1500 a 1930) — São Paulo, 1944.*
- LEITE, SERAFIM — *Nóbrega e a Fundação de São Paulo. Instituto de Intercambio Luso-Brasileiro — Centro Tipográfico Colonial. Lisboa, 1953.*
- LEME, LUIZ GONZAGA DA SILVA — *Genealogia Paulistana — Vol. VIII. Duprat & Cia. 1904.*
- LANGENBUCH, JUERGEN RICHARD — *Estruturação da Grande São Paulo — Estudo de Geografia Urbana. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartografica. Rio de Janeiro, 1971.*
- LALLEMANT, ROBERTO AVÉ — *Viagem pelo Sul do Brasil — Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1953.*
- MACHADO, ALCANTARA — *Vida e Morte do Bandeirante. 2.º Edição. Gráfica da "Revista dos Tribunais". São Paulo, 1930.*
- MARCILIO, MARIA LUIZA — *A Cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850). Com Base nos Registros Paroquiais e nos recenseamentos antigos — Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros. Livraria Pioneira. Editora São Paulo, 1973.*
- MARQUES, GABRIEL — *Ruas e Tradições de São Paulo. Uma História em cada rua. Conselho Estadual de Cultura. São Paulo.*
- MARQUES, MANUEE EUFRASIO DE AZEVEDO — *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. Comissão do IV Centenário da Cidade.*
- MAGALHÃES, VALENTIM — *Quadros e Contos.*

- MAWE, JOHN — Viagens ao interior do Brasil — R. de Janeiro — Zélio Valverde — 1944
- MOMBEIG, PIERRE — La Croissance de La Ville de São Paulo. Institut et Revue de Geographie. Caenoble, 1953.
- MULLER, DANIEL PEDRO — Ensaio d'um Quadro Estatístico de Provincia de São Paulo. Tipografia Coske de Silveire. 1836.
- NEME, MARIO — Notas de Revisão da História de São Paulo. Século XVI. Editora Anhembi S.A. São Paulo, 1959.
- NOBREGA, MELLO — História de Um Rio (O Tietê) Vol. I. Livraria Martins Editora S.A. S. Paulo, 1948.
- NOGUEIRA, ALMEIDA — A Academia de São Paulo, Tradições e Reminiscencias. Edição Comemorativa ao Cinquentenário do Centro Academico XI de Agosto. Vol. I, Vol. II. S. Paulo, 1953.
- PEREIRA, JOSÉ CARLOS — Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo. (Biblioteca Universitária série 2.º Ciências Sociais, V. 9). Editora Nacional, São Paulo, 1969.
- PETRONE, MARIA THEREZA SCHORER — A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851) Corpo e Alma do Brasil. Difusão Européia do Livro. S. Paulo, 1968.
- PINTO, ALFREDO MOREIRA MARINA — A Cidade de São Paulo em 1900. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1900.
- PRADO, PAULO — Paulistica — História de São Paulo — 2.º Edição aumentada.
- PRADO, JUNIOR CAIO — O Fator Geográfico na Formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo, in Evolução Política do Brasil e outros estudos "12 Edição" Brasileira, São Paulo, 1957.
- RIBEIRO, JOSÉ JACINTO — Cronologia Paulistana Vol. 3.
- SAIA, LUIS — Morada Paulistana — Sebotes. Editora Pespectiva. S. Paulo, 1972.
- SAINT - HILAIRE, AUGUSTE — Viagem a Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. Biblioteca Histórica Brasileira — Livraria Martins Editora da Universidade de São Paulo, S. Paulo, 1972.

- SANT'ANA, NUTO — Metropole — Vol. I Departamento de Cultura 1950.
- SAMPAIO, TEODORO — São Paulo de Piratininga no século XVI R.I.H.G. São Paulo. Tomo IV.
- SINGER, PAUL — Urbanizacion y Recursos Humanos El Caso de San Pablo. Trabajo elaborado para El Grupo Ejecutivo da Grande S. Paulo. GEGRAN, órgão de La Secretária da Economia e Planejamento Del Estado de S. Paulo. Ediciones S.I.A.P. Buenos Aires. 1973.
- TAUNAY, AFFONSO DE ESCRAGNOLLE — História da Cidade de S. Paulo no séc. XVIII, (1735-1765) Volume XXXVI da Coleção do Departamento de Cultura, Vol I — 2.º Parte Publicado pela Divisão do Arquivo Histórico, S. Paulo, 1949.
- TAUNAY, AFFONSO DE ESCRAGNOLLE — História da Cidade de S. Paulo no séc. XVIII, (1735-1765) Vol. XXXVI da Coleção do Departamento de Cultura, Vol. I. 1.º Parte Publicado pela Divisão do Arquivo Histórico, S. Paulo, 1949.
- TAUNAY, AFFONSO DE ESCRAGNOLLE — História da Cidade de S. Paulo no séc. XIX, (1801-1822) Contribuição do Departamento de Cultura, pela Divisão do Arquivo Histórico, as Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de S. Paulo, Coleção Departamento de Cultura Vol. III. Publicação da Divisão do Arquivo Histórico. S.P. 1956.
- TAUNAY, AFFONSO DE ESCRAGNOLLE E OUTROS — São Paulo em Quatro séculos. Temas sobre alguns aspectos da História e de Geografia de S. Paulo e Assuntos Correlatos. Obra Comemorativa organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e editora sob os auspícios da comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo. Vol. I. S. Paulo, 1954.
- TSCHUDI JOHAN JACOB VON — Viagem a Província do R. de Janeiro de São Paulo, Comissão do IV Centenário — S. Paulo.
- WILLEMS, EMILIO — Uma Vila Brasileira, Tradição e Transição. Prefácio de Nelson Werneck Sodré. Difusão Européia do Livro. S. Paulo, 1961.

WILHEIN, JORGE — São Paulo Metropole 65 — “Subsidio para ser plano diretor”. Difusão Européia do Livro, S. Paulo 1965.

VILLARES, HENRIQUE DUMONT — Urbanismo e Indústria em São Paulo. S. Paulo, 1946.

ESTE NÚMERO, DÉCIMO QUARTO DA SÉRIE HISTÓRIA DOS BAIRROS DE SÃO PAULO, FOI COMPOSTO E IMPRESSO PELA GRÁFICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PARA A DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, EM MAIO DE HUM MIL NOVECENTOS E SETENTA E NOVE, SENDO PREFEITO O DR. OLAVO EGYDIO SETÚBAL, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA O PROF. SÁBATO ANTONIO MAGALDI, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO O PROF. MURILLO A. MARX E DIRETOR DA DIVISÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO O PROF. EDUARDO DE JESUS MORAES DO NASCIMENTO.

AHM

Tombo: 2728



1376143